



Glisa Rafaella Naves Cocota

**UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE O CAPITALISMO E
UMA PROPOSTA DE ALTERNATIVA**

**Brasília - DF
2013**

Glisa Rafaella Naves Cocota

**UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE O CAPITALISMO E
UMA PROPOSTA DE ALTERNATIVA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Graduação da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Dra. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

**Brasília - DF
2013**

Glisa Rafaella Naves Cocota

**UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE O CAPITALISMO E
UMA PROPOSTA DE ALTERNATIVA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Graduação da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da Universidade de Brasília.

Aprovada por:

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (Orientadora)
Universidade de Brasília

Professor Emérito Joanelio Rodolpho Teixeira (Examinador)
Universidade de Brasília

Brasília – DF, 19 de dezembro de 2013.

COCOTA, Glisa. R. N.

Uma perspectiva crítica sobre o capitalismo e uma proposta de alternativa / Glisa R. N. Cocota

Brasília – DF, 2013

96 p.

Monografia de graduação. Curso de Ciências Econômicas. FACE. Universidade de Brasília, 2013.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes R. Mollo

1. A crítica ao capitalismo. 2. Alternativas utópicas e associacionistas. 3. Cooperativismo: uma alternativa.
I. Título.

*Dedicado a COCOTA, em seu sentido de
Amor&Liberdade*



AGRADECIMENTO

Gratidão ao Presente, e a Tudo que o proporcionou e proporciona.

Agradeço a oportunidade de aprendizado ao longo desses anos na Universidade de Brasília e àqueles que me inspiram e inspiraram na busca pela Sabedoria, com exemplos e mesmo contraexemplos.

Agradeço, em particular, por ter aprendido algo de “como as coisas são”, como não devem ser, como precisam ser e como podem ser, no que tange às relações sociais e econômicas.

Agradeço ao presente que recebi ao encontrar um tema com que pude trabalhar com dedicação e ânimo, algo que, por um lado, reflete minha insatisfação com o ordenamento contemporâneo e, por outro, fundamenta a esperança de um mundo melhor, idealizado por muitos. Ao amigo e terapeuta Rogério Fagundes Filho, por ter sido o meio para tal.

Agradeço à professora Lourdinha pelos ensinamentos, pela colaboração amigável, precisa e cuidadosa. Ao professor Joaniúlio pela presteza em examinar este trabalho, por sua cordialidade e pela oportunidade de ter sido sua aluna.

Agradeço a minha Família, meus Irmãos, por representarem tudo que sou, além de mim mesma. Motivação de Ser Um com todos, solidários e fraternos.

Gratidão ao ‘Flor da Terra’ por ter sido inspiração na harmonia e no desencontro.

Gratidão a Victor Py-Daniel por ser companheiro e por compartilhar vivências e perspectivas. Agradeço sua paciência, determinação e sensibilidade inspiradoras.

Gratidão a meus tios José Alberto Cocota e Denise, que me acolheram em Brasília e me acolhem em seus corações, por terem proporcionado meios para conquistas e superações em minha vida.

Gratidão a meus pais, Fernando Cocota e Maria Aparecida, por serem o meio pelo qual recebi o Presente desta vida, por terem proporcionado as condições para mantê-la e progredir. Gratidão pelo exemplo de dignidade, trabalho, humildade, fé e amor incondicional. Gratidão por tudo.

Gratidão a Cristo, ao Evangelho e à Igreja.

Gratidão a Budá, ao Dhárma e à Sanghá.

Caminho que escolho seguir.

Gratidão a Tudo que Neles se manifesta.

Gratidão a Nossa Senhora, Mãe Maria, por sua infinita Graça e Bênção, pelo auxílio indispensável, com o qual foi possível chegar aqui.

Graças a Deus.

Agradeço a todos que, subjetiva ou objetivamente, contribuíram para a materialização deste trabalho. Aos estudos, sobretudo, de Karl Marx, Charles Gide e Bruno Jossa. A todos aqueles que almejam um mundo mais harmônico e se esforçam nesse sentido: quem vive com simplicidade e valoriza a Vida, quem transforma suas próprias mazelas e, por consequência, faz do seu um mundo melhor. Gratidão.

"Quanto menos necessidades tendes, mais livres sois."

(Cesare Cantù)

*"Quem ocupa o trono tem culpa
Quem oculta o crime também
Quem duvida da vida tem culpa
Quem evita a dúvida também tem
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter..."*

(Engenheiros do Hawaii)

*"This world is like a mountain. Your echo depends on you. If you scream good things,
the world will give it back. If you scream bad things, the world will give it back.
Even if someone says badly about you, speak well about him.
Change your heart to change the world."*

(Shams al-Din Muhammad)

RESUMO

Este trabalho distingue o capitalismo como um modo particular de organização econômica a partir da análise de Karl Marx, cuja crítica a esse sistema é a parte central da fundamentação da perspectiva de que é necessário transformar as relações socioeconômicas para a superação desse ordenamento. A caracterização definidora do mesmo refere-se a sua natureza mercantil, pela qual os trabalhadores da cadeia produtiva são explorados, por não receberem o produto integral de seu trabalho. A mais-valia, apropriada pelo capitalista, é o cerne de sua crítica. Destaca-se, ainda, em consequência dessa lógica, a importância que, nesse sistema, adquire a cultura consumista na manutenção das condições que consolidam o incessante objetivo pelo lucro máximo. Em reação a isso, um modo alternativo de organização social das relações econômicas tem obtido notoriedade no mundo contemporâneo: o cooperativismo, que foi destaque, pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2012, com o lema: *“Empreendimentos cooperativos constroem um mundo melhor”*. A meta para esta década é ampliar a atuação do movimento cooperativo, cujas origens modernas remetem-se ao século XIX, com os socialistas utópicos e associacionistas, em particular Robert Owen e Charles Fourier. Estudos mais recentes, sobretudo desde a década de 1970, com Benjamin Ward e Jaroslav Vaněk, têm investigado a forma apropriada de financiamento e distribuição do excedente produzido nas empresas cooperativas a fim de que possam, de fato, serem organizações que eliminam a exploração. Esse é o primeiro passo para a constituição de um sistema socialista legítimo, que se baseia nos valores de responsabilidade individual e social, democracia por meio da autogestão, igualdade, equidade e solidariedade.

Palavras-chave: capitalismo, mercadoria, mais-valia, lucro, exploração, produção, consumo, utopia, associação, cooperativismo, solidariedade, autogestão, excedente, movimento cooperativo, responsabilidade social.

ABSTRACT

This work distinguishes capitalism as a particular mode of economic organization based on Karl Marx's analysis, whose criticism of this system is the central part of the reasoning from the perspective that is necessary to transform the socioeconomic relations to overcome this system. The characterization of it refers to its mercantile nature, by which workers are exploited in the production chain, because they do not receive the full product of their labor. The surplus-value, appropriated by the capitalist, is the crux of his criticism. Stands out, yet, in consequence of this logic, the importance that the consumerist culture acquires in maintaining the conditions that consolidate the unremitting goal for maximum profit. In reaction to this, an alternative mode of social organization of economic relations has achieved notoriety in the contemporary world: cooperativism, which was highlighted, by the United Nations (UN), in 2012, with the motto: "*Cooperative enterprises build a better world*". The goal for this decade is to increase the performance of the cooperative movement, whose modern origins refer to the nineteenth century with the utopian and associationists socialists, in particular Robert Owen and Charles Fourier. More recent studies, especially since the 1970's, with Benjamin Ward and Jaroslav Vaněk, have investigated the appropriate form of financing and distributing the surplus produced in cooperative enterprises so that they can, indeed, be organizations that eliminate exploitation. This is the first step towards the formation of a legitimate socialist system, which is based on the values of individual and social responsibility, democracy through self-management, equality, equity and solidarity.

Keywords: capitalism, commodity, surplus-value, profit, exploitation, production, consumption, utopia, association, cooperativism, solidarity, self-management, surplus, cooperative movement, social responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CRÍTICA AO CAPITALISMO.....	14
1.1 – Os fundamentos da análise de Karl Marx.....	14
1.2 – O processo de formação da mais-valia e as origens do lucro	19
1.3 – O processo de acumulação de capital e de exclusão	26
1.4 – A alternativa marxista ao capitalismo e o retorno à <i>Utopia</i>	33
2 ALTERNATIVAS UTÓPICAS E ASSOCIACIONISTAS.....	35
2.1 – Saint-Simon, seus discípulos e as origens do coletivismo	38
2.2 – Louis Blanc	42
2.3 – Charles Fourier	46
2.4 – Robert Owen.....	49
3 COOPERATIVISMO: UMA ALTERNATIVA	56
3.1 – O modo de produção cooperativista	58
3.2 – Concepções solidaristas	67
3.3 – Princípios fundamentais do cooperativismo	75
3.4 – Um panorama do cooperativismo.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de expor uma perspectiva crítica em relação ao sistema econômico que predomina na atualidade, o capitalismo, bem como apresentar as ideias que propiciaram o surgimento de uma alternativa de organização socioeconômica, o cooperativismo, que, segundo o ponto de vista defendido neste estudo, é uma proposta desejável.

A definição de um sistema econômico distinto de outros não é consenso entre economistas e historiadores econômicos. Alguns acreditam em uma continuidade histórica regida pelos mesmos princípios gerais, os quais seriam suficientes para compreender todos os ordenamentos econômicos, mas grande parte dos economistas considera que existam diferenças entre esses ordenamentos e distingue o capitalismo como um sistema econômico que funciona de maneira diversa em relação a sistemas econômicos anteriores e sistemas econômicos não capitalistas. Considera-se, para os fins deste trabalho, a existência de sistemas econômicos distintos entre si, os quais se definem segundo o modo de produção no qual se baseiam. Modo de produção, por sua vez, é o conjunto social das forças produtivas e das relações sociais de produção. (HUNT, 2005).

O capitalismo, portanto, é um modo de produção particular, caracterizando-se por quatro conjuntos de arranjos institucionais e comportamentais: produção de mercadorias orientada para o mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir sem que venda a sua força de trabalho no mercado; comportamento individualista, aquisitivo e maximizador da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico. (HUNT, 2005).

A transformação social que tornou o modo de produção capitalista dominante e rompeu com a antiga ordem ocorreu no século XIX. Os avanços científicos e culturais que marcaram a história da humanidade desde o Renascimento, entretanto, bem como a progressiva mercantilização da vida social, propiciaram as condições para o rompimento com o antigo modo de vida e a dissolução das antigas relações de produção. Teixeira (2002) considera quatro acontecimentos históricos representativos na passagem ao mundo moderno.

A Revolução Gloriosa que aconteceu na Inglaterra no século XVII foi o primeiro deles. O movimento de natureza política iniciou-se em 1640 e expressava o descontentamento existente entre artesãos, pequenos comerciantes e a denominada plebe urbana contra a arbitrariedade monárquica e o episcopado anglicano. Instaurou-se o “Longo Parlamento” que, em dois anos de atividade, limitou o poder do rei e da Igreja e provocou a reação da coroa inglesa, o que teve como consequência quase sete anos de guerras civis, que acabaram em 1649, com a derrota da monarquia e a execução do rei. Nos dez anos seguintes, realizaram-se profundas reformas na sociedade inglesa, em meio à república e ao protetorado (ditadura Cromwell), as quais prevaleceram apesar da restauração da monarquia em 1658.

Os resultados imediatos desse período foram a abolição da monarquia absoluta e da autoridade irrestrita dos senhores feudais e da Igreja, mas também a remoção das restrições gremiais. A expropriação da propriedade da Igreja, a privatização das terras comunais, o surgimento, cem anos depois, de uma classe de arrendatários, cujas atividades eram de caráter comercial, e um forte movimento migratório de camponeses em direção às cidades – o que levou a formação do mercado interno – constituíram circunstâncias que abriram caminho para o desenvolvimento do capitalismo.

A revolução industrial inglesa, que começou nas últimas décadas do século XVIII, é o segundo episódio e marca a alteração definitiva do modo de produção. Teixeira (2002) destaca alguns momentos nesse processo: a invenção, em 1765, de um tear que trabalhava com 16 fios de algodão, simultaneamente, feito por Hargreaves, tecelão inglês; o início da operação da primeira fábrica têxtil na Inglaterra, em 1771; o aperfeiçoamento da máquina a vapor, por Watt, em 1784, fazendo-a alimentar todos os teares de uma mesma fábrica por meio de um sistema de transmissão. Isso propiciou a generalização do sistema fabril e a transferência definitiva da fábrica para a cidade.

A independência dos Estados Unidos é, nessa perspectiva, o terceiro acontecimento representativo no início da era moderna. Desde 1750, decisões do Parlamento inglês restringiam o desenvolvimento comercial e industrial da colônia, o que gerou a resistência dos colonos, cujo objetivo inicial limitava-se a solicitar ao rei a revogação de impostos e das restrições às atividades econômicas. A reação da coroa, contudo, declarando as colônias em estado de insurreição, deflagrou hostilidades que, em 1775, deram início a combates que terminaram apenas em 1781, com a capitulação britânica, ratificada pelo tratado de Paris em 1782. Em 1776, o Congresso proclamou a

Declaração de Independência e, dessa maneira, “uma burguesia agrária e mercantil, sem uma ordem a destruir e sem passado aristocrático, assume o poder em terras do Novo Mundo.” (TEIXEIRA, 2002, p. 15).

A Revolução Francesa, por sua vez, é o quarto acontecimento e marca grande influência do ponto de vista dos valores e das ideias no mundo contemporâneo que, pela sua importância, fez com que os fatos ocorridos na França tornassem-na uma exceção no quadro europeu e mundial. Dentre esses, estão a “Queda da Bastilha”, em 1789, e a subida de Napoleão ao poder em 1799, cujo saldo foi a eliminação das relações feudais e gremiais, mas também a consolidação de uma burguesia financeira e mercantil.

Estes foram, em suma, os fatos relevantes que criaram as bases para a grande transformação que ocorreu, de fato, no século XIX. Aí é que se constituíram as bases da nossa época, no plano econômico, cultural, artístico e ideológico; aí é que se constitui a “questão social” do moderno capitalismo. (TEIXEIRA, 2002, p. 16).

As relações de produção capitalistas apresentaram um avanço notável mesmo antes do surgimento da grande indústria e do rompimento definitivo com o antigo modo de vida e de produção na maior parte do espaço geográfico do mundo (inclusive na Europa). A produção mercantil bem como a alienação dos trabalhadores em relação aos meios de produção já existiam, ainda que a base técnica, no período de transição, fosse artesanal e manufatureira, baseada na habilidade e na qualificação dos trabalhadores.

A revolução do modo de produção proporcionada pela maquinaria permitiu a sua expansão, e a utilização em larga escala de máquinas propiciou o rompimento da unidade técnica entre o trabalhador e sua ferramenta, bem como os processos de desqualificação do trabalhador e a desvalorização do trabalho, com a consequente subordinação do trabalho ao capital. Essa transformação social aconteceu de forma acelerada e, ao final do século XIX, o capitalismo já possuía uma característica diversa da de seu início, em meio a uma velocidade crescente da produção de bens materiais, à criação de novos produtos, à variedade e à extensão do comércio, e às mudanças na divisão do trabalho e nas relações de emprego. (TEIXEIRA, 2002).

De um ponto de vista estritamente econômico, os cem anos que vão de 1775 a 1875 constituíram em um boom secular, de crescimento e mudança ininterruptos, jamais imaginados pela humanidade. Esse processo, no entanto, capaz de gerar uma quantidade de riqueza inatingível até então, não eliminou, ao contrário, agravou a desigualdade do desenvolvimento entre regiões, países, setores econômicos e até segmentos das mesmas indústrias. E, principalmente, gerou uma desigualdade social igualmente desconhecida até então. Expulsos do campo e expropriados de seus meios de sobrevivência, aos trabalhadores não

restava outra alternativa senão vender sua força de trabalho a preço vil; o assalariamento foi assim acompanhado por uma miséria aparente e por condições de vida e de trabalho degradantes para a imensa maioria da humanidade. (TEIXEIRA, 2002, p. 18).

Frente ao avanço do capitalismo e às suas consequências aviltantes para grande parte da população, surgiram, ainda no século XIX, movimentos em torno de novas formas de produção e consumo que se pautavam por ideais de justiça social e solidariedade. Mais recentemente, no último quarto do século XX, houve um revigoramento desses ideais, que resultaram em múltiplas alternativas que se encontram na busca por soluções contra a miséria, a exclusão, o desemprego e a cultura individualista dominante, ao que se responde com iniciativas balizadas em ideais de equidade, cooperação e solidariedade, movimento que se tornou genericamente conhecido por economia solidária, em cuja perspectiva insere-se, também, o cooperativismo. (MORAIS *et al.*, 2011).

Essas considerações iniciais visam à contextualização do trabalho que se organiza em três capítulos. A crítica ao capitalismo, apresentada no capítulo primeiro, baseia-se na análise de Karl Marx, que estuda as características deste sistema econômico na fase inicial do mesmo, as quais, apesar de inúmeras transformações por que tem passado desde seu surgimento, mantêm-se, na compreensão adotada neste estudo, em particular quanto à natureza das relações sociais de produção e aos aspectos geradores de desigualdade e exclusão socioeconômica que decorrem do objetivo central desse sistema: o lucro máximo.

Abordam-se, no capítulo segundo, as primeiras e principais ideias críticas em relação a aspectos da realidade capitalista que, em seu conjunto, formam uma espécie de painel de concepções de socialismo anteriores a Marx, defendidas por autores que escreveram na primeira metade do século XIX, denominados socialistas utópicos e associacionistas, conforme a definição de Friedrich Engels e Charles Gide. Essas ideias estão na origem do movimento cooperativo, cuja proposta apresenta-se, no capítulo terceiro, como alternativa de organização socioeconômica ao capitalismo enquanto orientada pelos princípios de solidariedade, cooperação e sustentabilidade e na medida em que proporcione o desenvolvimento de relações de trabalho não caracterizadas pela exploração.

1 A CRÍTICA AO CAPITALISMO

A forma como as sociedades organizam-se e utilizam os recursos materiais escassos para produzir, distribuir e consumir bens, para satisfação de necessidades coletivas e individuais, expressa o sentido no qual se insere o estudo da economia. No foco deste trabalho está a sociedade que se organiza em conformidade com princípios e diretrizes que fundamentam a economia capitalista, os quais predominam neste mundo contemporâneo.

A vivência nesse tempo e lugar suscita inquietação. A maior parte das necessidades materiais que possuímos é satisfeita apenas por meio de “dinheiro”, produzimos pouco ou quase nada daquilo que necessitamos e, para grande parte dos indivíduos, obter um simples alimento necessário à sua sobrevivência realiza-se apenas por meio da compra. A busca pelo bem-estar, enquanto indivíduo, relaciona-se, cada vez mais, com a necessidade de consumo, seja para se alcançar um padrão de vida desejável, seja para se inserir num coletivo, enquanto ser social.

Diante da oferta dos mais diversos tipos de bens, as necessidades a fim de se atingir um *status* material almejado crescem na medida da insatisfação com o *status quo* e, para muitas pessoas, a satisfação dos desejos de consumo torna-se inalcançável, quando infundáveis são as vontades e as possibilidades e limitados os recursos. De onde vêm esses produtos a serem consumidos? Como se dá a sua produção? Quem os produz? Por quê? Essas são algumas perguntas cujas respostas formam a base da perspectiva crítica que se pretende apresentar.

1.1 – Os fundamentos da análise de Karl Marx

O amplo estudo do capitalismo feito por Karl Marx originou uma das mais bem fundamentadas críticas a esse sistema. Dada sua importância, é por meio dessa perspectiva que se pretende mostrar como a lógica de maximização de lucros do sistema capitalista gera exclusão social; como a mercantilização da força produtiva humana torna as relações impessoais e legitima a exploração do trabalho; como o dinheiro converte-se num fim em si mesmo para que o sistema se perpetue. O escopo é sinalizar as causas primordiais que sustentam o ponto de vista de que é necessário transformar o ordenamento econômico atual.

Em sua investigação, Marx percebeu que o modo de produção capitalista era o resultado de um desenvolvimento histórico passado, o produto de muitas revoluções econômicas e da extinção de toda uma série de formas mais antigas de produção social; partindo de uma concepção materialista da história, elaborou a tese de que a produção e a troca de produtos eram a base de toda a ordem social, de que a distribuição dos produtos e, com ela, a divisão social dos homens em classes seriam determinadas, em todas as sociedades ao longo da história, pelo que e como se produzissem e pela forma de trocar os seus produtos. Engels, principal colaborador de Marx, descreve neste trecho, de forma sucinta, algumas das transformações da ordem social que deram origem ao capitalismo:

Antes de sobrevir a produção capitalista, isto é, na Idade Média, dominava, com caráter geral, a pequena indústria, baseada na propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção: no campo, a agricultura corria a cargo de pequenos lavradores, livres ou vassalos; nas cidades, a indústria achava-se nas mãos dos artesãos. Os meios de trabalho - a terra, os instrumentos agrícolas, a oficina, as ferramentas - eram meios de trabalho individual, destinados unicamente ao uso individual e, portanto, forçosamente, mesquinhos, diminutos, limitados. Mas isso mesmo levava a que pertencessem, em geral, ao próprio produtor. O papel histórico do modo capitalista de produção e do seu portador - a burguesia - consistiu precisamente em concentrar e desenvolver esses dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os nas poderosas alavancas produtoras dos tempos atuais. Esse processo, que a burguesia vem desenvolvendo desde o século XV e que passa historicamente pelas três etapas da cooperação simples, a manufatura e a grande indústria, é minuciosamente exposto por Marx na 4ª parte de *O Capital*. Mas a burguesia, como fica também demonstrado nessa obra, não podia converter aqueles primitivos meios de produção em poderosas forças produtivas sem transformá-los de meios individuais de produção em meios *sociais*, só manejáveis por uma *coletividade de homens*. A roca, o tear manual e o martelo do ferreiro foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor; a oficina individual deu o lugar à fábrica, que impõe a cooperação de centenas e milhares de operários. E, com os meios de produção, transformou-se a própria produção, deixando de ser uma cadeia de atos individuais para converter-se numa cadeia de atos sociais, e os produtos transformaram-se de produtos individuais em produtos sociais. O fio, as telas, os artigos de metal que agora saíam da fábrica eram produto do trabalho coletivo de um grande número de operários, por cujas mãos tinha que passar sucessivamente para a sua elaboração. Já ninguém podia dizer: isso foi feito por *mim*, esse produto é *meu*. (ENGELS, 1978, p. 56-57).

Ao longo desse processo histórico, distinguiram-se duas classes sociais: capitalistas e trabalhadores, para as quais se volta o interesse de Marx, que busca explicar a natureza da relação social existente entre elas, bem como a natureza do capital e as origens do lucro. Na transição para esse modo próprio de produção, em análise, ao lado da produção individual surgiu a produção social, cujo objetivo, em ambas, era troca, compra e venda dos produtos para a satisfação das mais diversas

necessidades dos produtores. Essa finalidade transforma os produtos em mercadorias, as quais eram vendidas no mesmo mercado a preços aproximadamente iguais, mas, na medida em que o trabalho passa a organizar-se socialmente, os preços dos produtos caem quando comparados àqueles produzidos de forma individual, razão pela qual esse tipo de produção foi paulatinamente dando lugar à produção social.

A produção individual foi pouco a pouco sucumbindo em todos os campos e a produção social revolucionou todo o antigo modo de produção. Contudo, esse caráter revolucionário passava despercebido; tão despercebido que, pelo contrário, se implantava com a única e exclusiva finalidade de aumentar e fomentar a produção de mercadorias. Nasceu diretamente ligada a certos setores de produção e troca de mercadorias que já vinham funcionando: o capital comercial, a indústria artesanal e o trabalho assalariado. (ENGELS, 1978, p. 57-58).

Se antes o produto integral do trabalho pertencia ao produtor individual, que possuía as matérias-primas e os meios de produção, aos poucos a concentração dos meios de produção em grandes oficinas e manufaturas dá lugar ao aparecimento da classe capitalista que, de posse de tais meios, era também dona dos produtos criados de forma social por meio do emprego de trabalhadores assalariados. Os meios de produção e a produção se convertem em fatores sociais, no entanto, submetem-se a uma forma de apropriação que pressupõe a produção privada individual, ou seja, “aquela em que cada qual é dono do seu próprio produto e, como tal, comparece com ele no mercado” (ENGELS, 1978, p. 59). Aparece, nesse sentido, a chamada contradição privado-social inerente à produção mercantil.

Define-se que o capitalismo caracteriza-se pela produção de mercadorias, que são produtos que adquirem valor de troca por poderem ser vendidos livremente no mercado em troca de dinheiro. Seus produtores não têm interesse pessoal imediato em seu valor de uso, mas, sim, em seu valor de troca que, por meio de moeda, permite-lhes adquirir as mercadorias que satisfazem suas necessidades. Não existe relação direta entre a atividade produtiva de uma pessoa e o seu consumo, nem mesmo entre as pessoas que produzem as mercadorias que se consomem, de forma que é o mercado que medeia as relações sociais por meio da moeda. A seguinte citação ilustra isso,

Nesse tipo de economia, existem inter-relações e dependências econômicas extremamente complexas e que não envolvem interação e associação pessoal direta. O indivíduo interage somente com a instituição social impessoal do mercado, no qual o indivíduo troca mercadorias por moeda e moeda por mercadorias. Consequentemente, o que, em realidade, é um conjunto de complexas relações econômicas e sociais entre as pessoas é, para cada indivíduo, apenas uma série de relações impessoais entre coisas – isto é, mercadorias. Cada indivíduo depende das forças impessoais do mercado, de compra e venda, ou demanda e oferta, para a satisfação de suas necessidades. (HUNT, 2005, p. 3).

Para caracterizar a natureza da troca na análise de Marx é necessário, em princípio, partir das definições de valor. Pode-se definir o valor por seu aspecto qualitativo, ou valor de uso, pelo qual os produtos do trabalho humano têm valor por se tornarem utilizáveis e pela capacidade de satisfação das necessidades das pessoas. De acordo com Marx, os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dessa, mas, na sociedade capitalista, são, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca – ou simplesmente valor. Esse, por sua vez, expressa, de início, o aspecto quantitativo, a proporção na qual valores de uso de uma espécie trocam-se contra valores de uso de outra espécie, relação em constante transformação.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (MARX, 1996 a, p. 170).

O valor de troca é um aspecto das mercadorias que reflete as relações sociais específicas à sociedade capitalista. Quando seus valores de uso são abstraídos, uma mercadoria vale tanto quanto outra qualquer, se estiverem em proporções adequadas, e é a medida de uma mesma quantidade de trabalho que determina a proporção entre equivalentes. Essa quantidade de trabalho é mensurada pelo seu tempo de duração, em condições sociais médias e, portanto, ao desaparecer o caráter útil das mercadorias, desaparece também o caráter útil dos trabalhos nelas representados, bem como as diferentes formas concretas desses trabalhos, e elas se reduzem a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. Nesta passagem de *O Capital*, Marx esclarece como o trabalho se torna a medida do valor:

A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. (MARX, 1996 a, p. 168-169).

Os trabalhos, entretanto, apesar de serem interdependentes, constituem-se em relações impessoais na medida em que se expressam como valores de troca, razão pela qual os trabalhadores não o veem como uma relação social direta e a divisão social do trabalho na sociedade dissimula-se: não se sabe quem produz nem para quem, em princípio, tampouco se sabe quem ganha e quem perde no processo, nem quem e em que proporção deve receber o que se produziu. Os produtores de mercadorias estão social e economicamente relacionados, mas trabalham de maneira isolada entre si. A divisão social do trabalho, como condição de existência das mercadorias, aparece, então, na totalidade dos vários tipos de valores de uso produzidos com o objetivo da troca, apesar de a produção de mercadorias não ser condição de sua existência.

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas. (MARX, 1996 a, p. 199).

O trabalhador típico, que possui e controla apenas a sua capacidade de trabalho, a qual ele vende a um capitalista em troca de salário, produz mercadorias que pertencem a esse último, cujo objetivo é vender no mercado o que se produziu. Com a venda e o pagamento da sua capacidade de trabalho, o trabalhador consegue comprar os meios para sua sobrevivência, ou seja, as mercadorias de que necessita, pois ele não consegue produzir, para com o dinheiro obtido comprá-los, uma vez que não tem acesso aos meios de produção. A venda de sua força de trabalho torna-se, portanto, uma exigência da lógica desse processo de produção, no qual a força produtiva humana transforma-se em mercadoria.

Interessava a Marx a questão dos aspectos da propriedade que eram específicos ao capitalismo e como suas relações de propriedade transformavam os meios de produção fabricados em capital. Se, por um lado, os capitalistas, como representantes de um pequeno segmento da sociedade – a classe social dominante – detêm a propriedade privada dos meios de produção e o poder sobre o excedente da produção material, por outro, define-se a existência de uma numerosa classe de trabalhadores que, em sua

maioria, não têm qualquer controle sobre os meios necessários para a execução de suas atividades produtivas, nem são donos das mercadorias que produzem.

Para Hunt (2005), é a percepção do caráter histórico-social do capital que o diferencia de outros instrumentos de produção, e a percepção da natureza da troca, nesse sistema, que tornam a análise de Marx distinta da de demais economistas anteriores a ele. O capital é, entre outras coisas, um instrumento de produção, mas também trabalho passado materializado, diferenciando-se dos demais instrumentos de produção, presentes em outros sistemas econômicos, pela sua capacidade de gerar lucros para uma classe social específica, que tem nele uma fonte de renda e poder.

Marx buscou entender como esse aspecto do capital surgiu e perpetuou-se, como o capital, sob as leis da propriedade privada, tornou-se o mecanismo por meio do qual, no modo de produção capitalista, uma classe dominante expropriava o excedente econômico criado pela classe trabalhadora. Esse processo aparece na base da crítica de Marx ao capitalismo e é ele que será abordado a seguir.

1.2 - O processo de formação da mais-valia e as origens do lucro

O valor das mercadorias que, como se mostrou, advém do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, expressa-se, na sociedade capitalista, numa forma acabada que, para Marx, vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados. Essa é a forma dinheiro, cuja gênese buscou-se demonstrar.

Quando valores de uso diferentes se reduzem à mesma unidade de medida – trabalho humano abstrato – eles se tornam comparáveis. O dinheiro aparece, nesse sentido, como qualquer outra mercadoria e pode expressar sua própria grandeza de valor em outras mercadorias apenas de modo relativo. Seu próprio valor é, em sua origem, determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e se expressa na quantidade de qualquer outra mercadoria em que esteja cristalizado o mesmo tempo de trabalho.

Entre duas mercadorias quaisquer, a forma valor relativa simples ou individualizada de uma faz da outra sua equivalente individual, mas quando uma espécie particular de mercadoria recebe a forma geral de equivalente é porque todas as outras mercadorias fizeram dela o material de sua forma valor unitário e geral. Dessa maneira,

quando uma mercadoria adquire a forma de equivalente, seu valor de uso torna-se forma de manifestação do valor de troca; o trabalho concreto converte-se na forma de manifestação de seu contrário, o trabalho humano abstrato e, por fim, o trabalho privado converte-se na forma de seu oposto, o trabalho em forma diretamente social.

Tem-se que a forma natural desse gênero específico de mercadoria se funde socialmente com a forma equivalente, cuja função, especificamente social, é desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias. O dinheiro é propriamente essa forma de equivalente geral, uma forma do valor em si, em que todas as outras mercadorias transformam-se em seus meros equivalentes particulares e ele se torna a mercadoria geral com a qual elas se relacionam como mercadorias particulares.

O processo que leva à escolha dessa mercadoria específica tem em consideração que, como a diferença das grandezas de valor é puramente quantitativa, faz-se necessário que a mercadoria monetária seja capaz de expressar variações meramente quantitativas e, portanto, possa ser dividida à vontade e novamente recomposta a partir de suas partes. Nessa análise, toma-se o ouro como exemplo dessa mercadoria, por ter desempenhado esse papel ao longo do processo histórico, e que aparece na seguinte citação de Marx, em que ele critica a percepção do dinheiro como mero signo:

O processo de troca dá à mercadoria, a qual é por ele transformada em dinheiro, não o seu valor, porém sua forma valor específica. A confusão entre essas duas determinações levou a considerar o valor do ouro e da prata como sendo imaginário. Podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu o outro erro, que ele seja mero signo. Por outro lado, essa noção implicava vislumbrar que a forma dinheiro da coisa é externa a ela mesma e mera forma de manifestação de relações humanas ocultas atrás dela. Nesse sentido, cada mercadoria seria um signo, pois, como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido. (MARX, 1996 a, p. 214-215).

A descrição do aparecimento da forma dinheiro, que tem, na sua gênese, a incorporação do trabalho humano, remete-se à sua importância no processo de produção e circulação do qual decorre a mais-valia, cujo surgimento se pretende demonstrar e que, precisamente, é o foco da crítica de Marx ao sistema capitalista.

A produção de mercadorias para venda, a fim de se adquirirem outras mercadorias para uso, é a primeira característica do sistema capitalista. O processo de intercâmbio assume, então, a forma mercadoria – dinheiro – mercadoria (M – D – M), por meio de duas metamorfoses opostas e complementares. Na primeira, M – D, a

mercadoria não representa valor de uso para seu possuidor, mas sim valor de troca e, se ele a vende, obtém a forma equivalente geral socialmente válida – dinheiro – que lhe permite adquirir as mercadorias de que necessita ou que possuem valor de uso para ele. É necessário, para isso, que a mercadoria vendida represente valor de uso para o possuidor do dinheiro, ou seja, o trabalho despendido nela deve ser socialmente útil. A divisão do trabalho, portanto, torna os produtores privados independentes, mas também torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo. A independência recíproca das pessoas se completa num sistema de dependência reificada universal, em que o dinheiro representa a materialização social uniforme de trabalho humano indistinto.

A segunda metamorfose da mercadoria, $D - M$, representa ao mesmo tempo a primeira, ou seja, a compra é ao mesmo tempo venda, $M - D$. A mercadoria não é valor de uso no ponto de partida, mas o é no ponto final para o seu possuidor, e o dinheiro aparece como sólido cristal do valor, no qual a mercadoria se transforma para, depois, diluir-se como simples forma equivalente dela. O trabalho privado deve representar, ao mesmo tempo, trabalho diretamente social, e o trabalho concreto particular funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas. O ciclo de metamorfoses de uma série de mercadorias representa, em seu conjunto, o processo de circulação das mercadorias, e o dinheiro, como mediador da circulação, assume o papel de meio circulante. Na circulação simples de mercadorias ($M - D - M$), vende-se para comprar – mercadoria transforma-se em dinheiro que se transforma novamente em outra mercadoria de mesmo valor –, seu objetivo final é o consumo e, por conseguinte, o valor de uso da mercadoria.

Marx, no entanto, observa, também, uma forma diferenciada de circulação que aparece como característica inerente ao sistema capitalista, $D - M - D$, em que o dinheiro se transforma em mercadoria, que se transforma novamente em dinheiro, ou seja, compra-se para vender. Se, no primeiro caso, o processo global começa com o recebimento do dinheiro por mercadoria e termina com a entrega de dinheiro por mercadoria, no segundo, o processo começa com o recebimento de mercadoria por dinheiro e termina com a entrega ou venda da mercadoria por dinheiro. Para Marx, o retorno do dinheiro ao seu ponto de partida não depende de a mercadoria ser vendida mais cara do que ela foi comprada – pois isso influiria apenas na grandeza da soma de dinheiro refluyente – mas se, na circulação, parte-se do extremo do dinheiro e volta-se

novamente a esse extremo, no qual a mesma forma econômica não caracteriza valores de uso qualitativamente diferenciados, então a finalidade determinante do processo é o próprio valor de troca, ou seja, o dinheiro torna-se um fim em si mesmo.

A soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma apenas pela sua grandeza, portanto não faria sentido a simples troca de uma mesma quantidade em dinheiro intermediada por mercadoria, pois seria mais seguro mantê-lo guardado e protegido dos riscos da circulação. O que acontece é que, no final, retira-se mais dinheiro da circulação do que foi inicialmente lançado e, logo, Marx explicita a forma completa de formação do capital:

A forma completa desse processo é, portanto, $D — M — D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital. (MARX, 1996 a, p. 271).

A produção e a circulação desenvolvida de mercadorias, dessa maneira, são o ponto de partida do capital, os pressupostos históricos sob os quais ele surge, e o dinheiro se caracteriza, nesse sentido, por sua circulação como capital. O fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda, constitui, por si mesmo, o início de novo ciclo.

A circulação simples de mercadorias — a venda para a compra — serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho. (MARX, 1996 a, p. 272-273).

A circulação $D — M — D$ é também a fórmula geral do capital, na qual mercadoria e dinheiro funcionam como modos diferentes de existência do próprio valor: o dinheiro é o seu modo geral, a mercadoria é o seu modo particular e ambos são capital. O valor, em uma mudança constante das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria grandeza e se autovaloriza por meio do movimento da circulação. Sem assumir a

forma mercadoria, o dinheiro não se torna capital, todavia Marx identifica que comprar para vender mais caro é apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial, e que o capital industrial é também dinheiro que se transforma em mercadoria, por cuja venda obtém-se mais dinheiro.

A questão central para Marx era definir se a característica essencial do capitalismo e que originava a mais-valia, ou seja, ΔD , podia ser encontrada dentro da esfera da circulação. Observou-se que, se a mercadoria fosse trocada acima ou abaixo do seu valor, não existiria ganho líquido entre ganhador e perdedor, pois o ganho de um seria igual à perda do outro; se fosse feita pelo valor da mercadoria, a troca seria de equivalentes e não haveria mais-valia alguma. Concluiu-se, dessa maneira, que a circulação ou a troca de mercadorias não geraria valor algum, ou seja, não era possível explicar por meio da própria circulação a transformação de dinheiro em capital. (HUNT, 2005).

Essa conclusão, contudo, é parcial quando se considera que a circulação é a soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias, fora da qual o possuidor da mercadoria apenas existe em relação à sua própria. O possuidor de mercadoria pode aumentar seu valor mediante adição de novo trabalho à mesma, mas esse valor não se valoriza fora da esfera da circulação, pois é preciso que ele entre em contato com outros possuidores de mercadorias para que valorize o valor, transformando dinheiro ou mercadoria em capital.

A circulação é, portanto, uma condição necessária, mas não suficiente para a modificação do valor do dinheiro que deve dar origem ao capital. Marx infere que o possuidor do dinheiro precisaria encontrar no mercado uma mercadoria cujo valor de uso fosse, ele mesmo, o de ser fonte de valor. E esta mercadoria é a força ou capacidade de trabalho, cuja venda, em princípio, depende de que seu possuidor seja livre para dispor de sua capacidade de trabalho por tempo determinado, mas também livre no sentido de não possuir outras mercadorias para vender, uma vez que não dispõe dos meios para sua produção.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1996 a, p. 285).

O valor da força de trabalho é, por sua vez, como o de qualquer outra mercadoria, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua

produção e reprodução. O indivíduo necessita consumir bens que são necessários a sua subsistência, conforme seu estado de vida normal, de forma que suas necessidades básicas decorrem de condições históricas e culturais, não sendo meramente meios para sobrevivência. O mercado, ainda, necessita de constante renovação, bem como ampliação, em dados momentos, do mercado de trabalho, e, portanto, os meios necessários à manutenção da família do trabalhador, nas suas condições médias de existência, são também fatores determinantes do valor da força de trabalho, o qual, por conseguinte, é dado pelo valor médio dos bens normalmente consumidos pelo trabalhador e sua família – que também é determinado pelo tempo de trabalho médio socialmente necessário à sua produção. No trecho seguinte, Marx evidencia que o valor de uso da força de trabalho no capitalismo realiza-se no processo de produção de mercadorias, onde ela é consumida a fim de se produzir mais valor:

Conhecemos agora a maneira pela qual é determinado o valor, que é pago ao possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho, pelo possuidor de dinheiro. O valor de uso, que este último recebe por sua vez na troca, só se mostra na utilização real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a esse processo, como matéria-prima etc., o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais valia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, ocorre fora do mercado ou da esfera de circulação. (MARX, 1996 a, p. 292-293).

O funcionamento adequado do capitalismo depende, sobretudo, de que a mais-valia se converta em lucro, o que ocorre quando as mercadorias que a contêm são vendidas e se transformam em dinheiro e, quanto mais se vende, mais fácil é a realização desse lucro. Além disso, para assegurar um lucro cada vez maior, é necessário que trabalhadores produzam mercadorias cujo valor exceda, em muito, o valor das mercadorias que eles consomem. Isso porque, como já mencionado, é a força de trabalho que produz a mais-valia, que é o valor daquilo que o trabalhador produz menos o valor da sua força de trabalho. O valor excedente – *mais-valia* – é apropriado pelo capitalista porque é ele quem detém os meios de produção e, no capitalismo, a propriedade privada desses meios legitima o que Marx percebeu ser a fonte da mais-valia – que gera o lucro, e o lucro máximo, objetivo precípua do sistema – isto é, a *exploração do trabalho*. Nos primórdios do capitalismo, isso se comprovava de forma mais evidente por meio de salários muito baixos que forçavam uma jornada de trabalho cada vez maior para que os trabalhadores pudessem garantir sua sobrevivência, bem como de sua família, num contexto em que havia uma enorme quantidade de trabalhadores desempregados.

Com a evolução desse sistema, a produtividade e a organização dos trabalhadores cresceram de forma a aumentar, lenta e firmemente, o poder de compra de seu salário, bem como a conquista de direitos legais. A condição de exploração, todavia, permanece e, nesse sentido, novos tipos de motivação têm sido imperativos para manter a massa dos trabalhadores produzindo o excedente social. Dessa maneira, há um estímulo crescente a um comportamento aquisitivo, individualista e maximizador dos indivíduos, o que permite a manutenção desse processo e o sustém, por meio da incorporação de cada vez mais bens à cesta de consumo das pessoas, tanto os que já existem como os que são criados. O poder atrativo da possibilidade de satisfação das mais diversas necessidades humanas, por meio de uma renda cada vez maior das famílias, tem motivado um consumo crescente na busca de maior utilidade ou “felicidade”, o que tem sido dominante e, por vezes, chamado de consumismo. Pessoas acreditam que, comprando mais mercadorias, sua insatisfação ou infelicidade subjetivas podem ser supridas, o que as faz trabalhar mais e objetivar salários cada vez maiores.

Capitalistas motivam-se por um comportamento combativo e aquisitivo entre si, na luta competitiva por fatias maiores do excedente social, de forma que o poder econômico de cada capitalista depende do volume de capital que ele controla. Sua existência, enquanto capitalista, depende da habilidade em acumular capital pelo menos no mesmo ritmo que os seus concorrentes, o que explica o esforço de se obter mais lucros e convertê-los em mais capital.

Vê-se que os gastos crescentes de consumo entre os próprios capitalistas são, também, importantes para o funcionamento adequado do sistema, pois, além da demanda decorrente do consumo dos trabalhadores e da compra de mercadorias como investimento a acrescentar à acumulação de capital, precisa-se dessa terceira fonte de demanda para se gerar o gasto necessário para absorção da oferta de mercadorias. Quando isso não se concretiza, o capitalismo sofre depressões: trabalhadores são demitidos, lucros caem, o que pode gerar crises econômicas. (HUNT, 2005).

Considere-se, ainda, que, em uma sociedade em que o poder de consumo equivale a poder social e mesmo a um parâmetro de medida de “felicidade”, o poder aquisitivo da classe capitalista, sobretudo dos que detêm grandes riquezas, num contexto de crescentes inovações, torna-se o modelo da realização material e, muitas vezes, o padrão de vida ideal, inalcançável pela maioria das pessoas que o almejam.

1.3 – O processo de acumulação de capital e de exclusão

O objetivo de lucro máximo é o imperativo do sistema capitalista, e é por meio da venda de mercadorias que isso é possível. Verifica-se que, em princípio, os valores das mercadorias são dados pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e os seus preços flutuam em torno de valores médios. Se um capitalista consegue produzir a custos menores do que o médio, então ele pode vender suas mercadorias pelo valor médio e, além do lucro que obtém por causa da mais-valia – diferença entre o valor das mercadorias e seu custo, em que se inclui o valor da força de trabalho –, pode alcançar, também, um “super lucro”.

Essa lógica se efetiva na dinâmica da competição, da concorrência entre capitalistas, pela qual aqueles que realizam lucros maiores adquirem vantagens no mercado ao reinvesti-los no desenvolvimento de técnicas que possibilitam o aprimoramento do incessante mecanismo do ganho. Nisso consiste o processo de acumulação de capital que, conforme a análise de Marx, apresentar-se-á.

Marx examina, sobretudo, a influência que o aumento do capital exerce sobre a classe de trabalhadores, que é a produtora da mais-valia que o proporciona. De acordo com ele, a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é, sobretudo, produção de mais-valia, cujo aumento pode acontecer de forma absoluta ou relativa:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção de mais valia absoluta gira em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX, 1975, p. 585).

Considera-se que a produção da mais-valia relativa pressupõe um modo de produção especificamente capitalista que surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, entretanto, a sujeição real do trabalho ao capital substitui essa subordinação formal. Como o objetivo do capitalista é o lucro máximo, para sobreviver nesse sistema e não ser eliminado ou incorporado pelos concorrentes, ele precisa aumentar a produtividade dos

trabalhadores para que, em menos tempo, produzam-se mais mercadorias, reduzindo-se, assim, o seu custo individual.

A composição orgânica do capital, por sua vez, ou, simplesmente, composição do capital, exprime-se na correlação existente entre o processo de produção – no qual o capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva – e as suas modificações na determinação dos valores do capital, que se dividem em constante (valor dos meios de produção) e variável (valor da soma global dos salários). Em sua análise do processo de acumulação de capital, Marx verifica o que sucede quando, primeiro, não há alteração da composição do capital e, em seguida, quando tal modificação ocorre.

Supondo que a composição técnica do capital não se altere – ou seja, para que determinada massa de meios de produção funcione, exige-se, mantidas inalteradas as demais condições, uma mesma quantidade de força de trabalho viva –, mas haja aumento de capital, isso implica um acréscimo proporcional na soma global dos salários. Nessa análise, por conseguinte, a elevação dos salários ou da demanda por trabalhadores decorre do aumento do capital que, sem progresso técnico que amplie a produtividade do trabalhador, torna insuficiente a força de trabalho explorável até então. Quando, por exemplo, surgem novos mercados e novas esferas de investimentos de capital, em consequência de novas demandas sociais, as necessidades de acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho, ou do número de trabalhadores, de modo que a demanda por esses pode tornar-se maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam.

Dessa forma, trabalhadores recebem uma parte do excedente que lhes permite aumentar seus gastos, provendo-se melhor de bens de consumo e mesmo adquirindo uma poupança, porém isso não elimina sua condição de explorados e dependentes em relação ao sistema, apenas significa uma redução do peso dos grilhões que o prendem à lógica do mesmo. Capitalistas, por sua vez, apropriam-se da outra parte do produto excedente, a qual lhes permite o aumento do capital, pois apenas na medida em que a força de trabalho mantém os meios de produção e reproduz seu próprio valor como capital, mas também fornece, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional, é que faz sentido sua compra. Isso porque se tem em vista que a produção da mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção, em que o lucro é o objetivo primário. No entanto, um aumento de salário, com a diminuição quantitativa do trabalho gratuito que o

trabalhador realiza, nunca pode chegar ao ponto de ameaçar a existência do próprio sistema.

Se há prejuízo à expansão do domínio do capital, diminuindo-se a acumulação, então logo desaparece a causa de seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. Isso gera desemprego de trabalhadores e queda do preço do trabalho para um nível correspondente às necessidades de expansão do capital, quer esse nível esteja abaixo, acima ou igual ao que era considerado normal antes da elevação dos salários. Aparece, por exemplo, dessa forma, uma das razões pelas quais a condição de pleno emprego torna-se indesejável em economias capitalistas.

A segunda análise, a partir da suposição de que a composição técnica do capital se altere, refere-se ao que Marx considera a mais poderosa alavanca da acumulação: o progresso tecnológico por meio do desenvolvimento da produtividade do trabalho social, ou seja, as alterações por que passa a composição técnica do capital, que se exprime na grandeza crescente dos meios de produção em relação à força de trabalho neles incorporada. Tal transformação na composição técnica, por conseguinte, reflete-se na composição do valor do capital, com aumento da parte constante à custa da parte variável.

Todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho surgidos sobre o fundamento da acumulação são, nesse modo de compreender, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção da mais-valia ou do produto excedente que, por sua vez, é o fator constitutivo da acumulação. São, portanto, métodos para produzir capital mediante capital ou para acelerar sua acumulação em mãos de produtores particulares de mercadorias, o que constitui a condição preliminar do modo de produção especificamente capitalista. Sobre isso Marx diz:

Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante. (MARX, 1996 b, p. 256).

Segundo ele, todo capital individual é uma concentração maior ou menor dos meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de

trabalhadores; toda acumulação torna-se meio de nova acumulação, o que aumenta a concentração da massa de riqueza que funciona como capital nas mãos de capitalistas individuais e, também, como consequência, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas.

Esse tipo de concentração, que depende diretamente do processo acumulativo, caracteriza-se pelo crescimento da massa de meios sociais de produção nas mãos de capitalistas individuais, o qual, não se alterando as demais circunstâncias, é limitado pelo grau de crescimento da riqueza social. Considera-se, também, que a parte do capital social localizada em cada ramo da produção reparte-se entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e concorrentes entre si.

A acumulação aparece, então, de um lado, por meio da concentração crescente dos meios de produção e, de outro, por meio da repulsão recíproca de muitos capitais individuais. A batalha da concorrência, conduzida por meio da redução dos preços, faz com que as firmas cuja produtividade do trabalho bem como escala de produção são maiores tenham vantagem na oferta de preços menores no mercado, o que propicia a exclusão de capitais menores por capitais maiores, a expropriação de capitalista por capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes.

Quando o capital se acumula numa mão apenas, ou em poucas, após deixar as mãos de muitos, esse é o processo de centralização, propriamente dito, que se distingue da acumulação e da concentração, por expressar, simplesmente, a mudança na distribuição dos capitais já existentes – isto é, o progresso da centralização não depende do incremento positivo do capital social. Nesse processo, ao acirramento da concorrência e à maior dificuldade de permanência de capitalistas pequenos, soma-se uma potência inteiramente nova que se constitui e aparece na produção capitalista: o crédito. No início, conforme Marx, o sistema de crédito desempenha um papel de modesto auxiliar da acumulação, mas logo se torna um meio poderoso na luta competitiva e se transforma, por fim, em um mecanismo social para a centralização dos capitais. Constituem-se, dessa maneira, as duas mais poderosas alavancas da centralização, a concorrência e o crédito, que se desenvolvem na medida em que se ampliam a produção capitalista e a acumulação.

A centralização complementa a tarefa da acumulação ao capacitar os capitalistas industriais a expandirem a escala de suas operações e, enquanto reforça e acelera os

efeitos da acumulação, ela amplia e acelera, ao mesmo tempo, as transformações na composição técnica do capital por meio da introdução de aperfeiçoamentos industriais em geral, os quais aumentam o valor da parte constante à custa da parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho, ou seja, o capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores.

Verifica-se que, na primeira análise, a acumulação de capital aparece apenas como uma ampliação quantitativa, já na segunda, há uma alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável, modificando-se a relação entre os mesmos com o progresso da acumulação, a qual sempre produz uma população trabalhadora supérflua relativamente, ou seja, que se torna excedente. A população trabalhadora, portanto, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua, o que não exclui o fato de que o aumento do capital global propicie o crescimento de sua parte variável; isso, contudo, acontece em proporção cada vez menor. Forma-se, assim, o que Marx denominou exército industrial de reserva:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1996 b, p. 262-263).

O progresso da acumulação permite que um capital variável maior ponha mais trabalho em movimento, sem recrutar mais trabalhadores, ao passo que quando possui a mesma magnitude põe mais trabalho em ação utilizando a mesma quantidade de força de trabalho e, finalmente, permite o aumento da exploração de trabalhadores menos qualificados em detrimento dos mais qualificados, mediante salários inferiores. O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que este último exerce sobre a primeira, por meio da concorrência, obriga-a ao trabalho excessivo e à submissão aos ditames do capital.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se um meio de enriquecimento do

capitalista individual e acelera, ao mesmo tempo, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. Os movimentos gerais dos salários, em consequência, regulam-se exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial.

Marx define a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista, dizendo que,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui. (MARX, 1996 b, p. 274).

O funcionamento normal do capitalismo, portanto, leva à exclusão social porque produz concentração, centralização do capital e desemprego. O objetivo de lucro do capitalismo, num contexto de acirrada competição, exige do capitalista a implementação de todos os meios possíveis para a realização do lucro máximo, sem o qual sua sobrevivência a essa lógica torna-se ameaçada, seja por sua eliminação como capitalista no mercado, seja por sua incorporação pelos concorrentes.

Se, por um lado, o aumento da mais-valia absoluta eleva a produtividade do trabalhador, fazendo com que ele trabalhe mais horas ou com maior intensidade, até o limite de esgotamento de sua capacidade física, por outro, o aumento da mais-valia relativa faz com que ele trabalhe mais intensamente nas mesmas horas, o que acontece particularmente pela introdução de progresso técnico¹ que aumenta a quantidade de mercadorias produzidas num mesmo período. A introdução desse último se torna mais viável quando o aumento da jornada de trabalho é impedido por limites físicos e institucionais que dificultam a exploração dos trabalhadores. A introdução de progresso técnico, todavia, implica investimento em pesquisa para o desenvolvimento e a

¹ A introdução de progresso técnico, como maneira mais geral e objetiva de aumentar a produtividade, permite a redução dos custos das mercadorias, barateando-as. Se essas mercadorias mais baratas entram no custo de reprodução da força de trabalho, então os salários caem relativamente à mais-valia, o que, propriamente, caracteriza a mais-valia relativa.

implementação do mesmo, e quanto mais lucro um capitalista obteve no passado tanto mais dinheiro terá para investir no presente e no futuro. É isso que faz com que apenas alguns capitalistas sejam bem-sucedidos.

Conclui-se que a busca por lucros cada vez maiores, compelida pela concorrência, conduz à concentração do capital nas mãos de quem já tinha dinheiro, num primeiro momento, e, no processo, obteve mais dinheiro para investir no desenvolvimento de tecnologias. Por meio de inovações, ampliam-se a produtividade dos trabalhadores e, por conseguinte, o lucro. Essa produtividade maior faz com que a introdução de meios de produção tecnologicamente avançados cresça mais do que os trabalhadores empregados, mostrando que a tecnologia, no capitalismo, é poupadora de mão de obra e produz o desemprego como algo normal e mesmo desejável, dentro dos limites que garantem os maiores ganhos possíveis.

A concentração de capital nas mãos de poucos capitalistas exclui outros do processo, os quais, expropriados dos meios de produção, tornam-se trabalhadores comuns. Os efeitos decorrentes das transformações na composição técnica do capital durante os processos de acumulação, concentração bem como centralização de capitais, ao poupar trabalho, excluem trabalhadores do processo de produção, os quais formam a massa de mão de obra disponível.

A classe daqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviverem sujeita-se à exploração ainda quando essa se disfarça por meio de melhorias relacionadas ao acesso a bens de consumo, os quais contribuem para a perspectiva de que suas condições de vida melhoraram. Isso, contudo, apesar de atingir uma parcela significativa de trabalhadores hoje, particularmente em regiões mais desenvolvidas do globo, não se generaliza em níveis sustentáveis, ao alcance de todos, pois a lógica se sustenta na medida em que os maiores ganhos de uns, num extremo, significam condições degradantes de muitos, noutro.

E, dessa maneira, os ditames do capital condicionam a todos.

1.4 – A alternativa marxista ao capitalismo e o retorno à *Utopia*

O socialismo científico teve sua origem a partir da publicação, no ano de 1848, do livro ‘Manifesto do Partido Comunista’, de Karl Marx e Friedrich Engels, fundadores e principais autores do que também nominou-se marxismo.

A análise das condições históricas de que decorre o modo de produção capitalista, bem como das características desse sistema que justificam a existência de classes, fundamentam as razões pelas quais Marx e Engels, no contexto de sua teoria, defenderam que a classe trabalhadora, a fim de livrar-se do jugo socioeconômico ao qual estava submetida, fizesse o que se denominou Revolução Proletária, por meio da qual o proletariado tomaria o poder político e, dessa maneira, converteria em propriedade pública os meios sociais de produção. Seria possível, a partir daí, estabelecer uma produção social segundo um plano previamente elaborado, com o fim de eliminar a anarquia da produção social, do que derivaria a diluição da autoridade política do Estado e, dessa forma, “os homens, donos por fim da sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres” (ENGELS, 1978, p. 79). Concebe-se, dessa maneira, a “expressão teórica do movimento proletário” que se revela por meio do socialismo científico e se contrapõe ao que Engels nomeou “socialismo utópico”.

O modo capitalista de produção, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução. E, ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve produzir-se essa revolução. O proletariado toma em suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda diferença e todo antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal. (ENGELS, 1978, p. 72).

A extinção do capitalismo e a conseqüente melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores dever-se-iam concretizar por meio da revolução proletária e da luta armada. Combatiam-se ideais dos socialistas utópicos pelos quais se acreditava numa transformação social pacífica. As ideias de Marx tiveram um impacto muito maior do que as de socialistas que o precederam e, segundo Teixeira (2002), “em seu campo específico, sua teoria dava uma base mais sólida ao movimento social e à luta por reformas sociais”. As históricas e malogradas tentativas de revolução para se implantar o socialismo, no entanto, denotam que, ao contrário do que se previu, esse meio para se

superar o capitalismo e construir uma sociedade sem classes, com economia planificada, fracassou.

Crítico da pretensão de Marx e Engels em denominar seu socialismo como científico e defensor de um tipo evolucionário de socialismo, Eduard Bernstein, seu contemporâneo, argumenta que esse título incita a pensar que o socialismo, como teoria, quer e deve ser pura ciência, ideia que, para ele, é equivocada e envolve grande perigo para o socialismo, pois se presta a roubar-lhe a imparcialidade científica, que precisamente constitui um dos requisitos principais do juízo científico.

A ciência é neutra; enquanto conhecimento do real, não é propriedade de nenhum partido nem de nenhuma classe. O socialismo, pelo contrário, é tendência e, por sua condição de doutrina de um partido que luta pelo novo, não pode ater-se, sem mais, ao já constatado. (BERNSTEIN, 1901 *apud* PAIM, 1997, p. 11).

Bernstein entende que a raiz que denota o sentido do socialismo é *socius* (sócio, cooperador, de onde deriva associação cooperativa)² e que, sendo produto da luta de classes, objetiva a transformação da ordem social em uma economia regulada coletivamente. Desse modo,

A meta não é, entretanto, um fato simplesmente determinado de antemão pela teoria cuja realização se espera que ocorra de modo mais ou menos fatalista, se não se trata predominantemente de meta *desejada*, ou seja, pela qual se *luta*. É claro que na medida em que se fixa esta imagem futura como meta, e na medida também em que a atuação presente depende da mencionada meta, o socialismo tem necessariamente algo de utopia. Ao dizê-lo não quero significar que aspira a algo impossível ou improvável, mas apenas indicar que leva em si uma certa porção de idealismo especulativo que contém um elemento não demonstrado cientificamente, ou que não é cientificamente verificável. A ciência aqui em questão, a sociologia, não pode prever, com a mesma segurança com que as ciências exatas podem prognosticar determinados fenômenos, se inevitavelmente se tornará realidade um dia a forma de sociedade a que aspira o socialismo. A única coisa que pode estabelecer são condições que poderiam levar à sua realização e calcular aproximadamente seu grau de possibilidade. (BERNSTEIN, 1901 *apud* PAIM, 1997, p. 11).

A fundamentação da crítica ao sistema capitalista desenvolvida por Karl Marx está em conformidade com a perspectiva defendida neste trabalho. No que diz respeito à alternativa de transformação e superação do capitalismo, ordenamento econômico que prevalece nos últimos séculos, coaduna-se com alguns dos ideais do socialismo utópico e associacionista que inspiraram a busca por justiça social, em particular no que tange às concepções solidaristas aliadas aos princípios que, atualmente, orientam o cooperativismo.

² Cf. Paim, 1997, p. 10.

2 ALTERNATIVAS UTÓPICAS E ASSOCIACIONISTAS

O propósito deste capítulo é apresentar, de início, as primeiras ideias de socialismo anteriores a Marx, na abordagem utópica e associacionista, destacando seus principais autores, distinguidos, respectivamente, conforme Friedrich Engels e Charles Gide. É no contexto das críticas apresentadas por tais autores que se concebem ideias que culminam no modelo de uma organização econômica cooperativa que, de forma paulatina, vai se inserindo no ideário de transformação de condições sociais e econômicas, desde o século XIX até a contemporaneidade.

A palavra socialismo, de acordo com Teixeira (2002), surgiu quase simultaneamente na França e na Inglaterra, na década de 1830, com um significado pouco preciso, mas em geral usada em oposição a individualismo; associou-se, em seguida, ao movimento de formação de cooperativas, adquirindo, mais tarde, seu conteúdo atual, para designar um sistema social contraposto ao capitalismo. A paternidade da palavra socialismo, como oposta a individualismo, segundo Gide (1941), é atribuída a Pierre Leroux, mas também se considera seu aparecimento, na mesma época, na escola de Robert Owen. (RUSS, 1991).

O termo utópico faz referência ao livro de Thomas Morus, publicado em 1516, com o título de *Utopia*, no qual fez uma pesada crítica ao antigo modo de vida em que o feudalismo em desagregação se mesclava ao mercantilismo em ascensão, tendo imaginado uma ilha, por ele denominada Utopia, onde se organizava uma nova sociedade, sem as mazelas da sociedade real existente. No contexto do socialismo, foi Friedrich Engels quem usou o termo “socialismo utópico” para designar projetos sociais concebidos de forma quimérica, sem atenção a aspectos políticos, práticos e concretos de sua construção, sendo por isso, nessa compreensão, não apenas irrealizáveis como incapazes de superar inteiramente as instituições e a ideologia da sociedade que os recusam. (TEIXEIRA, 2002).

As concepções dos utopistas, conforme Engels (1978), dominaram durante muito tempo as ideias socialistas do século XIX, sobretudo por meio de dois franceses e um inglês: Saint-Simon, cuja tendência afirmou-se, até certo ponto, junto à tendência proletária; Charles Fourier e Robert Owen, esse último num país onde a produção capitalista estava mais desenvolvida. É um traço comum aos três o fato de não terem atuado como representantes dos interesses do proletariado que, entretanto, surgira

como um produto histórico. Os utópicos possuíam uma consciência crítica dos males do presente, mas foi na apresentação de um projeto de futuro que visava à superação da sociedade de seu tempo que se verificou a sua utopia. Os avanços da ciência imprimiam-lhes uma fé inabalável na razão e na onipotência do pensamento, acreditando, por isso, que a educação e a universalização do conhecimento científico eram o único caminho para transformar a sociedade e o homem. (TEIXEIRA, 2002).

Essa abordagem une-se ao que Gide (1941) distingue como socialistas associacionistas, ou seja, aqueles que consideraram que a livre associação bastaria para dar solução a todas as questões sociais, contanto que fosse organizada segundo certas condições, variáveis conforme os sistemas. O associacionismo receia que o indivíduo se perca na massa e procura antes salvaguardá-lo pela organização de pequenos grupos autônomos que podem federar-se livremente, mas a unidade, quando exista, virá de baixo e não de cima. Destacam-se, entre os socialistas associacionistas, Robert Owen, Charles Fourier e Louis Blanc.

Diante desses autores, que viveram entre os séculos XVIII e XIX, estava um mundo onde aconteciam as primeiras transformações em direção a uma nova sociedade. Na Inglaterra, a revolução industrial já havia começado e eram visíveis as consequências sociais da industrialização; na França, mais atrasada, a febre da industrialização acometê-la-ia apenas cinquenta anos mais tarde. Não por outra razão, Saint-Simon e Fourier tinham uma visão idílica do agrarismo, enquanto Owen revelava maior conhecimento da realidade de uma sociedade industrial. (TEIXEIRA, 2002).

Se, por um lado, uma intensa agitação política e social caracterizava a revolução francesa, por outro, o processo revolucionário inglês foi mais tranquilo, porém, nem por isso, menos poderoso. O vapor e as máquinas-ferramentas converteram a manufatura na grande indústria, transformando todos os fundamentos da sociedade burguesa; com uma velocidade cada vez mais acelerada, sucedia-se a divisão da sociedade em grandes capitalistas e proletários e, entre eles, uma massa instável e insegura de artesãos e pequenos comerciantes. O antagonismo entre a burguesia e o proletariado encontrava-se, ainda, muito pouco desenvolvido, todavia é sobretudo na grande indústria que se desenvolvem os conflitos que, para muitos, transformaram-se numa necessidade imperiosa de subverter o modo de produção e de eliminar o seu caráter capitalista. (ENGELS, 1978).

O capitalismo, apesar de ainda incipiente naquela época, já dava origem a graves calamidades sociais: amontoamento de uma população arrancada do seu solo em bairros miseráveis das grandes cidades; dissolução de laços tradicionais dos costumes;

prolongamento abusivo da jornada de trabalho que, sobretudo entre mulheres e crianças, assumia proporções aterradoras; desmoralização em massa da classe trabalhadora, lançada, subitamente, em novas condições de vida – do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, de uma situação estável para outra variável e insegura. É esse o contexto que se visava a transformar.

Essa situação histórica informa também as doutrinas dos fundadores do socialismo. As suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar.

Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias. (ENGELS, 1978, p. 34-35).

Do final do século XVIII até as últimas décadas do século XIX, transformações na tecnologia por meio de novas formas produtivas expressaram-se em símbolos como a ferrovia e o telégrafo, marcando a transição não apenas entre duas épocas, mas também entre dois mundos, onde novas descobertas viriam a revolucionar o padrão de consumo, inicialmente com o motor de combustão interna, o telefone, o gramofone, a lâmpada elétrica, implicando exigências cada vez maiores de conhecimento científico para o desenvolvimento industrial. (TEIXEIRA, 2002). Essa era a realidade europeia nos anos de 1880, em que se estabeleciam as bases da sociedade contemporânea e que, desde o princípio, em meio a suas contradições, despertou a crítica de socialistas com perspectivas diversas.

Apresentam-se, então, neste capítulo, as ideias de Saint-Simon, considerado entre os socialistas utópicos, mas não entre os associacionistas, o qual escreveu as “Cartas de Genebra”, publicadas em 1802; Louis Blanc, socialista associacionista, autor de a “Organização do trabalho”, obra publicada em 1839; e as ideias dos dois considerados utópicos (ENGELS, 1978) e associacionistas (GIDE, 1941): Charles Fourier, que publicou sua primeira obra, “A teoria dos quatro movimentos”, em 1808, embora as bases de sua teoria já datassem de 1799; e Robert Owen que, a 1º de janeiro de 1800, assumiu a direção da empresa de New Lanark e, em 1845, publicou “O livro do novo mundo moral”, último que escreveu.

2.1 – Saint-Simon, seus discípulos e as origens do coletivismo

Claude-Henri de Saint-Simon era filho da grande Revolução Francesa, que eclodiu quando ele não contava ainda trinta anos, e é considerado o pai do socialismo (RIST, 1941). Suas ideias expressam um entusiasmo pelo novo regime industrial, nascido das invenções mecânicas e das descobertas científicas, mas também refletem sua preocupação com a sorte da “classe mais numerosa e mais pobre” da sociedade, bem como sua tese, formulada nas *Cartas de Genebra*, de que “todos os homens devem trabalhar”. Tais ideias inserem-se no contexto do socialismo utópico caracterizado por Engels (1978), e dirigem-se, sobretudo, às classes cultas, a engenheiros, banqueiros, artistas, sábios, aos quais, saídos de todas as classes afortunadas, os saint-simonistas pregam o coletivismo e a supressão da herança como o meio mais seguro de fundar uma sociedade nova, baseada na ciência e na indústria.

A passagem do Velho Mundo para o Novo Mundo, em sua experiência na América estadunidense, influenciou na gênese da doutrina de Saint-Simon e foi, segundo Russ (1991), decisiva para o esclarecimento das noções da indústria e do trabalho. Habitado a circular pelos núcleos de privilégio na Europa e alerta para as diferenças entre os dois mundos, não observa no Novo a existência de um grupo privilegiado e parasita que sobrevive à custa de laboriosos e conclui, nessa análise, que o peso do Estado na “América” manifesta-se com força menor que na Europa. Sua visão da sociedade em que vivia, por conseguinte, distinguiu os *trabalhadores* e os *ociosos*, sendo que os primeiros compunham o chamado terceiro estado, composto pela grande massa ativa da nação, a cujo cargo corriam a produção e o comércio, e englobavam não apenas os operários assalariados, mas também os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros; os *ociosos* eram uma referência aos estados privilegiados da sociedade, a nobreza e o clero, inclusive todos aqueles que viviam de suas rendas sem intervir na produção ou no comércio. (ENGELS, 1978).

Distingue-se, com efeito, no que se chama o saint-simonismo, duas doutrinas sucessivas: uma é a de Saint-Simon, caracterizada por um simples industrialismo, pela exaltação do papel da indústria, entendendo essa palavra em amplo sentido, quase no de Adam Smith, que a empregou como sinônimo de trabalho, à qual o socialismo irá buscar alguns elementos, apesar de sua doutrina se relacionar mais ao liberalismo econômico; outra é a de seus discípulos, os saint-simonistas, a que se atribuem as origens do

coletivismo. Eles consideraram que não bastava revelar à humanidade moderna o seu destino social; era preciso que se desejasse, com toda força do sentimento, criar entre os homens a unidade de ação e de pensamento que apenas uma convicção religiosa comum poderia conferir, e tem-se, nesse aspecto, o simonismo como religião, por meio do qual se buscava suplantar o catolicismo em decadência e o liberalismo político. (RIST, 1941).

As concepções de Saint-Simon, segundo Rist (1941), aproximam-se do socialismo na medida em que ele imaginava o governo econômico substituindo o governo político, a administração das coisas substituindo a autoridade sobre os homens, a organização social – decalcada na oficina – e as nações transformadas em associações produtoras com o único objetivo de prosperar por meio de trabalhos pacíficos de uma utilidade positiva.

Em 1816, Saint-Simon declara que a política é a ciência da produção e prediz a total absorção da política pela economia. Nesse sentido, o industrialismo de Saint-Simon distingue-se do liberalismo econômico pelo papel inteiramente novo que atribui ao seu governo. Quem haveria de dirigir e governar, para ele, seria a ciência e a indústria, ou seja, os sábios acadêmicos junto aos burgueses ativos, aos fabricantes, comerciantes e banqueiros, num regime que implicaria, em primeiro lugar, o desaparecimento das classes³. Esse modo de conceber correspondia perfeitamente a uma época em que a grande indústria, e com ela o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, mal começava a despontar na França. (ENGELS, 1978; RIST, 1941).

A igualdade industrial – diz ele – consiste em cada um receber, da sociedade, benefícios exatamente proporcionais à sua posição social, isto é, à sua capacidade positiva, ao emprego que faz dos seus meios, entre os quais se devem compreender, bem entendido, os seus capitais. [...]

No antigo sistema, as disposições principais deviam ter por objeto dar muita força ao governo e estabelecer solidamente o poder das primeiras classes sobre as últimas... No novo sistema, pelo contrário, as disposições principais devem ter por objeto estabelecer, claramente, combinar o mais sabiamente possível, os trabalhos a realizar pela sociedade para melhorar, física e moralmente, a existência de todos os seus membros. (SAINT-SIMON⁴ *apud* RIST, 1941, p. 241-242 e 243).

Apesar de fornecer ao socialismo uma de suas ideias fundamentais, não se pode dizer que Saint-Simon seja socialista no sentido de que ele não propõe a abolição da propriedade privada. (RIST, 1941). Para classificá-lo dessa maneira, todavia, invocaram-

³ O sentido de classe aqui expresso implicava que, na nova sociedade, os ociosos deveriam desaparecer e apenas existiriam os trabalhadores, isto é, operários manuais, agricultores, artífices, industriais, banqueiros, artistas, sábios, entre os quais não haveria outras diferenças além das que resultavam das várias capacidades, ou, ainda, do que Saint-Simon chamou sua “posição”.

⁴ Referência em “Syst. Indust. ‘Œuvres’, t. VI, pág. 17, nota.” e “‘Œuvres choisies’, t. II, p. 437-438”.

se, em geral, dois argumentos: o interesse que manifesta, em certas passagens, pelas classes mais pobres e sua opinião sobre a necessidade de se reformar a propriedade. Citando Saint-Simon, contudo, Rist (1941) diz:

Como quer assegurar Saint-Simon a felicidade dos operários? Confiando-lhes uma parte do poder? De modo nenhum. “É pelo povo – diz ele em *L’Organisateur* (“*Œuvre*”, t. IV, pág. 158), – que a questão (de organização social) se resolverá, mas ele conservar-se-á exterior e passivo... O povo foi eliminado da questão”. O melhor meio de lhe fazer bem é “confiar aos chefes das empresas industriais o cuidado... de dirigir a administração pública”, porque “eles tenderão sempre a dar, diretamente, a máxima extensão possível às suas empresas, e dos seus esforços neste sentido resultará o maior acréscimo possível da massa de trabalhos que são executados pelos homens do povo” (*Syst. Industr.*, “*Œuvre*”, t. VI, págs. 82-83). Um economista liberal não falaria de outro modo.

Quanto à propriedade, Saint-Simon encarou, certamente, como possível, a sua transformação. Numerosas passagens o indicam. “A propriedade deverá ser reconstruída e fundada nas bases que possam torná-la mais favorável à produção”, diz ele em *L’Organisateur* (“*Œuvre*”, t. IV, pág. 59) [...] Já nas “*Lettres à un Américain*” ele resume assim os princípios que descobre em J. B. Say (o que prova bem até que ponto ele se liga aos economistas liberais): “A produção das coisas úteis é o único fim razoável e positivo que as sociedades políticas podem propor-se; conseqüentemente, o princípio – respeito à produção e aos produtores – é infinitamente mais fecundo do que este: – respeito à propriedade e aos proprietários” (“*Œuvre*”, t. II, págs. 186-187)

Mas tudo isto nos parece não exprimir mais do que a ideia de que a propriedade se legitima pela sua utilidade e deve ser organizada em vista da utilidade social. (RIST, 1941, p. 245-246, *nota de rodapé* 103).

Os saint-simonistas, no entanto, a partir do ideal do *industrialismo*, atacam o sistema social propondo reformas mais radicais. Eles estavam persuadidos de que as ideias de Saint-Simon forneciam as bases de uma fé destinada a suplantar, ao mesmo tempo, o catolicismo em decadência e o liberalismo político, dos quais discordavam. Em 1828, o saint-simonismo adotou um caráter de seita organizada e, em 1829, publicou-se a “Exposição da Doutrina de Saint-Simon” que, mais que um simples resumo das ideias do mestre, aparece com um desenvolvimento original, atribuindo-se a Amand Bazard e, sobretudo, a Barthélemy Enfantim o pensamento econômico e, sob a influência desse último, o aspecto filosófico e místico do saint-simonismo, que iria prevalecer sobre o social, levando a escola à ruína. Sobre a obra, quanto à doutrina social, resume-se toda em uma crítica da propriedade privada, abordando-se tanto a perspectiva da produção quanto a da distribuição de riquezas. (RIST, 1941).

A propriedade individual é considerada por eles o mais injusto dos privilégios devido ao direito de o proprietário “cobrar um prêmio pelo trabalho de outrem”, e foi

por este direito de obter lucros sem o trabalho que se definiu a propriedade⁵. Não por acaso, conforme a expressão de A. Menger, a “Exposição da doutrina de Saint-Simon” é “um dos mais notáveis monumentos do socialismo moderno” (RIST, 1941, p. 247). A partir da seguinte citação, pode-se perceber uma marca daquela que constituiria a crítica fundamental de Karl Marx ao capitalismo:

A propriedade, na acepção mais usual da palavra, compõe-se das riquezas que não se destinam a ser consumidas imediatamente e dão direito a um *rendimento*. Neste sentido, ela abrange os fundos de terra e os capitais, isto é, segundo a linguagem dos economistas, os *fundos de produção*. Para nós, os fundos de terra e os capitais, quaisquer que sejam, são *instrumentos de trabalho*; os proprietários e os capitalistas (duas classes que, neste aspecto, não podem distinguir-se uma da outra) são os *depositários* destes instrumentos; a sua função consiste em *distribuí-los* aos trabalhadores. Esta distribuição efetua-se por meio das operações que dão lugar a *juro, aluguer, renda*. (SAINT-SIMON⁶ *apud* RIST, 1941, p. 249).

E, ainda, nas palavras de Rist,

Deste modo, o trabalhador, pela limitação da propriedade a alguns indivíduos, é obrigado a abandonar ao proprietário uma parte do fruto do seu trabalho. Tal obrigação não é mais do que uma “exploração do homem pelo homem”⁽¹⁰⁸⁾, exploração ainda mais odiosa porque, como os próprios privilégios feudais, é perpétua para os explorados e para os exploradores, graças à instituição da herança.

Se se objetava aos saint-simonistas que proprietários e capitalistas não são necessariamente ociosos, que muitos deles trabalham, de fato, para aumentar os seus rendimentos, respondiam que não era essa questão. Uma parte dos seus rendimentos pode provir, sem dúvida, de um trabalho pessoal; mas o que recebem *na qualidade* de proprietários ou capitalistas só pode provir, evidentemente, do trabalho alheio. Eis a exploração!(RIST, 1941, p. 249-250).⁷

Vale esclarecer que a exploração, para os saint-simonistas, não se restringe aos operários, mas estende-se a todos os que pagam valores ao proprietário, em razão dessa sua condição, como, por exemplo, um empresário de indústria que, nesse sentido, torna-se vítima ao pagar juro a um capitalista financeiro. Em Marx, a exploração tem um caráter inteiramente diverso e mais radical, pois ela decorre de um processo de troca, por meio do qual o trabalhador vende sua força de trabalho e, ao incorporá-la às mercadorias, é o único capaz de produzir novo valor, maior que o dessa força.

O ponto em que, precisamente, os saint-simonistas insistem em sua crítica ao direito de propriedade recai sobre a herança, pela qual os capitais são transmitidos a pessoas que não necessariamente são as mais capazes de utilizarem os instrumentos de

⁵ Referência, em Rist (1941) p. 249, nota de rodapé 106: “*Doctrine de Saint-Simon*”, p. 182.

⁶ Referência, em Rist (1941) p. 249, nota de rodapé 107: “*Doctrine de Saint-Simon*”, p. 182, 190 e segs.

⁷ Referência, em Rist (1941) p. 249, nota de rodapé 108: “*Doctrine de Saint-Simon*”, p. 93.

produção. O importante, para eles, era que a distribuição dos instrumentos de trabalho fosse feita visando às necessidades da indústria e ao melhor aproveitamento para geração da riqueza em benefício social. Dessa maneira, concebe-se um modelo em que o Estado torna-se o único herdeiro que, de posse de todos os instrumentos de trabalho, deve distribuí-los em harmonia com os interesses sociais; o governo adquire o papel de um grande banco central, depositário de todos os capitais, com a responsabilidade de selecionar e remunerar, conforme suas condições, os indivíduos mais aptos à utilização dos recursos; os gestores serão homens de boa-fé e capacidades superiores e os outros lhes devotarão obediência, pelo amor e pela fé. Aí se encontram as origens do coletivismo. (RIST, 1941).

Reconhece-se que influência pessoal do saint-simonismo na história econômica foi considerável, sendo preciso destacar também, na sua doutrina, os germes de quase todas as ideias críticas e construtivas que caracterizam o socialismo no decorso século XIX. Apesar de não serem agrupados entre os socialistas associacionistas, eles proclamam, sobretudo, a associação como forma superior de organização produtiva. Dessa maneira, o saint-simonismo aparece como a primeira, a mais eloquente e a mais penetrante expressão dos sentimentos e das ideias que constituem o socialismo do século XIX. (RIST, 1941).

2.2 - Louis Blanc

Louis Blanc escreveu a “Organização do trabalho”, obra publicada em 1839 que, durante décadas, foi o texto mais lido pelos operários franceses, apesar de que dificilmente se poderia dizer que seu socialismo fosse proletário. Seu conteúdo de classe era dado pelos artesãos e pequenos proprietários, esmagados pelo desenvolvimento capitalista. (TEIXEIRA, 2002). Essa obra foi, por muito tempo, considerada como uma das mais representativas do socialismo francês, na qual se apresenta, de forma muito evidente, a oposição entre o regime da concorrência e o da associação, sendo que, para o autor, todos os males econômicos provêm da primeira⁸. A concorrência, então, aparece, ao mesmo tempo, como a explicação da miséria dos operários, de sua degradação moral, da progressão dos crimes, das crises industriais, das guerras entre povos. (GIDE, 1941).

⁸ Gide (1941) comenta que Louis Blanc não foi um autor muito original, inspirando-se nas mais diversas tradições: saint-simonistas, Fourier, Sismondi, Buonarotti (sobrevivente da conspiração babuvista) e, ainda, nas recordações democráticas de 1793. (p. 294)

Em “Organização do trabalho”, ele busca demonstrar, em toda a obra, por meio de variados exemplos, duas coisas:

Provemos, então:

1. Que a concorrência é para o povo um sistema de extermínio;
2. Que a concorrência é para a burguesia causa de crescente empobrecimento e ruína.

Feita essa demonstração, ficará claro que todos os interesses são solidários e que uma reforma social é para todos os membros da sociedade, sem exceção, um caminho de salvação. (BLANC, 2002, p. 198).

Para reparar os malefícios da concorrência, seria preciso fundar o regime no seu contrário: a associação. Não se concebe, entretanto, a associação da forma como o fazem seus predecessores. Defendia a associação fraternal, a cooperação e a adesão voluntária para que todos pudessem desfrutar do progresso moral e material. Sua proposta é a de uma *oficina social* que não é mais que uma sociedade operária de produção em que se agrupam operários de um mesmo ofício, distinguindo-se da oficina ordinária simplesmente porque é mais democrática e igualitária; diferente do microcosmo de Fourier, ela não abrange todos os aspectos da vida econômica; não encontra o seu fim em si mesma, porque apenas cria um produto que outros devem comprar. Louis Blanc apresentou, então, a mais comum das cooperações operárias de produção, à época, ao passo que Owen e Fourier conceberam a cooperação simultânea de consumo e produção. (GIDE, 1941).

A ideia não era nova, uma vez que um antigo saint-simonista, Philippe Buchez, tinha proposto, mas sem êxito apreciável, um projeto análogo em 1831, em que os operários de um mesmo ofício deviam agrupar-se, colocando em comum seus instrumentos de trabalho, pelo qual, eles próprios, receberiam os lucros que, de outro modo, iriam para o empresário (capitalista). A oficina de Louis Blanc era muito semelhante à de Buchez, salvo em que o primeiro pensava principalmente na grande indústria e o segundo na pequena. Além disso, a oficina social, no pensamento de Louis Blanc, consistia em ser uma célula de onde deveria sair, por consequência, toda uma sociedade coletivista. Esse desenvolvimento posterior, entretanto, preocupava-o pouco, porque era um ideal afastado e vago para poder ser discutido de forma útil. (GIDE, 1941).

Depois de sonhos grandiosos e irrealizáveis, o caráter de reforma precisa e simples do plano de Louis Blanc despertou a atenção, pois, por fim, era um projeto compreensível e de fácil aplicação, cuja diferença baseava-se numa organização mais

democrática, em que as remunerações – que sempre deveriam ser suficientes para a existência do trabalhador – seriam, inicialmente, graduadas conforme uma hierarquia de funções, a qual seria estabelecida por eleição, salvo no primeiro ano, em que o governo estaria encarregado de a organizar. O lucro líquido, conforme seu entendimento, seria dividido, todos os anos, em três partes: uma seria dividida em porções iguais entre os membros da associação; outra se destinaria à assistência de idosos, doentes, acidentados e à minimização das crises em outras indústrias; e a última visava garantir a expansão indefinida da oficina, proporcionando o fornecimento de instrumentos de trabalho aos que quisessem fazer parte da associação. (BLANC, 2002).

Para haver êxito nessa proposta, Louis Blanc supunha que seria necessário apenas um pequeno impulso do Estado: capitais para criar as primeiras oficinas e o regulamento legislativo das mesmas, cuja execução teria apenas de ser vigiada. Ele acreditava que, por meio da livre concorrência, as oficinas sociais acabariam por destruir os capitais privados, e também defendia uma reforma política e a construção de um Estado democrático que, sem violência, introduziria as reformas sociais. A necessidade desse impulso do Estado é um ponto importante da doutrina de Louis Blanc que a difere nitidamente das ideias de Owen e de Fourier, que não recorrem ao Estado para realizarem seus projetos, bastando-lhes a iniciativa particular, por meio da qual a sociedade renovar-se-ia, de maneira espontânea, sem auxílio exterior. (GIDE, 1941; TEIXEIRA, 2002).

A vantagem das fábricas sociais no embate da concorrência, segundo ele, decorria da própria natureza das economias de vida em comum e pressupunha um modo de organização em que todos os trabalhadores, moralmente corretos, por suposição, estivessem interessados em produzir rápido e bem; cada fábrica poderia ser composta de profissões diversas, agrupadas em torno de uma grande indústria, como partes diferentes de um mesmo todo, obedecendo às mesmas leis e participando das mesmas vantagens; o governo, pelo seu poder, também estaria sempre pronto a amortecer efeitos negativos, impedindo a queda de preços a um nível muito baixo dos produtos provenientes de suas fábricas. (BLANC, 2002).

Ora, no sistema de associação e de solidariedade, não haverá nem patentes de invenções, nem exploração exclusiva. O inventor seria recompensado pelo Estado e sua descoberta posta a serviço de todos, no mesmo instante. Desta forma, o que é atualmente um meio de extermínio (novas tecnologias poupadoras de mão de obra) tornar-se-ia um instrumento de progresso universal; o que leva o operário à fome, ao desespero, e o conduz à revolta, serviria apenas para tornar sua tarefa menos pesada e para conceder-lhe suficiente lazer para exercitar sua inteligência; em uma palavra, o que permite a tirania ajudaria no triunfo da fraternidade. (BLANC, 2002, p. 225).

A oficina social, dessa maneira, seria uma célula donde sairia toda uma nova sociedade, e a força para sua expansão, apesar de contraditória, vinha justamente da concorrência, transformada, na sua concepção, pela força de circunstâncias, na “santa” concorrência conduzida, sem brutalidade nem abalos, pela força da liberdade, de forma a atingir apenas o objetivo de absorção sucessiva e pacífica das fábricas individuais pelas fábricas sociais. Compreendendo a liberdade *de fato* enquanto poder dado ao *homem* de exercer e desenvolver suas faculdades, Louis Blanc defende a necessidade de intervenção do Estado enquanto houver diferenças de classe até a sua extinção – onde existe uma submissão inevitável do homem privado de instrução e instrumentos de trabalho diante daqueles mais ricos e instruídos –, embora admitisse que tal intervenção fosse contrária à liberdade no âmbito de um direito abstrato conferido por uma Constituição. (GIDE, 1941).

No trecho seguinte, ele expressa seu ponto de vista sobre a necessidade de um caráter prático para se efetivar a revolução da sociedade:

Para se chegar a uma revolução social, é necessariamente obrigatório apoiar-se nos dados da sociedade presente. Em outras palavras, o que importa encontrar é menos uma fórmula matemática que uma solução prática.

Robert Owen não foi um reformador prático quando quis fundar a repartição dos frutos do trabalho nas necessidades, em uma sociedade em que ela não estava sequer fundada nos serviços.

Os saint-simonianos não foram reformadores práticos quando exigiram a abolição da família e a eliminação imediata dos direitos de herança.

Chales Fourier não foi um reformador prático quando colocou a distribuição de todos os trabalhos, industriais ou agrícolas, à mercê do capricho individual e quando fez entrar em sua organização social tudo, menos a ideia de *poder*. (BLANC, 2002, p. 218-219).

Essas ideias ainda incipientes adquirem, no último quarto do século XIX, força decisiva no desenho do socialismo de Estado que, a partir de então, tornar-se-á uma verdadeira doutrina, cujas aplicações serão numerosas. Além disso, as concepções abordadas em “*Organisation du Travail*” tiveram um êxito duradouro nas numerosas cooperativas operárias de produção que se criaram um pouco por toda a parte e cuja popularidade não deixou de ser grande entre certos grupos de operários franceses. Junto a Owen e Fourier, Louis Blanc contribuiu para dar impulso enérgico ao princípio da associação, e é principalmente por isso que ele merece obter, segundo Gide (1941), embora um pouco abaixo desses outros, determinado lugar na história do socialismo associacionista.

2.3 – Charles Fourier

Charles Fourier foi um crítico das condições sociais existentes em sua época e, embora não se reconhecesse socialista, é considerado o mais burguês dos socialistas, aparecendo, ainda, aos homens do seu tempo como um ultrassocialista, um comunista. (GIDE, 1941). Suas ideias, inseridas no contexto do socialismo utópico, mas também do associativismo, serviram de ideal à classe operária, pelo menos na França, durante todo o século XIX, até serem repudiadas pelo coletivismo marxista. Por suas extravagâncias, muitas vezes foi alcunhado de louco.

O que, para Engels (1978), mais se sobressai em Fourier é a maneira como concebe a história da sociedade, dividindo-a em quatro fases ou etapas de desenvolvimento: o selvagismo, a barbárie, o patriarcado e a civilização, esta última coincidindo com a chamada sociedade burguesa, isto é, com o regime social implantado desde o século XVI até o tempo em análise. A civilização mover-se-ia num círculo vicioso, num ciclo de contradições que se reproduz constantemente sem ser possível superá-las. Nessa compreensão, toda fase histórica tem sua vertente ascensional, mas também descendente, concepção projetada inclusive sobre o futuro da humanidade. O estado civilizado, onde, para Fourier, reinam a mentira e a indústria repugnante, seria chamado “mundo às avessas”, e o estado societário, fundado sobre o uso da verdade e da indústria atraente, seria o “mundo direto”. (FOURIER, 2002, p. 68).

De resto, a civilização ocupa, na escala do movimento, um papel importante, porque é ela quem cria os meios necessários para se chegar à associação; ela cria a grande indústria, as ciências superiores e as belas-artes. Deveríamos fazer uso desses meios para subir na escala social, e não permanecer eternamente nesse abismo de misérias e ridículos, chamado civilização, que, com suas proezas industriais e suas torrentes de falsas luzes, não consegue garantir ao povo trabalho e pão. [...]

Distribuem-se centenas de prêmios para controvérsias insignificantes e textos parasitas, e nem uma pequena medalha para a invenção do procedimento societário natural.

No entanto, cada um percebe que o mundo social não atingiu sua finalidade, e que o progresso da indústria não é senão uma ilusão para a multidão. [...] Como a natureza é sábia ao inspirar aos selvagens um profundo desdém por essa indústria civilizada, fatal para os que a exercem e lucrativa apenas para os ociosos e para alguns poderosos! (FOURIER, 2002, p. 68).

A associação aparece como um meio de alcançar o desejo de aumentar (ele diz até quadruplicar) a renda, mas, para isso, seria necessário tornar o trabalho atraente, o que se obteria com o estudo da “atração passional” capaz de levar à descoberta do mecanismo societário. O cerne da questão estaria em associar além das faculdades

pecuniárias e industriais de um grupo de famílias, também paixões, caráter, gostos, instintos. Em reação à moralidade prevalecente na época, Fourier defende que é preciso satisfazer as paixões humanas num plano de organização societária que se liga a uma filosofia do desejo, pois se as paixões e os instintos mais criticados foram atribuídos ao homem por Deus, então “trata-se de decidir quem está errado, se Deus ou a moral” (FOURIER, 2002, p. 92).

O princípio que torna o trabalho atraente, por meio do qual o esforço técnico e agrícola é apreendido, revela-se não em termos de economia propriamente dita, mas na metamorfose de trabalhos em prazeres. A visão de Fourier é naturalista, a paixão, para ele, se caracteriza pelo desejo de variedade, reúne a felicidade dos sentidos e da alma, não há aquela que seja inútil ou má e, por isso, a moral repressiva da civilização deve dar lugar ao impulso harmônico da ordem divina, regida por Eros que, “arrancando o ser da individualidade descontínua, lança-o no sagrado e na embriaguez de continuidade, fornecendo a chave do enigma social”⁹ (RUSS, 1991, p. 118).

A realização do plano societário de Fourier acontece nos Falanstérios, lugar onde os indivíduos se reúnem em comunidade de número suficiente de 1800 pessoas, em que os novos homens podem expandir-se livremente. A finalidade, do ponto de vista econômico, seria realizar o máximo conforto com o mínimo de gastos, pois “a mesquinha e onerosa instituição do lar familiar” seria substituída por “grandes serviços coletivos, cozinha, aquecimento, iluminação, banhos e todo o serviço doméstico propriamente dito” (GIDE, 1941, p. 283). A organização e a estrutura para a produção e o consumo visam a fornecer, nesse sentido, tudo que é preciso às necessidades dos habitantes; quando, porém, houvesse falta ou excesso de algum produto, praticar-se-ia a troca com outras comunidades.

Nosso século pretende distinguir-se pelo espírito de associação; mas como pode fazer isso, se na agricultura se adota a distribuição por famílias, que é a menor combinação possível? Não se pode imaginar reuniões menores, mais antieconômicas e mais antisocietárias que a de nossas aldeias, limitadas a casais ou famílias de cinco ou seis pessoas; essas aldeias chegam a construir

⁹ No mundo harmônico de Fourier, o estado coerente e unificado capaz de satisfazer às paixões destinar-se-ia a substituir o universo falso e mentiroso da civilização. Um exemplo de sua perspectiva é considerar que o casamento possui um caráter antinatural que funciona contra as paixões e os instintos e opõe-se ao impulso feliz da vida. Outro refere-se à educação das crianças, no estado societário, em que se buscava neutralizar a influência dos pais na formação de preconceitos, visando “anular” o trabalho antinatural. E, ainda, na “cidade harmoniosa” haveria o gosto da boa mesa, das delícias da gastronomia. A alegria proporcionada pelo dinheiro (riquezas móveis, ouro, prata etc) tenderia a ser mais um prazer entre muitos. Eros, que na mitologia grega é o deus amor, torna-se, em *Harmonia*, princípio de fraternidade e de reciprocidade social e, em última análise, ele funda a comunidade. Fourier abalou profundamente o sistema de pensamento da sociedade em que vivia ao revelar os alicerces de sua proposta (RUSS, 1991).

trezentos celeiros e trezentas adegas, mal planejadas e mal localizadas, quando bastaria, em associação, um único celeiro e uma única adega, bem localizada, bem equipada e ocupando apenas a décima parte das pessoas que a propriedade fragmentada ou o regime familiar exigem. (FOURIER, 2002, p. 73).

Os falanstérios não aboliam a propriedade individual, pois eram constituídos sob a forma de uma sociedade por ações – o que, para Gide (1941, p. 285), “nada tem de socialista e que, pelo contrário, é tudo o que há de mais capitalista”. Considera-se, todavia, “a sagacidade notável” de Fourier ao enumerar as vantagens desta evolução da propriedade num tempo em que as sociedades por ações eram ainda raras. Seu programa, portanto, não visava à extinção da propriedade, tinha por objetivo a abolição do salário pela aquisição da propriedade associada e universalizada, pela associação da inteligência, do trabalho e do capital, procurando conciliar os interesses antagônicos do capitalista e do trabalhador, do produtor e do consumidor, do credor e do devedor, consolidando esses mesmos interesses na mesma pessoa. (GIDE, 1941).

Caracterizou-se, posteriormente, esse tipo de associação como uma sociedade cooperativa de consumo integral e, ao mesmo tempo, uma sociedade de produção, em que se repartiriam os dividendos entre os societários. Fourier, por conseguinte, abordou tanto a forma de organização que caracteriza uma cooperativa de produção quanto a transformação do trabalho assalariado em trabalho associado de proprietários cointeressados, essa última tendo sido indicada por ele como sendo o primeiro problema que a Economia Política deveria estudar, pois seria um meio para tornar o trabalho mais atraente e produtivo. (GIDE, 1941).

Um ideal do pensamento fourierista, que foi depois lema de várias escolas sociais, consiste no “regresso a terra”, em que se tem duplo sentido. Procura-se, primeiro, a dispersão das grandes cidades e a disseminação dos habitantes pelos Falanstérios, e, em segundo lugar, procura-se a redução ao mínimo dos trabalhos nas “indústrias civilizadas”, caracterizadas pelo maquinismo das grandes fábricas – em Fourier, o que havia era mais uma aversão ao industrialismo que antipatia pelo capitalismo. Eram as atividades de horticultura, arboricultura, avicultura, apicultura, piscicultura e tudo que entra na denominação de jardinagem que faziam com que o trabalho na terra fosse atraente. (GIDE, 1941).

Desejando-se que o homem trabalhasse apenas por prazer, e não por constrangimento, miséria ou interesse, seriam, para isso, necessárias três condições: 1 – a substituição do trabalho industrial, tanto quanto possível, pelo trabalho agrícola, ou

horticultor; 2 – a organização do trabalho em grupos e séries, em que cada um classificaria a si próprio segundo suas afinidades, onde a emulação e a rivalidade exaltariam a atividade de cada um; 3 – a garantia de um mínimo de subsistência, assegurado, em todo caso, a cada um, pois dessa maneira o trabalho perderia seu caráter coercitivo para se tornar facultativo. (GIDE, 1941).

Fourier, apesar da excentricidade e do utopismo, não tinha a pretensão de que se introduzissem, de repente, todos os homens no mundo de *Harmonia*. Um período de transição, a que chamava Garantismo, era necessário, contanto que se assegurasse às pessoas um mínimo de segurança e conforto.

2.4 – Robert Owen

Robert Owen é o principal representante do socialismo inglês da primeira metade do século XIX, considerado o pai do cooperativismo. A miséria e os males da espécie humana, para ele, têm sua origem em conhecimentos inadequados, razão que o leva a confiar na capacidade de se dissolver o mal por meio do ato intelectual. “Enquanto o mundo continuar deixando-se abusar pela ignorância dos séculos que nos precederam, será loucura acreditar que possamos nos tornar realmente bons, sábios e felizes” (OWEN, 1819, p. 19 *apud* RUSS, 1991, p. 27) ¹⁰.

Ele assimilou os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII, pelos quais o caráter humano é produto de sua organização inata, mas também fruto de circunstâncias que o envolvem durante sua vida, sobretudo durante o período de seu desenvolvimento, as quais o condicionam, sendo fundamental, em sua percepção, agir sobre elas. Ser racional é, em primeiro lugar, escapar da ilusão da liberdade. (ENGELS, 1978; RUSS, 1991).

O pensamento de Owen situa-se no âmbito de um determinismo mecanicista estrito, em que ninguém conquista sua vida nem a modela, de forma que as circunstâncias explicam tudo do homem. Sua teoria na ordem econômica, conforme comparação de Gide (1941), é análoga ao que foi a de Lamarck, na perspectiva da biologia (a crença na influência do ambiente na transformação dos organismos). Modificando-se o meio, modificar-se-ia o homem, no entanto se o homem é um produto do meio e não

¹⁰Referência em Owen, R. “Mensagem aos habitantes de New Lanark” – *Adresse aux habitants de New-Lanark*, Colas 1819. Demais informações ausentes.

possui liberdade, como poderia ele modificar esse meio? Owen não parece se preocupar com a contradição que essa questão implica. A base de seu raciocínio tem como pressupostos, dentre outros, as seguintes características:

1. O homem é um *ser complexo* cujo caráter é formado por sua constituição, ou pela organização que traz desde o nascimento, e pelos efeitos de circunstâncias externas, que o cercam e atuam sobre ele do nascimento até sua morte; esta organização original e as influências externas agem e reagem continuamente entre si.
2. O homem é forçado, por sua constituição primitiva, a receber seus *sentimentos* e suas *convicções* independentemente de sua *vontade*.
3. Seus *sentimentos* ou suas *convicções*, ou os dois juntos, criam a motivação para agir, denominada *vontade*, que o estimula a agir e determina suas ações.
(OWEN, 2002, p. 101).

A reforma do caráter do homem far-se-ia, nesse sentido, em função de uma racionalização progressiva, e a busca da felicidade deveria inclinar-se ao poder de uma religião racional e ao imperativo da ciência social. O princípio dessa religião é o de unificação e aplicação do saber, cujo objetivo é a materialização das bases do conhecimento; já a razão científica é concebida por meio de uma estrutura integral que reúne teoria econômica, pedagogia e princípios da arte de governar. Ciência e religião unem-se em verdade e fraternidade, o que faz a coletividade participar do ser e do bem comuns. (RUSS, 1991).

Quanto à ciência da produção, Owen estabelece seus princípios contra os sofismas malthusianos e considera que as forças produtivas revelam-se capazes de criar uma “superabundância de riquezas para todos”, uma vez que a criatividade humana é ilimitada. O objetivo de lucro – definido como o que aparece além do preço do custo – e a economia egoísta são os únicos responsáveis pela limitação dos recursos materiais. (RUSS, 1991).

Em New Lanark, na Escócia, Owen viveu uma experiência que lhe rendeu honra e fama na Europa. Lá ele encontrou uma comunidade de cerca de 1300 pessoas, na qual reinavam o vício, o roubo, a imoralidade, conforme se descreve:

Constatee à minha chegada que a população desse lugar era semelhante à de outros distritos manufatureiros; isto é, estava mergulhada, com poucas exceções, na pobreza, no crime, na miséria; e se opunha, enfim, a qualquer tipo de mudança... (OWEN, 1819, p. 6 *apud* RUSS, p. 31)¹¹.

¹¹ Vide nota de rodapé n. 10.

Tendo investigado as causas materiais que geravam tais efeitos, concluiu que era necessário eliminar a repressão e introduzir razões para se produzirem novos hábitos e, em consequência, um novo caráter, ou seja, era necessário modificar o meio em que as pessoas viviam. Para tanto, durante o período de 1800 a 1829, lá se tornou sócio-proprietário de uma indústria têxtil, onde desenvolveu uma série de reformas destinadas a melhorar as condições de vida desses indivíduos, inserindo-os socialmente por meio do trabalho. (RUSS, 1991).

Uma população operária, recrutada a princípio entre os elementos mais heterogêneos, a maioria dos quais muito desmoralizados, cresceu de forma paulatina até 2.500 indivíduos e converteu-se em suas mãos numa colônia-modelo, “na qual não se conheciam a embriaguez, a polícia, os juízes de paz, os processos, os asilos para pobres nem a beneficência pública” (ENGELS, 1978, p. 41), o que se proporcionou por meio de algumas melhorias nas condições de vida daquelas pessoas, consagrando-se um cuidado especial à educação da prole.

Owen criou os jardins de infância, que funcionaram pela primeira vez em New Lanark; as crianças eram enviadas às escolas desde os dois anos e, enquanto nas fábricas de seus concorrentes os operários trabalhavam treze e quatorze horas diárias, em New Lanark a jornada de trabalho era de dez horas e meia. (ENGELS, 1978). Transformando o ambiente, Owen obteve um duplo resultado: os rendimentos industriais, ao crescerem, permitiram a realização de uma obra humanitária – as condições de vida, em geral, melhoraram consideravelmente; os artigos de alimentação e vestuário eram vendidos a baixo preço; o conforto das casas aumentou – isso apesar da oposição de seus associados, preocupados com a rentabilidade. (RUSS, 1991).

Esses resultados, contudo, não eram suficientes na compreensão de Owen, que percebe que as circunstâncias favoráveis criadas por ele não eram capazes de assegurar a seus operários uma dignidade real completa, e reconhece os limites de sua ação na propriedade privada: “Esses homens eram escravos à minha mercê, suscetíveis de serem despedidos a qualquer momento e sabendo que, nesse caso retornariam à miséria, após a felicidade limitada que agora usufruíam.” (OWEN, p. 82 *apud* RUSS, 1991, p. 34)¹².

Owen se aprofunda no escândalo que representa a propriedade privada a seus olhos, pelo que compreende que as riquezas produzidas vão para os proprietários e os

¹² Referências em Owen, R. *Revolução*, in Morton, Textos escolhidos – *Textes choisies*, Introd. de Morton, Trad. franc. de Meir, Ed. Sociales. Demais informações ausentes.

operários são frustrados dos resultados de seu trabalho. As novas e gigantescas forças produtivas, que enriqueceram alguns e “escravizaram” muitos, lançavam, segundo ele, as bases para uma reconstrução social e estavam fadadas a trabalhar somente para o bem-estar coletivo, como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade (ENGELS, 1880). É essa descoberta que o orienta nesse momento de sua vida, no contexto deste seu questionamento:

E, contudo, a parte produtora daquela população de 2.500 almas dava à sociedade uma soma de riqueza real que, apenas meio século antes teria exigido o trabalho de 600.000 homens juntos. Perguntava: onde vai parar a diferença entre a riqueza consumida por essas 2.500 pessoas e a que precisaria ser consumida pelas 600.000? (OWEN *apud* ENGELS, 1978, p. 41)¹³.

Desgostoso com os resultados de seu patronato, bem como com o pouco que obtivera em suas campanhas junto ao Estado, ele se volta à associação, aproximando-se de concepções comunistas. Um sistema cooperativo lhe parece mais de acordo com a justiça e a moral, onde não prevaleçam o egoísmo generalizado e a irracionalidade da acumulação individual. Para isso, Owen propõe um sistema de aldeias comunitárias de 1200 pessoas onde o trabalho, as despesas e a instrução ficariam a cargo da obra coletiva. Apesar de seu otimismo e da confiança de que a resistência a esse seu plano “será doravante tão inútil quanto o seria o esforço mesquinho do homem para afastar da terra os raios vivificantes do sol” (OWEN, p. 147, *apud* RUSS, p. 35)¹⁴, o projeto não obtém nenhum sucesso, uma vez rejeitado pela “sociedade oficial”.

Do ponto de vista de Gide (1941), a perspectiva estritamente determinista de Owen, pela qual ele negava qualquer responsabilidade dos homens sobre seu destino, excluindo também toda influência religiosa, mesmo cristã, foi uma razão significativa por que não encontrou apoio na sociedade inglesa, revoltada contra uma doutrina que lhe parecia ter uma “cínica profissão de ateísmo”, embora Owen fosse, de fato, deísta.

Ele, todavia, não desiste e da rejeição nasce uma nova experiência. A esperança de Owen direciona-o aos Estados Unidos, entre 1824 e 1829, a fim de realizar seu objetivo último: “A Comunidade de Igualdade Perfeita”. Esse era o projeto de *New Harmony*, pelo qual, segundo Owen, a revolução pela razão triunfaria e os governos, reconhecendo esse sucesso, abandonariam, aos poucos, a propriedade privada para adotar o sistema social racional. Dessa forma, a generalização das colônias comunistas

¹³ Não há referências no livro.

¹⁴ Vide nota de rodapé n. 12.

dissolveria a estrutura burguesa. As pessoas em *New Harmony*, contudo, formavam um grupo de oitocentos sem vínculo real e sem objetivos comuns: primeira causa do fracasso, pela qual cada um vivia a sua maneira, sem nenhuma ordem geral presidindo a repartição do trabalho, onde a produção era entregue ao arbítrio das boas vontades individuais. (RUSS, 1991).

Do ponto de vista econômico, sua doutrina significava o mais absoluto igualitarismo, em que a remuneração do trabalho seria feita segundo as necessidades e não segundo as capacidades – as associações owenistas eram vistas como comunistas. Tendo a comunidade centrado tudo, muito rapidamente, em torno da satisfação idêntica das necessidades, com o esforço e os resultados do trabalho relegados a segundo plano, muitos se esquivaram do esforço, e uma parte de laboriosos passou a arcar com as custas da preguiça generalizada. Reapareceu, assim, a aspiração pela propriedade privada, num lugar onde o egoísmo e o individualismo reinavam tanto mais intensamente quanto mais eram reprimidos e, por fim, o empreendimento fracassa e a propriedade privada triunfa em *New Harmony*. Desse resultado levantou-se-lhe a questão sobre a possibilidade de se modificar caracteres modelados e fixados ao longo dos tempos. (RUSS, 1991). Sobre Owen, Engels escreve:

O avanço para o comunismo constitui um momento crucial na vida de Owen. Enquanto se limitara a atuar só como filantropo, não colhera senão riquezas, aplausos, honra e fama. Era o homem mais popular da Europa. Não só os homens de sua classe e posição social, mas também os governantes e os príncipes o escutavam e o aprovavam. No momento, porém, em que formulou suas teorias comunistas, virou-se a página. Eram precisamente três grandes obstáculos os que, segundo ele, se erguiam em seu caminho da reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma atual do casamento. E não ignorava ao que se expunha atacando-os: à execração de toda a sociedade oficial e à perda de sua posição social. Mas isso não o deteve em seus ataques implacáveis contra aquelas instituições, e ocorreu o que ele previa. Desterrado pela sociedade oficial, ignorado completamente pela imprensa, arruinado por suas fracassadas experiências comunistas na América, às quais sacrificou toda a sua fortuna, dirigiu-se à classe operária, no seio da qual atuou ainda durante trinta anos. Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra em interesse da classe trabalhadora, estão ligados ao nome de Owen. Assim, em 1819, depois de cinco anos de grandes esforços, conseguiu que fosse votada a primeira lei limitando o trabalho da mulher e da criança nas fábricas. Foi ele quem presidiu o primeiro congresso em que as trade-unions de toda a Inglaterra fundiram-se numa grande organização sindical única. E foi também ele quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, por um lado, as cooperativas de consumo e de produção – que serviram, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis –, e por outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de troca dos produtos do trabalho por meio de bônus de trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido; esses estabelecimentos tinham necessariamente que fracassar, mas se antecipam muito aos bancos proudhonianos de troca, diferenciando-se deles

somente em que não pretendem ser a panaceia universal para todos os males sociais, mas pura e simplesmente um primeiro passo para uma transformação muito mais radical da sociedade. (ENGELS, 1978, 42-43).

O socialismo de Owen, segundo Gide (1941), nunca apontou a expropriação dos capitalistas como finalidade aos operários e, para ele, suprimir o lucro (que, na sua concepção, advinha da circulação de mercadorias, como o que aparece além do preço de custo) seria essencial para modificar o meio econômico. O lucro é visto não apenas como uma injustiça, mas é um perigo permanente, a verdadeira causa das crises econômicas de superprodução ou, antes, de subconsumo, porque é ele que coloca o trabalhador na impossibilidade de comprar o produto do seu trabalho e, por conseguinte, de consumir o equivalente do que produziu.

Ao contrário de Marx, Owen não percebeu, claramente, a natureza do lucro que, conforme demonstrado no capítulo primeiro, advém, *a priori*, da mais-valia, ou seja, da exploração do trabalho, mas também do aumento da produtividade e da acumulação de capital. Por isso, o segundo acreditava que a supressão do lucro aconteceria simplesmente na esfera da circulação. Para ele, conforme descreve Gide (1941), o dinheiro era o instrumento do lucro, então era a moeda que se deveria atingir. Propôs a substituição da mesma por senhas de trabalho (*labour notes*), que seriam o verdadeiro padrão do valor, por meio das quais um produto seria vendido por tantas senhas quantas horas de trabalho tivessem sido necessárias à sua produção. Dessa maneira, o lucro seria abolido e percebe-se que ele adotava a teoria de Ricardo sobre o valor. (GIDE, 1941).

As senhas de trabalho ocuparam um lugar no programa das escolas coletivistas, mas, como assinala Gide (1941), é admirável que tenham sido inventadas por Owen, uma vez que isso se contradiz ao seu ideal *comunista* de “a cada um segundo as suas necessidades”. Como suporia Marx, a eliminação da moeda não implicaria a eliminação do lucro. Essa experiência foi tentada, em Londres, pela criação do Armazém de Troca de Trabalho, contudo, como era de se esperar, os associados aumentavam o valor dos seus produtos atribuindo-lhes um número de horas de trabalho superior à realidade e, por conseguinte, a confiança na boa-fé, nesse sistema, era inviável. Mecanismos que visaram à abolição do lucro tiveram importância secundária, mas a ideia dessa extinção sobreviveu e realizou-se, ao menos em parte, numa instituição mais sólida e ampla, que se alastraria pelo mundo todo. Eram os armazéns de troca cooperativos que começam a multiplicar-se no tempo do Armazém de Troca (1832-1834), mas que apenas dez anos mais tarde tomaram sua forma definitiva com os pioneiros de Rochdale. (GIDE, 1941).

As sociedades de consumo, com efeito, têm por regra: - ou não produzir lucros, ou restitui-los aos seus membros na proporção das suas compras, o que, evidentemente, vem a dar a mesma coisa; não há pois lucro; há só restituição de verbas. E para chegar a isso adotam o mesmo meio que Owen, o contato direto do produtor com o consumidor, suprimindo os intermediários. Mas deve notar-se que esta eliminação do lucro se realiza sem que haja necessidade de eliminar a moeda. (GIDE, 1941, p. 279).

A associação cooperativa, enquanto tender para a abolição do lucro, será o fruto mais apreciável de toda a obra de Owen que, conforme observa Gide (1941), não parecia estar completamente consciente de sua ação neste movimento. O sentido da palavra cooperação não era o mesmo atual, referindo-se simplesmente ao comunismo. Apesar de Owen ter visto nascer a sociedade de Rochdale – a qual, dentre os 28 pioneiros, contava com seis de seus discípulos – ele repudiou as sociedades cooperativas de consumo sob forma de armazéns de venda, as quais ele via como meros estabelecimentos filantrópicos indignos de seu ideal.

Owen não preconizou a expropriação de riquezas adquiridas como solução para a contradição de classes, mas sim vislumbrou a organização de novas formas de empresas onde o trabalhador pudesse guardar para si a totalidade do produto de seu trabalho – o que, precisamente, é o programa das cooperativas. (GIDE, 1941). Desiludido com seus empreendimentos, mas não com a sua doutrina, na última fase de sua vida, Owen dedica-se a propagar as ideias “do novo mundo moral”, as quais são expostas em um livro com esse nome, onde se encontra o trecho a seguir:

Para quem tem a faculdade de observar e de refletir com exatidão e com amplitude, torna-se evidente que a única causa da miséria do homem tem sido, e ainda é, não somente uma total ignorância, mas uma concepção inteiramente falsa de sua própria natureza. Nossos pais, após numerosos esforços infrutíferos, para dele fazer, de acordo com suas concepções, um ser bom, chegaram à conclusão de que ele era mau por natureza e incapaz de tornar-se bom ou feliz neste mundo. (OWEN, 2002, p. 120).

Nas décadas de 1820 e 1830, houve um vertiginoso crescimento no número de sociedades cooperativas, muitas das quais originadas de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas que haviam sofrido rebaixamento de salários ou falta de emprego. Tornou-se comum que grevistas, em vez de cruzarem os braços, lançassem-se em competição com seus empregadores, em ramos pouco mecanizados, por meio de planos de produção cooperativa. O owenismo, dessa maneira, foi uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores mais prejudicados pela revolução industrial para superarem sua situação de desemprego e desamparo, tendo sido assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. (SINGER, 2002).

3 COOPERATIVISMO: UMA ALTERNATIVA

O pensamento crítico apresentado, que engloba algumas das principais ideias do socialismo do século XIX, teve por finalidade fundamentar o ponto de vista de que é preciso suplantar o ordenamento econômico atual. Algumas pessoas acreditam que minimizar os efeitos negativos que decorrem do capitalismo seja uma alternativa viável. Neste trabalho, no entanto, a alternativa a se propor tem o escopo de evidenciar a possibilidade, bem como a necessidade, de se substituir o sistema vigente por meio de uma transformação nas relações sociais, no âmbito da economia, mas também no que se refere às condições para que se possa construir uma sociedade que integre os indivíduos em suas necessidades e aspirações.

O cooperativismo ou o sistema cooperativista, como expressão do movimento cooperativo e aliado às concepções solidaristas, é a proposta alternativa que se apresenta em substituição ao capitalismo, em face dos problemas que decorrem desse, ou seja, a exploração do trabalho, o excesso de produção, o consumismo, bem como suas consequências que levam à destruição do meio ambiente. As origens do cooperativismo remontam, principalmente, às ideias do socialismo utópico e associacionista, discutidas no capítulo segundo. Apesar de no decurso do processo de formação desse ideário surgirem críticas oportunas e fundamentadas, como as feitas por Marx e Engels, essa alternativa pressupõe, sim, como forma superior de organização econômica, o desafio de romper com o paradigma econômico moderno traduzido no individualismo capitalista, que se exprime nos axiomas de maximização de lucro e utilidade (essa em sentido estrito).

A partir de 1852, o owenismo praticado e a ação social francesa vão agir de comum acordo, dando forma ao *movimento cooperativo*. Uma “ponte franco-inglesa” resultará na “Primeira aliança cooperativa internacional”. Com efeito, os “Pioneiros de Rochdale”, que fazem parte da posteridade de Owen (morto em 1858), participarão da formação do movimento cooperativo internacional. Assim, o movimento cooperativo procede de *Fourier*, evidentemente, mas igualmente de Owen, por “uma filiação direta”, como escrevia em 1896 Charles Gide, um dos pioneiros do cooperativismo. Tanto quanto Charles Gide, E. Dolleans, o célebre historiador do cartismo, sublinhou a riqueza da contribuição oweniana ao movimento cooperativo: “A influência de Owen não se limitava a seu tempo. Prolonga-se nas instituições cooperativas e em toda a série de leis protetoras do trabalho, de que foi iniciador. Seu pensamento, retificado por discípulos mais realistas e modestos em suas ambições, inspira a moderna cooperação”. (RUSS, 1991, p. 187).

O cooperativismo foi visto por alguns economistas tanto como uma opção para o capitalismo, quanto como um novo modo de produção, conforme se lê em Jossa (2012):

[...] Owen, Fourier, Thompson and Mazzini, no less than some classical economists (such as J. S. Mill and J. E. Cairnes), looked upon the cooperative movement both as an option to capitalism and as a new mode of production (see Pesciarelli. 1981, pp. 9–11). Their idea was shared by Proudhon, who was probably the most powerful voice speaking in favour of the cooperative ideal and whose ‘theory of an anti-authoritarian non-statist type of socialism ... opens up a new course in the evolution of socialism’ (Ansart, 1978, p. 29). Proudhon described capitalism as a close-meshed web of contradictions, the most glaring of which is the oppositional relation between capital and labour. (JOSSA, 2012, p. 401).

Na análise de Pierre Proudhon, as contradições inerentes ao sistema capitalista não poderiam ser dizimadas dentro do próprio ordenamento e, portanto, o capitalismo não poderia ser reformado, mas teria que ser suplantado por completo, pois a precondição para qualquer reforma seria a abolição direta do trabalho assalariado e da exploração que ele implica. Em seus escritos, “revolução” é a palavra de ordem, e seu objetivo era promover uma ordem socialista que permitisse que a organização das atividades de produção se fizesse de forma autônoma no ambiente de trabalho. Um *slogan* recorrente em sua obra, *destruam et aedificabo*, sugere que o desmantelamento do regime de propriedade privada e o estabelecimento de uma forma de socialismo libertário e emancipatório eram, para ele, os objetivos principais de qualquer movimento revolucionário. (JOSSA, 2012).

Proudhon, que é considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo, sendo também o primeiro a se autoproclamar anarquista, argumentou em favor da “democracia industrial” ou do “mutualismo” como formas desejáveis de organização social, tendo rejeitado o “capitalismo de Estado”, pelo qual os meios de produção seriam inteiramente de propriedade do Estado, em vez de serem atribuídos aos trabalhadores como sua propriedade conjunta e indivisível. Seu pensamento remete-se à ideia de autogestão como meio de exercício de uma democracia mais real e direta e possui, ainda, vinculação com as cooperativas de crédito, de seguro e de serviços. (JOSSA, 2012).

Em conformidade com essa perspectiva, este capítulo divide-se em quatro seções. A primeira visa a apresentar o cooperativismo como um modo de produção alternativo, tendo por base as ideias de Bruno Jossa, que argumenta em favor da consonância entre o ponto de vista adotado e os requisitos apontados por Karl Marx

para o estabelecimento de um sistema capaz de superar o ordenamento capitalista. A segunda seção aborda as primeiras ideias solidaristas, em particular a análise de Charles Gide sobre a solidariedade, mas também contextualiza a *Economia Solidária*, que adquire essa nomenclatura, de modo preciso, no início dos anos de 1990 por meio dos trabalhos de Jean Louis Laville e Bernard Eme, na França, uma vez que ela inclui tanto a perspectiva cooperativista quanto a solidarista. A terceira seção abrange os princípios que orientam o cooperativismo, os quais, de início, inspiraram-se naqueles instituídos pelos Pioneiros de Rochdale, em 1844, e têm sua forma atual, desde 1995, no que preconiza a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). A quarta seção, por fim, traça um panorama do cooperativismo.

3.1 – O modo de produção cooperativista

No capítulo primeiro, apresentou-se o cerne da crítica de Marx ao capitalismo, que consiste na exploração do trabalho em razão da apropriação da mais-valia pelo capitalista, ou seja, do não pagamento ao operário de uma parcela do valor gerado pela força de trabalho na produção. Essa natureza das relações sociais de produção, que, devido à propriedade privada burguesa do capital, priva o trabalhador do recebimento integral do valor produzido por si, aparece como a base de um sistema que deve, na concepção marxista, ser transformado, senão destruído, pela eliminação da propriedade burguesa, conforme destacam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*:

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros. (MARX & ENGELS, 1848, p. 9).

Eles deixaram claro que os trabalhadores têm direito aos resultados de seu trabalho e que cada um deles deve poder apropriar-se do que produz. Dessa forma, argumentam que “O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas suprime o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio dessa apropriação.” (MARX & ENGELS, 1848, p. 10). Esses trechos remetem-se à ideia de que a extinção do sistema de produção capitalista implica a abolição do trabalho assalariado e expressam a importância que as cooperativas de produção adquirem, nesse sentido, quando, operando no mercado, possibilitam que o trabalho

assalariado, inerente às empresas capitalistas, seja suprimido, e que uma nova ordem social surja a partir das “cinzas do velho mundo”. Na teoria marxista, contudo, as cooperativas são vistas como perpetuadoras de alguns dos principais defeitos do capitalismo, em particular a natureza anárquica da produção e, em geral, todas as deficiências de uma economia de mercado¹⁵. (JOSSA, 2005).

De acordo com Jossa (2005), ressalta-se que existe um consenso geral de que os escritos de Marx, em particular aqueles que abordam o sistema econômico do futuro, contêm apenas fragmentos que enfatizam que o importante para efetivá-lo seria a metodologia, não contendo, portanto, uma doutrina consolidada e restritiva a esse respeito.

In support of this view, Horvat (1969, p. 90) quotes a passage from Engels (1895) stating that ‘all concepts of Marx are not doctrines but methods. They do not provide complete doctrines but starting points for further research and methods for that research.’ (JOSSA, 2005, p. 4).

Considere-se, inicialmente, que marxistas podem ser divididos em pelo menos dois grupos distintos: aqueles que sustentam que o socialismo deve ser identificado com um sistema de empresas autogeridas e aqueles que equiparam o socialismo com uma economia de comando estado-planejada. Com ênfase na primeira percepção, argumenta-se que, em uma série de escritos, Marx exaltou, de forma explícita, o movimento cooperativo, o que, para Jossa (2005), refuta o pressuposto errôneo, mas amplamente difundido, de que Marx fosse hostil ao mercado e tivesse rejeitado um sistema cooperativista como um modo de produção, ainda que para o período de transição. Sobre esses dois grupos, então, é possível argumentar que “*both are aware that it is very difficult to find any consistent chain of authentic evidences indicating Marx’s willingness to subscribe to either system*” (SELUCKY, 1974, p. 49 *apud* JOSSA, 2005, p. 4).

Em “*Marx, Marxism and the cooperative movement*”, Jossa (2005) afirma que existe uma contínua negligência dos marxistas tanto em relação ao movimento cooperativo quanto em relação às passagens de Marx (e Engels) que apresentam um sistema de cooperativas de produtores como um novo modo de produção, e isso, em parte, segundo ele, alude ao surgimento tardio de uma teoria econômica da produção cooperativa. Nesse estudo, o que se propôs foi mostrar que um sistema eficiente de cooperativas de produção é uma ordem socialista que pode substituir o capitalismo em

¹⁵ A anarquia da produção tem como motor a competitividade e a concorrência inerentes ao sistema capitalista e implica que a ausência de um sistema de organização centralizada que aponte para onde a produção da sociedade deve caminhar gera uma produção sem planejamento que leva a crises periódicas.

plena harmonia com o pensamento marxista, mas isso não sugere a conclusão de que Marx, de forma consistente e contínua, tenha pensado em um sistema de empresas cooperativas como a melhor forma de escapar ao capitalismo.

Na transição de uma forma de sociedade para outra, existe uma postura niilista que prevê a total destruição da ordem social anterior, que é a visão daqueles que mantêm que a ascensão da classe operária ao poder deve ser prontamente seguida pelo estabelecimento de uma nova ordem social com características diametralmente opostas àquelas que Marx e Engels criticaram no capitalismo – ou seja, a divisão da sociedade em classes, com uma que explora a classe trabalhadora, bem como a natureza anárquica da produção. Nessa perspectiva, a nova ordem social, a ser imediatamente estabelecida após a abolição do capitalismo, teria, conseqüentemente, de ser uma sociedade sem classes e com planejamento econômico centralizado. (JOSSA, 2005).

Uma abordagem dialética, no entanto, é, também, necessária para se pensar na transição da antiga para a nova ordem social como um período prolongado de ajuste gradual, não como um processo súbito no qual as características mais marcantes da sociedade capitalista são negadas de maneira abrupta; dessa forma, defende-se que a propriedade privada é um passo ou estágio na evolução da humanidade:

In this dialectic view, private property is a step or stage in the evolution of humankind, not a form of cancer that must be eradicated to enable the healthy members of the social organism to assert themselves (Lawler, 1994, p. 188). Far from entailing a regression, socialism must ensure an advancement over capitalism just as it negates it. (JOSSA, 2005, p. 9).

A atitude pró-cooperativa de Marx, então, deve ser vista à luz de sua crença fundamental de que nem as relações jurídicas nem os sistemas de organização política podem ser compreendidos de maneira isolada, uma vez que possuem raízes nas relações materiais de produção, ou seja, na teia de relações que Hegel denominou “sociedade civil”. Sobre isso, Jossa (2005) escreve:

Marx's pro-cooperation attitude — let us repeat — is to be viewed in the light of his fundamental belief that neither legal relationships nor political organisation systems can be properly understood in their own right, since they have their roots in material production relationships, i.e., in that web of relations that Hegel termed 'civil society' (see Marx, 1859, p. 262). As mentioned before, a 'civil society' organised as a system of producer cooperatives is one where capital is no longer the economic power holding everything in its sway and where those owning substantial property are prevented from imposing their will upon the rest of the population. The commodities manufactured by democratically managed cooperatives cease to be 'in the first place an external object' unrelated to our work (see Marx, 1867, p. 125; Holloway, 2001, p. 66), and turn into the product of free choices made by workers in association. (JOSSA, 2005, p. 8).

Em termos marxistas, a produção cooperativa não é um fim em si, mas uma alavanca para transformar os fundamentos econômicos sobre os quais repousa a existência de classes e um meio de organizar o sistema de produção doméstica, de acordo com um plano inteiramente inclusivo, o que pode ser inferido de um trecho em que Marx comenta a respeito da *Comuna de Paris*:

The Commune, they exclaim, intends to abolish property, the basis of civilization! Yes, gentlemen, the Commune intended to abolish that class-property which makes the labour of the many the wealth of the few. It aimed at the expropriation of the expropriators. It wanted to make individual property a truth by transforming the means of production, land and capital, now chiefly the means of enslaving and exploiting labour, into mere instruments of free and associated labour [...]. But this is Communism, 'impossible' Communism! Why, those members of the ruling class who are intelligent enough to perceive the impossibility of continuing the present system—and they are many—have become the obtrusive and fullmouthed apostles of co-operative production. If cooperative production is not to remain a sham and a mare; if it is to supersede the capitalist system; if the united co-operative societies are to regulate national production upon a common plan, thus taking it under their control, and putting an end to the constant anarchy and periodical convulsions which are the fatality of Capitalist production—what else, gentlemen, would it be but Communism, 'possible' Communism? (MARX, 1871, p. 335 *apud* JOSSA, 2005, p. 6).

A primeira teorização econômica de cooperativas de produtores, feita na análise de Ward¹⁶, é publicada apenas em 1958, e Jossa (2005) argumenta que o surgimento tardio dessa teoria econômica pode ser, ao menos em parte, responsável pelo pouco sucesso do movimento cooperativo, mas também uma explicação da pouca atenção dada pelos marxistas às empresas cooperativas. Desde a época da *Comuna de Paris*, o movimento cooperativo tem recebido pouca atenção dos marxistas, o que se atribui, também, ao tipo de cooperativa que se afirmou na história, em que os trabalhadores são “os seus próprios capitalistas”, de forma que isso tende a endossar a ideia de que um sistema de produção de cooperativas não é uma forma genuína de socialismo. Em relação aos limites da análise pessoal de Karl Marx quanto à organização cooperativa, Eduard Bernstein comenta:

Duas circunstâncias são responsáveis pelo fato de que falta em Marx uma crítica compreensiva da cooperação. Em primeiro lugar, na altura em que ele escreveu havia ainda escassa experiência das diferentes formas de cooperação, de modo que ele pudesse formular um juízo na base do existente. Os bazares de permuta, que pertenceram a um período anterior, tinham resultado num absoluto fracasso. Mas, em segundo lugar, Marx não encarou as sociedades cooperativas com aquela isenção de preconceitos que teria possibilitado à sua faculdade de observação aguda dos problemas a penetrar mais fundo do que a

¹⁶ Referência em Jossa (2005): Ward, B. N. 1958. “The firm in Illyria; market syndicalism”, *American Economic Review*, vol. 48, no. 4, 566–589.

média dos teóricos socialistas. Mas, nesse ponto, a sua doutrina já formada – ou, se me permitem a expressão, a fórmula – de expropriação interpôs-se no caminho e impediu-o de usar o seu grande poder de análise. A sociedade cooperativa era aceitável, para ele, na forma em que representasse o mais direto contraste com a empresa capitalista. Daí a recomendação aos trabalhadores para que organizassem sociedades cooperativas de produção, porque essas atacavam o sistema econômico existente “nos seus alicerces”. (BERNSTEIN, 1997, p. 96, destaque do autor).

Algumas passagens conhecidas de *O Capital* revelam a perspectiva de Marx, em relação a um sistema baseado em cooperativas de produção, como um novo modo de produção superior ao capitalista. Essas passagens mostram que Marx acreditava na viabilidade de um sistema de empresas cooperativas que se afirma na história e dá origem a um novo modo de produção em que se substitui o trabalho assalariado e em que os meios de produção não seriam mais utilizados para prender os trabalhadores expropriados à lógica do sistema. Nessa nova forma de organização, os trabalhadores deixariam de ser explorados, pois estariam livres para trabalharem em empresas de propriedade deles mesmos.

The co-operative factories run by workers themselves are, within the old form, the first examples of the emergence of a new form, even though they naturally reproduce in all cases, in their present organization, all the defects of the existing system, and must reproduce them. But the opposition between capital and labour is abolished there, even if at first only in the form that the workers in association become their own capitalists, i.e., they use the means of production to valorise their labour. These factories show how, at a certain stage of development of the material forces of production, and of the social forms of production corresponding to them, a new mode of production develops and is formed naturally out of the old' [. . .] 'Capitalist joint-stock companies as much as cooperative factories should be viewed as transition forms from the capitalist mode of production to the associated one, simply that in one case the opposition is abolished in a negative way, and in the other in a positive way. (MARX, 1894, p. 571-572, *apud* JOSSA, 2005, p. 5).

Tem-se, portanto, que num sistema cooperativista, a oposição entre capital e trabalho é abolida, ainda que, no início, isso aconteça apenas de modo que os trabalhadores em associação se tornam “seus próprios capitalistas”, ou seja, na medida em que eles usam os meios de produção para valorizarem seu trabalho. De acordo com Jossa (2005), a ênfase dada por Marx à necessidade de se abolir o trabalho assalariado, ainda que em um sistema de produção que permanecesse puramente mercantil na natureza, remete-se ao fato de que uma das vantagens principais das cooperativas de produção, a partir de uma perspectiva crítica do capitalismo, é realizar a democracia econômica como um componente essencial da democracia política.

As is well known, Marx, Marxists and, generally, critics of existent society think of political democracy as merely formal, since power remains firmly in the hands of capitalists or, in other words, capital is still the economic power holding everything in its sway.

Another excerpt from *Capital* relevant in this connection is the following:

Capitalist production has itself brought it about that the work of supervision is readily available quite independent of the ownership of capital. It has therefore become superfluous for this work of supervision to be performed by the capitalist. A musical conductor need in no way be the owner of the instruments in his orchestra, nor does it form part of his function as a conductor that he should have any part in paying the 'wages' of the other musicians. Cooperative factories provide the proof that the capitalist has become just as superfluous as a functionary in production as he himself, from his superior vantage-point, finds the large landlord. (Marx, 1894, p. 511)

Here Marx was clearly thinking of a form of market economy in which capitalists would be deprived of their power. (JOSSA, 2005, p. 5-6).

De acordo com Petith (2000), a característica mais marcante do pensamento de Marx é a sua previsão de que o capitalismo vai acabar por meio de uma revolução. Reconhece-se, todavia, que Marx não deixou explicação coerente de como as condições sociais e históricas poderiam surgir para que a revolução acontecesse. Considerando-se que, em sua teoria, um modo de produção é um composto de forças produtivas e relações de produção que gera uma rede de elementos interligados, Jossa (2012) defende que a inversão da relação capital-trabalho capitalista, por meio do estabelecimento de um sistema de cooperativas de produção, é capaz de realizar, de fato, uma revolução socialista verdadeira, ainda que não se realize com a derrubada do Estado¹⁷.

Se um sistema cooperativista pode, de fato, nesse sentido, dar origem a um novo modo de produção, Marx responde afirmativamente ao escrever:

there was in store a still greater victory of the political economy of labour over the political economy of property. We speak of the co-operative movement, especially of the co-operative factories raised by the unassisted efforts of a few bold hands. The value of these great social experiments cannot be over-rated. By deed, instead of by argument, they have shown that production on a large scale, and in accord with the behest of modern science, may be carried on without the existence of a class of masters employing a class of hands; that to bear fruit, the means of labour need not be monopolised as a means of dominion over, and of extortion against, the labouring man himself; and that, like slave labour, like serf labour, hired labour is but a transitory and inferior form, destined to disappear before associated labour plying its toil with a willing hand, a ready mind, and a joyous heart. (MARX, 1864, p. 11, *apud* JOSSA, 2012, p. 402).

¹⁷ Em seu artigo, Jossa (2012) aborda a discussão quanto à necessidade de se identificar a contradição fundamental inerente ao capitalismo, em conexão com a afirmação de Marx de que um novo modo de produção surgiria no momento em que essa principal contradição fosse substituída. Para tanto, ele discorre sobre "A 'Querelle' between Godelier and Sève", e assume que a relação capital-trabalho no capitalismo consiste nessa contradição fundamental.

Opiniões a esse respeito divergem, em particular, por decorrência da distinção entre dois tipos de cooperativas: as “empresas geridas por trabalhadores” (WMFs – *worker managed firms*) e as “empresas geridas por trabalho” (LMFs – *labour managed firms*). Sobre isso, Jossa (2012) escreve:

To account for the claim that a producer cooperative system organised in accordance with the rules of economic science amounts to a new production mode it is necessary to start from Jaroslav Vanek's distinction between two kinds of cooperatives. Worker managed firms (WMFs) are firms that self-finance their investments without strictly segregating labour incomes from capital incomes; Labour managed firms (LMFs) are firms which finance their investments with borrowed funds (see Vanek, 1971a, 1971b). (JOSSA, 2012, p. 404)¹⁸.

De acordo com Vanek, as cooperativas do tipo WMFs sofrem uma série de deficiências, sendo que uma é a tendência de os membros majoritários prejudicarem os sócios minoritários na tentativa de apropriação de ganhos de investimentos anteriores; outra grande falha de WMFs é o subinvestimento, um assunto abordado em profundidade na literatura acadêmica¹⁹. A falha mais relevante, na análise de Jossa (2012), refere-se ao fato de que as relações capital-trabalho não são revertidas nesse tipo de empresa, que se autofinanciam e cujos membros, em consequência, recebem rendimentos mistos (de capital e de trabalho), em vez de rendimentos puros do trabalho. (JOSSA, 2005, 2012).

Reconhece-se, no entanto, que cooperativas do tipo LMF revertem, de fato, essa relação. Na compreensão de Vanek, o modo de financiamento foi a principal razão pela qual os esforços cooperativos falharam no passado, e argumenta-se que a condição *sine qua non* para o sucesso da gestão do trabalho é dissociar finanças e propriedade. Nessas empresas, a distinção entre rendimentos do trabalho e rendimentos de capitais ou de propriedade proporciona a contratação de capital, mediante empréstimos para investimento, o desenvolvimento das atividades de produção e o desconto do superávit

¹⁸ Seguem algumas referências citadas em Jossa (2012) sobre o assunto:

Vanek J. (1970) *The General Theory of Labor-Managed Market Economies* (Ithaca: Cornell University Press, Ithaca).

Vanek, J. (1971a) *Some fundamental considerations on financing and the form of ownership under labor management*, in: *The Labor Managed Economy: Essays by J. Vanek* (Ithaca: Cornell University Press, 1977).

Vanek, J. (1971b) *The Participatory Economy: An Evolutionary Hypothesis on a Strategy for Development* (Ithaca: Cornell University Press).

¹⁹ Sobre esse assunto, seguem algumas referências, em Jossa (2012):

Furubotn, E. G. (1976) *The long-run analysis of the labor-managed firm: an alternative interpretation*, *American Economic Review*, 66, pp. 104–123.

Furubotn, E. G. (1980) *The socialist labor-managed firm and bank-financed investment: some theoretical issues*, *Journal of Comparative Economics*, 4, pp. 184–191.

Furubotn, E. G. & Pejovich, S. (1973) *Property rights, economic decentralization and the evolution of the Yugoslav firm, 1965–1972*, *Journal of Law and Economics*, 16, pp. 275–302.

– sendo que a diferença entre as receitas totais da empresa e os custos totais de produção seria apropriada pelos trabalhadores. (JOSSA, 2012; STEINHERR, 1973).

Uma revolução anticapitalista, então, pode apenas acontecer, nessa perspectiva, por meio de um sistema composto de cooperativas do tipo LMFs. Nessas empresas, os trabalhadores não podem ser descritos, corretamente, como “seus próprios capitalistas”, pois elas não financiam a si próprias, mas são financiadas por meio de empréstimo, o qual entra no custo de produção e é rateado igualmente entre os cooperados. Isso refutaria os argumentos de marxistas que sustentam que as cooperativas são, por sua própria natureza, uma forma intermediária entre o capitalismo e o socialismo. (JOSSA, 2005, 2012).

Considerando empresas cooperativas, “*labour-managed firms*” e empresas democráticas como sinônimos, Jossa (2012) escreve:

In a cooperative firm, therefore, (a) all decisions about production are made by managers elected by the workers, (b) the firm uses private loan capital only, and (c) the workers appropriate the balance between the firm’s total revenues and total production costs. (JOSSA, 2012, p. 400).

E, ainda,

The reason worker management generates a new mode of production is that the reversed capital-labour relation marks the end of capitalism, the system which arose when wage labour became the rule and which is sure to last until the abolition of wage labour. From a Marxian vantage point, the main contradiction of capitalism is a conflict between the interests of capitalists and workers. The preceding discussion suggests that since self-management entails the collapse of capitalism as a matter of course, the market nature of a labour-managed system is not at odds with its classification as a new mode of production. (JOSSA, 2012, p. 414).

Cita-se, como condições necessárias para o sucesso desse tipo de economia, que os trabalhadores devem participar do processo de tomada de decisões bem como assumir responsabilidades. Vanek, segundo Steinherr (1973), enfatiza a necessidade de educação, no sentido proposto, e argumenta que a letargia que muitas vezes se observa em trabalhadores das economias capitalistas é um problema de natureza estrutural. Na economia cooperativista, essa letargia deve ser superada devido à motivação fornecida pelo sistema que tem, também, como implicação, uma distribuição mais equitativa do rendimento. (STEINHERR, 1973).

Alguns estudos constataam desafios àquelas suposições. Um exemplo que pode ser citado refere-se a um trabalho empírico de Emerson (2009) a respeito das dificuldades de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista, no qual ele percebe falhas que se manifestaram na análise de uma cooperativa, mas que representam

dificuldades enfrentadas, de maneira geral, pelo movimento cooperativo²⁰. No caso, havia desconhecimento de cooperados em relação aos princípios que regem uma organização dessa natureza, bem como a falta de engajamento dos mesmos no cuidado do bem coletivo e no estabelecimento de vínculos comunitários. Isso evidencia que a superação do paradigma socioeconômico das relações capitalistas é um esforço que deve ser empreendido aliado a uma política de educação e informação, dentro de uma perspectiva que não dissocie o bem-estar individual do bem-estar da coletividade.

As características essenciais de uma economia participativa (“*a labor-managed economy*”), a partir da obra de Vanek, são elencadas por Steinherr (1973), e demonstram a importância que a autogestão adquire:

(1) “The labor-managed or participatory economy is one based on, or composed of, firms controlled and managed by those working in them. This participation in management is by all and on the basis of equality, that is, on the principle of one-man one vote”. The exact nature of decision-making process may, however, be substantially modified, in which case the status of the labor-managed firm have to lay down rules (e.g., point-voting, competence of specialized committees, procedures for promotion, etc.) However, the principle of full democracy must, under all circumstances, be respected.

(2) “The participants of the labor-managed firm, after have paid for all material and other costs of operation, and after having agreed upon various types of collective consumption and investment, and the increase of the reserve fund, share in the income of the enterprise”.

The sharing is to be equitable but does not necessarily imply equality.

Differences in revenue may result from differences in qualification, effort, and responsibility.

(3) “The working community which has the exclusive right to control and manage the activities of the firm does not, as such, have the full ownership... of the capitals assets”. Thus, capital confers to the workers the right of *usufructus*, but not of ownership. Similarly, lenders of capital have no right of control whatsoever. The distinction between capitalist and labor-managed economies is much more fundamental than the distinction between the former and the Soviet type of socialism. Marxian analysis has attributed to property ownership the central role of exploitation while Vanek considers property ownership only as a second-order distinction, the first-order being reserved to *who controls what*. Whereas capitalism and Soviet-socialism imply an external control of the working community, in a labor-managed economy those who control and those who are controlled are the same people.

(4) To guarantee an efficient allocation of resources and a full democracy decision-making outside of the firm must be decentralized as far as possible, i.e., a labor-managed economy must always be a market economy.

(5) Freedom of employment. This implies in particular that the labor-managed firm has complete freedom for its employment policy.

Vanek considers as the principal advantages of such a system (2, p.34):

(1) The economy’s capability to mobilize human and capital resources, (2) an inherent, institutional structure that lends itself well to an over-all direction toward socially desirable goals, and (3) its intrinsic tendency to preserve decentralized decision-making and avoid administrative concentration of economic power. (STEINHERR, 1973, p. 504-505).

²⁰ A investigação empírica refere-se a uma pesquisa de campo que foi concretizada, com certo grau de profundidade, na COOPETEX, Cooperativa de Produção de Artigos Têxteis, cooperativa brasileira do Estado de Minas Gerais.

A respeito da concorrência em um sistema cooperativista, Jossa (2012) escreve que, a partir da análise de Vanek, dificilmente ela seria menos eficiente do que no capitalismo, apesar de ser menos agressiva. Modos de concorrência que perpetuem a fadiga, a agressividade ou a miséria devem ser descartados, de modo que homens e mulheres possam ser livres para decidir se querem trabalhar mais e aumentar os seus rendimentos ou, por outro lado, preferem reduzir seu esforço de trabalho, com a conseqüente diminuição de seus rendimentos. A competição não seria eliminada por completo, nesse sistema, mas também não seria causa da ruína ou da decadência de empresas, como o que acontece no sistema capitalista em razão de o objetivo de lucro máximo ser sua diretriz e finalidade precípua.

3.2 – Concepções solidaristas

Com o início da revolução dos trabalhadores em 1848, passou-se a adotar o conceito de “*solidarité*”, que dava um significado político ao lema da luta pela “*fraternité*”. Quanto à etimologia dessa palavra, atribui-se ao conceito romano-legal *in solidum*, que significa o dever para com o todo, a responsabilidade geral, a culpa coletiva, a obrigação solidária: *obligatio in solidum*, a qual une pessoas desconhecidas com papéis complementares e interesses heterogêneos por um abstrato meio legal. A origem desse termo, no latim, refere-se à “cooperação responsável de direito civil”²¹, mas seu conceito tem ainda duas outras fontes que se exprimem na ideia de unidade pagã-republicana e amizade civil, bem como na expressão bíblico-cristã de fraternidade (*fraternitas*) e amor ao próximo (*caritas*). Apesar da origem jurídica do conceito, é o seu sentido cristão que tem alentado os sentimentos de unidade entre as pessoas, independente de origem, nacionalidade, religião ou outras possíveis diferenças. (WESTPHAL, 2008).

Apesar de a ideia expressa pela palavra solidariedade, de que todos os homens formam um todo, não ser nova, apenas a partir de meados do século XIX desenvolve-se o solidarismo, sob a multiplicidade de aspectos pelos quais aquele conceito era, antes, conhecido de forma isolada – seja no sentido biológico, sociológico, moral, religioso, jurídico, econômico. Atribui-se a Pierre Leroux, em seu livro “*L’Humanité*” (1840), o emprego, pela primeira vez, da palavra solidariedade no sentido laico de caridade. No

²¹ Expressão encontrada em Westphal (2008), com referência em: BRUNKHORST, H. *Solidarität. Von der Bürgerfreundschaft zur Globalen Rechtsgenossenschaft*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2002. p. 10.

solidarismo, apesar de não haver uma concepção unitária, a solidariedade tem um conteúdo ético-normativo, objetivando a formulação de uma alternativa nos planos social, econômico e político, com um sentido consensual e universal. Essa perspectiva foi defendida por Charles Gide e Léon Bourgeois, tendo influenciado a filosofia e a política social francesas, bem como a doutrina social da Igreja Católica. (GIDE, 1941; WESTPHAL, 2008).

Os primeiros fundamentos da doutrina solidarista consideram que a solidariedade é a característica da vida, como se verifica na recíproca dependência de todas as partes de um mesmo corpo, sendo tanto mais perfeita e intensa quanto mais elevado for o nível do ser na escala biológica. Vê-se, ainda, que ela está na razão da diferenciação das partes: com efeito, quando elas são homogêneas, pode cada uma bastar-se a si mesma, quando não, cada uma completa as outras e, por consequência, não poderá agir nem viver isoladamente. (GIDE, 1941).

A ideia de solidariedade surgiu no sentido de dar satisfação a todos os que não aceitavam o liberalismo individualista e a quem, no entanto, repugnavam o coletivismo e o estatismo. Foi em 1889 que, pela primeira vez, a *solidariedade* foi proposta como divisa de uma nova escola econômica, numa conferência feita em Genebra, precisamente com o título de *A Escola Nova*²², a qual Gide define da seguinte maneira:

Se me pedis para definir, por minha vez, esta nova escola, com as precedentes, por uma só palavra, direi que é a escola da Solidariedade... A solidariedade não é como a liberdade, a igualdade ou mesmo a fraternidade, uma palavra sonora ou um puro ideal: é um fato, um dos mais bem estabelecidos pela ciência e pela história, a mais notável descoberta do nosso tempo. E esse fato da solidariedade vai-se acentuando cada vez mais. (GIDE, 1941, *in* nota de rodapé 153, p. 665-666).

Para tornar-se uma doutrina ao alcance de todos, era necessário precisar o solidarismo. Foi o que León Bourgeois, um dos chefes do então partido radical-socialista francês, buscou fazer. Ele tomou, como ponto partida, a *solidariedade natural*, da qual se entende que, em consequência da divisão do trabalho, da hereditariedade e de inúmeras outras causas, cada homem deve aos seus predecessores ou aos seus contemporâneos, a

²² Publicada em 1890, num pequeno volume intitulado "*Quatre Écoles d'Economie Sociale*", em Genebra. ("*L'École Libérale*", por Frédéric Passy; "*L'École Catholique*", por Claudio Jannet; "*L'École Socialiste*", por Stiegler; "*L'École Nouvelle*", por Charles Gide).

Nesta última Escola, o autor definiu as três escolas precedentes como, respectivamente, escolas da Liberdade, da Autoridade e da Igualdade, opondo-lhes a doutrina da *Escola Nova*. Reconhece-se, todavia, que o termo "novo movimento" em vez de "nova escola" teria sido mais apropriado, porque grande número de escolas diferentes (a do naturalismo biológico, do cristianismo, do anarquismo e mesmo a do socialismo de Estado) reivindicava a Solidariedade. (GIDE, 1941, p. 665, *in* nota de rodapé 153).

melhor parte do que tem e mesmo do que é, pois, como assinala Auguste Comte, “nascemos carregados de obrigações de toda a espécie para com a Sociedade” (citação sem referências em GIDE, 1941, p. 667). A solidariedade natural é, nesse sentido, vista como injusta, na medida em que beneficia a alguns com vantagens que não merecem e a outros causa prejuízos que também não merecem. Atribuiu-se, por sua vez, à Justiça, a função de corrigir possíveis erros cometidos em circunstâncias de “quasi-contrato” – ou seja, aquelas que nascem sem contrato, sem a vontade das partes –, as quais se encontram nas sociedades humanas e advêm desse tipo de solidariedade²³. Bourgeois considera que, em toda parte, há uma dívida de homem para homem, e é necessário que seja paga como todas as dívidas. (GIDE, 1941).

Paga por quem? – Por todos aqueles que têm beneficiado com a solidariedade natural, por todos aqueles que têm feito fortuna, a qual só poderia ser alcançada graças a milhares de cooperadores anônimos, passados e presentes. Todos esses receberam mais que a sua parte: tem, pois, um débito em aberto; portanto devem pagar. E, se o fazem voluntariamente, não imaginem que fazem um ato de liberalidade, como lhes diziam até agora, nem se comparem ao bom rico do Evangelho que pagava porque era bom, *quia bonus*; não, eles não fazem mais do que pagar o que devem ⁽¹⁵⁶⁾. E, como qualquer devedor, não poderão considerar-se desonerados nem dispor livremente dos seus bens enquanto não estiverem quites; então, o proprietário poderá dizer: os meus bens não devem nada a ninguém; são meus. Assim, nesta doutrina, a propriedade individual será respeitada e livre, mas somente depois do pagamento das dívidas sociais. Até o nível do seu montante, fica verdadeiramente hipotecada ⁽¹⁵⁷⁾. (BOURGEOIS, 1902, p. 45 *apud* GIDE, 1941, p. 668-669)²⁴.

Gide (1941) considera que a teoria do “quasi-contrato” tinha por ponto de partida uma larga concepção da comunidade dos homens, mas dá ao solidarismo apenas uma aparente precisão, tendendo, inclusive, a desnaturá-lo, no sentido de reduzi-lo a uma forma de troca, a um *do ut des*. Além disso, na prática, não aparecem medidas efetivas que corrijam tais erros de maneira ampla, mas é válido considerar essa

²³ Verifica-se que a solidariedade natural aparece em situações como em associação involuntária que pode existir entre diversas pessoas pelo simples fato da vizinhança, por exemplo; enriquecimento à custa de outrem por aquisição de valores indevidamente recebidos, bem como, e em primeiro lugar, a que resulta da transmissão por sucessão, e outras tantas. Considerada sob tal ponto de vista, a sociedade inteira aparece como o resultado de um “quasi-contrato” – não rigorosamente como em Rousseau, resultado de um contrato originário e deliberado – que, embora não implique a adesão consciente das partes, deve, na compreensão de Bourgeois, ter os mesmos efeitos legais. (GIDE, 1941, p. 668).

²⁴ Referência em Bourgeois, L. “*Philosophie de la Solidarité*”. Demais informações ausentes.

Vide notas de rodapé (156) e (157), ambas, respectivamente, em Gide (1941), p. 668 e p. 669.

(156) “ – “Há dívidas que se não conhecem e, no entanto, devem ser pagas. (Ob. Cit., pág. 60). O direito existe onde supomos que só há moral, e há dívida onde julgamos haver apenas sacrifício”. (Idem). Poder-se-ia fazer notar que o Evangelho já dizia: “Será pedido muito àquele que muito recebeu” (Lucas, XII, 48); e também: “Que tens tu que não tivesse recebido?” (S. Paulo, 1.ª aos Coríntios, I, 7).”

(157) “ – “Um homem não é livre enquanto for devedor. Só fica desonerado depois de ter pago.” “A doutrina da solidariedade é o resgate da propriedade e da liberdade individual”. (Obra citada, pág. 45)”.

perspectiva a fim de se tentar tornar mais claro o sentido da responsabilidade social num contexto mais abrangente.

Com referência a Durkheim, que distingue dois tipos de solidariedade, uma proveniente das semelhanças e outra resultante das dissemelhanças²⁵, dando maior importância à segunda, Gide (1941), sem contestar a veracidade dessa distinção, discorda que o segundo tipo de solidariedade seja mais importante. Ele defende, ao contrário, que em vez de marchar para uma crescente diferenciação, as sociedades devem caminhar para a unidade, e observa que, quanto à luta pela vida, a avaliar pela história, parece demonstrado que é entre estranhos – de raça, de religião, de cultura – que os conflitos têm sido sempre mais violentos e, por conseguinte, a marcha para unidade é também a marcha para a paz.

Essa percepção é válida na medida em que destaca a importância de haver suficientes características comuns entre grupos, ainda que seus integrantes sejam bem diversos entre si, a fim de que existam objetivos comuns capazes de manter a coesão e, portanto, a solidariedade. Como consequência prática de seu partido pelas semelhanças, Gide (1941) destaca a preferência por modos de associação que agrupem os indivíduos pelos seus caracteres mais gerais àqueles que os classificam segundo seus caracteres especiais – por exemplo, prefere a associação cooperativa de consumo ao sindicato profissional, porque esse opõe o interesse dos produtores ao do público, enquanto aquela, para ele, é uma forma de associação mais geral, visto a qualidade de consumidor ser comum a todos os homens.

Quanto às aplicações práticas das doutrinas solidaristas, considera-se que, se os autores levassem até o fim as deduções lógicas da sua doutrina, não ficariam longe do comunismo, mas detiveram-se a meio do caminho. A realização do solidarismo procedeu por duas vias divergentes: uma que aproxima o solidarismo do socialismo de Estado, por meio de legislação (em particular a trabalhista) e políticas sociais, e outra que continua o velho associacionismo francês realizando-se pela associação em diferentes formas –

²⁵ A teoria da solidariedade de Durkheim, diferente da de Bourgeois, que tem um caráter político-jurídico, expressa-se na esfera da sociologia e da moral e distingue duas espécies de solidariedade: 1 – a que provém das *semelhanças* e é considerada de grau inferior, por sua natureza puramente mecânica, como a coesão de átomos semelhantes num mesmo corpo; 2 – a que resulta das *dissemelhanças* e está relacionada à divisão do trabalho; como exemplo, é a que existe nos corpos vivos e lhes dá unidade.

“Durkheim atribui à última valor incomparável, menos pelas suas consequências econômicas do que pelas suas consequências morais: “ela serve de base à ordem moral”. Por que? Porque a luta pela vida é tanto menos áspera quanto mais divergentes os fins que cada um procura. E também porque, graças a esta diferenciação de cada um e de todos, a consciência individual consegue desprender-se da consciência coletiva. Daí o papel fundamental que Durkheim assinala à associação profissional, ao sindicato, na elaboração do novo direito.” (GIDE, 1941, p. 671).

sindicalistas, mutualistas, cooperativistas – que invocam a solidariedade livre, e não aquela forçada dos socialistas de Estado.

Em relação às formas de associação, interessa aqui a cooperativista, que invoca a solidariedade e proclama-a no seu emblema das duas mãos juntas que propriamente significa “um por todos, todos por um”. Gide (1941), entretanto, observa que os cooperativistas realizam a solidariedade fazendo com que todos os membros da sociedade participem na boa fortuna criada pelos mais dedicados deles. Destaca ainda que,

Todos os que têm experiência das sociedades cooperativistas, quer sejam de produção, quer de consumo ou de crédito, sabem que é sempre a uma minoria de dedicados, por vezes a um pequeno grupo, trabalhadores da primeira hora, que devem o seu êxito, do qual os trabalhadores da última hora não fazem mais que beneficiar.

A bem dizer, tanto para os cooperativistas como para os sindicalistas, a solidariedade é apenas um meio educativo, por vezes uma forma jurídica ⁽¹⁷³⁾, indispensável ao êxito destas sociedades, mas o programa cooperativista não pode ser considerado uma simples variante do programa solidarista: tem outro fim, que é a abolição do salariado para as cooperativas de produção, e a obtenção do justo preço para as cooperativas de consumo ²⁶. (GIDE, 1941, p. 675-676).

A solidariedade, contudo, não pode fornecer por si um princípio da conduta ética àqueles que já não o tenham, podendo contribuir na ampliação do extremo do altruísmo ao extremo do egoísmo. Apesar das críticas ao solidarismo, Gide (1941) destaca três lições, segundo as quais:

1.^a – Ensina-nos que todo o bem que acontece a outrem contribui para o nosso próprio bem, e que todo o mal que lhe acontece pode tornar-se nosso próprio mal; e que, por conseguinte, devemos querer um e odiar o outro, de tal modo que não nos seja lícita uma abstenção covarde. Admitindo mesmo que haja muito utilitarismo nesta lição de moral, obrigar o egoísmo a sair de si e a cuidar dos outros já é alguma coisa. O coração que bateu por outrem, mesmo por causa dum medo egoísta, melhorou de qualquer maneira. Aliás, é ser demasiado exigente pretender-se um altruísmo que não pense em si também. O próprio *Evangelho* diz: “Amarás o próximo como a ti mesmo”. É o que a solidariedade diz também; simplesmente ela demonstra que o meu próximo sou realmente eu próprio;

2.^a – Ensina-nos que os nossos atos se repercutem em volta de nós até o infinito, com vibrações de sofrimento ou de alegria, e imprime dessa maneira ao menor de entre eles um caráter de solenidade e gravidade muito favorável a uma alta educação moral. Confere-nos uma responsabilidade pelos outros. E da mesma maneira que há pouco perdêramos o direito de dizer “isso não é comigo”, da mesma maneira agora se encontra riscada outra máxima não menos odiosa: “isso só a mim diz respeito”. Não enfraquece portanto a nossa responsabilidade, como é costume censura-lhe; pelo contrário, alarga-se infinitamente. Habitua-nos a dizer “Nós”, como fazem as Majestades.

²⁶ Vide nota de rodapé (173), em Gide (1941) p. 675: “Em alguns países, a solidariedade é imposta às cooperativas pela lei, isto é, cada associado é pessoal e coletivamente responsável por todos os compromissos da sociedade.”

3.^a – É certo que, por um efeito contrário, nos torna mais indulgentes para as falhas alheias, demonstrando-nos que muitas vezes fomos inconscientes cúmplices de tais falhas; mas isto é igualmente um bem, pois desta maneira nos encontramos incitados a ser mais indulgentes para outrem e mais severos para nós próprios. (GIDE, 1941, p. 682-683).

Ainda,

E se a solidariedade não contém em si nenhum princípio de amor, ela tende por outro lado a suprimir ou enfraquecer o sentimento de responsabilidade, lançando sobre a sociedade e o meio causas determinantes dos nossos erros, dos nossos vícios e dos nossos crimes. Contudo é esta responsabilidade individual o fundamento da lei moral. (GIDE, 1941, p. 681).

O regime de solidariedade, por fim, na concepção de Gide, distingue-se tanto do regime de troca quanto do de caridade. Se, por um lado, a troca é uma prestação para obter uma contraprestação equivalente, e a caridade é uma prestação incondicional, por outro, a solidariedade implica uma privação de um “eu individual” para adquirir uma quota-parte dum “eu coletivo”. Na sociedade cooperativa de consumo, por exemplo, o aderente espera vantagem individual, sob a forma de redução nos preços ou de facilidade de economia, mas esta vantagem apenas se realiza para ele com a condição de se realizar para todos. Portanto, se em um regime competitivo cada um procura eliminar o seu concorrente, no regime de associação, cada um se apoia em seu companheiro. É desse modo que a solidariedade substitui o *do ut des*, o “cada um por si”. (GIDE, 1941).

Charles Gide foi um dos principais sistematizadores da doutrina cooperativa, precursor das bases teóricas e destacado líder do cooperativismo de consumo, tendo entendido que a associação voluntária das pessoas nas mais diversas formas cooperativadas é uma condição para a realização de uma sociedade solidária. Ele, todavia, destaca que as cooperativas têm um programa que não é simples variante do solidarismo, remontando ao manifesto dos Pioneiros de Rochdale de 1844. Tal programa foi desenvolvido desde então, sobretudo na França, a partir 1885, por um grupo de cooperadores, do qual fazia parte, designados por vezes pelo nome de “Escola de Nîmes”, tendo sido reformulado, em 1921, num manifesto que se dirigia aos universitários e era assinado por muitos deles. (GIDE, 1941).

No trecho a seguir, Gide destaca a importância, em sua visão, do cooperativismo como organização econômica, com foco no papel das cooperativas de consumo:

O cooperativismo aparenta-se ao socialismo em visar, como este, a transformação da ordem econômica existente, que lhe parece não só injusta mas também anti-econômica, isto é, impregnada ao mesmo tempo de espoliação e de dissipação. Mas afasta-se dele em que o espoliado que se preocupa é menos o assalariado do que **o consumidor**, e o fim que se propõe é menos a abolição do salariedade do que **a abolição do lucro**, entendendo por isso a eliminação de todo o aumento sobre o custo de produção, ou, por outras palavras, o estabelecimento **do justo preço**.

A realização de tal programa constituiria seguramente uma revolução econômica, pois faria passar o governo econômico das mãos dos produtores para as dos consumidores e privaria o capitalista da direção da indústria, assim como a percepção dos lucros, – mas revolução que não implicaria a menor coação, ainda mesmo legal, nem nenhuma luta de classes, visto que todos são consumidores, nem mesmo atingiria o que se chama os fundamentos da ordem social: propriedade individual, herança, juro. (GIDE, 1941, p. 676, in nota de rodapé 174, grifos do autor).

Em 1889, Gide apresenta o termo “República Cooperativa” como uma verdadeira *Terra Prometida*: “*Heureux ceux qui la verront, mais heureux aussi ceux qui y auront cru sans l’avoir vue...*” (GUESLIN, 1987, p. 158). Ele e outros seguidores da “Escola de Nîmes” pretendiam fazer a revolução, tal como os marxistas, mas a partir das cooperativas de consumo, ou seja, a transformação social dar-se-ia a partir dos consumidores, os quais eram o centro dessa corrente de pensamento dentro do movimento cooperativista. A primeira etapa para a realização dessa transformação referia-se à organização de cooperativas de consumo, com a abolição do lucro e a obtenção do justo preço; a segunda implicava a criação de cooperativas de produção industrial com os fundos acumulados pelas cooperativas de consumo; e a terceira etapa consistia na organização de cooperativas de produção agrícola. (PINHO, 1977).

¿ Y cuáles serían los resultados de semejante revolución económica? Serían tan considerables que – aun suponiendo que no se la considere cumplida sino parcialmente – no comprendo la indiferencia, acaso afectada, con que los economistas y los socialistas hablan de las asociaciones cooperativas como de instituciones que, por sus efectos, no estarían en condiciones de superar un círculo bastante estrecho: es cerrar los ojos a las transformaciones económicas más importantes de nuestro tiempo.

Mediante ella, la organización económica actual – en lugar de estar regida, como lo está hoy día, en interés del productor y del personal – estará ordenada de acuerdo con los intereses del consumidor y de las necesidades sociales. La pirámide invertida, lo que ofrece un equilibrio inestable, será asentada sobre su base, lo que significará un equilibrio estable. La producción, en lugar de ser la dueña del mercado, pasará a ser lo que no tendría que haber dejado de ser, la servidora, obedeciendo sumisamente las órdenes del consumo, o, para emplear un lenguaje más científico, llegará a satisfacer una simple función que encuentra desde entonces su razón de ser y su finalidad no en sí misma, sino simplemente en las necesidades que está destinada a satisfacer. (GIDE, 1974, p. 78-79).

* * *

O uso do termo solidariedade no cooperativismo aparece associado à ideia de autogestão. Sua concepção, entretanto, tem sido utilizada sobretudo como adjetivo, a exemplo do que acontece em *economia solidária* e seus congêneres. Segundo Westphal (2008), a compreensão dessa palavra está em permanente constituição e, como não há uma abundância de teorias da solidariedade, essa é uma categoria controversa e discutida tanto na sociologia como na política e na filosofia. O aspecto comum, contudo, encontrado nas mais diversas exposições teóricas a esse respeito, identifica-se tanto na ideia da relação de reciprocidade entre os membros de um grupo quanto numa base normativa da solidariedade.

O termo “Economia Solidária” aparece no início da década de 1990, na França, por meio dos trabalhos de Jean Louis Laville e Bernard Eme, cujo sentido visava caracterizar a natureza do desenvolvimento e da emergência de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. Tal fenômeno se relaciona à problemática da exclusão social crescente, num contexto de crise do Estado-providência e de falência dos mecanismos de regulação econômica e política da sociedade (estabelecidos em torno do Estado, do mercado e do trabalho assalariado). Refere-se, ainda, à busca, naquele momento, de novas formas de regulação social a partir de iniciativas para atender a questões locais específicas, que se expressaram na proposta de novos tipos de trabalho denominados “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”, em cuja análise e entendimento cunhou-se a expressão. (FRANÇA, 2001).

No âmbito da relação entre democracia e economia, a solidariedade torna-se, em tese, o centro da elaboração coletiva de atividades econômicas que, muitas vezes, assumem a forma associativa para responder a problemáticas locais específicas. Essas iniciativas reúnem usuários, profissionais e voluntários, com vistas a articular a criação de emprego e a geração de atividades econômicas a fim de promover o reforço da coesão social.

No uso do termo e na prática da solidariedade na economia solidária é possível constatar uma maior aproximação tanto aos ideais do solidarismo francês como aos da fraternidade cristã. Em ambos, são destacados a consideração e o auxílio aos integrantes de um grupo social, construindo-se coesão coletiva. Com isto, a economia solidária se desenvolve como uma forma de produção e organização compatível no sistema social de forma geral. Já a influência do ideário da doutrina social cristã bem como a condição de classe trabalhadora, e daí a decorrente adoção da solidariedade como princípio de Estado, são mais incipientes na economia solidária. A incorporação deste sentido de solidariedade implica num processo profundo de alteração das estruturas econômicas de uma sociedade, o que ainda está por ser construído, mesmo considerando as iniciativas já em andamento. (WESTPHAL, 2008, p. 50).

A *economia solidária*, segundo Castro (2009), é uma categoria de difícil definição, em razão de que os autores que a discutem são, muitas vezes, militantes de um projeto nessa esfera e a definem segundo concepções políticas próprias. No Brasil, por exemplo, destacam-se, desde a década de 1990, os trabalhos de Paul Singer e de Euclides Mance.

... a categoria, economia solidária se refere, segundo seus intelectuais, à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas autogestionárias e solidárias na produção de bens e de serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável alternativo ao modelo capitalista neoliberal. (LECHAT, 2004, p. 3 *apud* CASTRO, 2009, p. 4).

As origens da economia solidária, num entendimento mais abrangente, confundem-se, a partir dos escritos de Singer (2002), com as expressões do movimento cooperativo do século XIX. No entanto, apesar de a organização cooperativista, em particular no que se refere à autogestão, ser inserida na proposta da “Economia Solidária”, essa, enquanto conceito forjado, difere-se do cooperativismo na medida em que ambos constituem-se em circunstâncias e momentos históricos diversos, bem como por razões distintas, apesar de serem reações a efeitos que decorrem do sistema capitalista.

3.3 – Princípios fundamentais do cooperativismo

Uma característica comum a todas as cooperativas é que elas são organizações democráticas, de posse e controle por seus membros; outra é que elas dependem de valores cooperativos em suas funções diárias e a todas se aplicam os princípios cooperativos. Esse último aspecto das organizações cooperativas, de acordo com Novkovic (2008), não foi enfatizado na literatura, em parte, porque apenas alguns dos princípios são também requisitos legais para a caracterização de cooperativas. Não é necessário, portanto, que uma cooperativa faça plena adesão aos princípios cooperativos internacionais, todavia constata-se que, cada vez mais, as cooperativas veem as vantagens da aplicação integral dos princípios e valores, particularmente à luz dos sucessos daquelas que o fazem.

Formas de organização cooperativas baseiam-se no regulamento internacionalmente reconhecido de identidade cooperativa, que inclui princípios e valores conforme segue:

IV. Principios cooperativos

Artículo 4.

Se reconocerá como sociedad cooperativa cualquier asociación de personas o de sociedades, siempre y cuando la misma se haya fijado como objeto la mejora económica y social de sus miembros a través de una empresa basada en la ayuda mutua y se ajuste a los principios estipulados en la Declaración de la ACI de Identidad Cooperativa, adoptada por la Asamblea General de ésta.

A. Definición

Artículo 5.

Una cooperativa es una asociación autónoma de personas que se unen voluntariamente para satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes por medio de una empresa de propiedad conjunta gestionada democráticamente.

B. Valores

Artículo 6.

Las cooperativas se basan en los valores de autoayuda, responsabilidad por los propios actos, democracia, igualdad, equidad y solidaridad. Conforme a la tradición de los fundadores, los miembros de las cooperativas creen en una serie de valores éticos, a saber, la honestidad, la apertura, la responsabilidad social y la preocupación por los demás. (ICA, *Reglamento*, 2013).

Foi em Rochdale, uma cidade típica da Revolução Industrial, que se reuniu o grupo que deu origem aos princípios norteadores do cooperativismo moderno. Em meio à formação de um exército de reserva substancial, aos baixos salários e a uma situação de miséria e fome generalizada, essa cidade foi um dos epicentros do movimento sindicalista nos anos de 1843. Nessa época, a reação repressiva do poder estatal e as barreiras organizadas pelos empregadores fizeram com que o confronto direto e as greves não surtiram resultado e, nessas circunstâncias, a sociedade cooperativa tornou-se uma alternativa à classe trabalhadora, num contexto que reunia diferentes tendências ideológicas. O resultado de uma dessas greves foi a demissão de dez tecelões, os quais buscaram uma atitude concreta a fim de sanarem suas necessidades imediatas. (CASTRO, 2009).

Unindo-se a outros operários e artesãos, fundaram, em 1844, a “*Rochdale Equitable Pioneers Society*”, “Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale”, constituída, no princípio, por 28 pioneiros, metade deles owenista. A associação, por meio de compra e venda comum de mercadorias, tinha o objetivo inicial de “organizar uma loja capaz de furar a cadeia de intermediários que comercializavam produtos de

primeira necessidade a preços escorchantes para a população operária da região de Manchester”. (BARAVELLI, 2006, p. 27). Com um capital inicial no valor de 28 libras, expande-se a um montante de 180 libras depois de um ano de funcionamento e, cerca de dez anos mais tarde, o “Armazém de Rochdale” já contava com 1.400 cooperadores.

Apesar das experiências cooperativistas realizadas, em particular, desde a década de 1820, a “Sociedade dos Pioneiros Equitativos” consagrou-se na história como a primeira cooperativa (proveniente do ramo de consumo) pelo êxito que obteve, mas, sobretudo, pela identidade que se construiu, por meio dos documentos que compõem seu estatuto de fundação, com os princípios do cooperativismo. Tais princípios que vieram a ser difundidos por todo o mundo não estavam explícitos, mas implícitos ao longo dos artigos do Estatuto, e foram reconhecidos conforme a seguir:

De todos os princípios que davam forma à Sociedade dos Pioneiros, Cole (1944) elenca oito principais: 1) Controle democrático: um homem, um voto; 2) associação livre e aberta; 3) investimento fixo ou limitado de uma quantia de capital na sociedade; 4) distribuição dos lucros proporcional às compras realizadas; 5) compra se dava pela troca, sem crédito; 6) venda de produtos puros e inalterados; 7) educação para os membros; 8) neutralidade política e religiosa (COLE, 1944, p. 64 *apud* CASTRO, 2009, p. 162).

Essa organização, ao contrário do que pleiteava Robert Owen, não foi constituída por investimentos de origem governamental, mas por capital integralizado pelos próprios associados. O poder de gestão, por sua vez, não se baseava na propriedade, ainda que coletiva, de capital, pois os princípios estatutários garantiriam que a escolha de gestores do negócio se fizesse com base em direitos políticos e sociais (*vide* princípio primeiro), o que caracterizava o empreendimento não como uma empresa de investidores privados, mas “seria algo inédito: uma cooperativa”. (BARAVELLI, 2006, p. 26).

O sucesso do sistema da cooperativa de consumo de Rochdale tornou-se cada vez mais conhecido na Europa e inspirou o movimento cooperativista pelo mundo. O conteúdo doutrinário de suas proposições propagou-se e, com outras ideias cooperativistas esparsas, foi sistematizado, principalmente, pelo economista Charles Gide. Em 1895, diversas entidades regionais, algumas oriundas da Internacional Socialista, fundam, em Londres, a *International Cooperative Alliance* (ICA) – Aliança Cooperativa Internacional (ACI) –, uma instituição independente e não governamental pela qual os cooperativistas, atuantes em diversos setores econômicos, são representados mundialmente. Unifica-se, nessa instância supranacional, a identidade do cooperativismo em torno do estatuto de Rochdale.

Em 1937 e 1966, houve uma revisão dos princípios rochdaleanos, os quais, contudo, não sofreram modificações significativas.

Em 1937 a ACI considerou *principais*: I. adesão livre; II. controle democrático (ou gestão democrática); III. retorno *pro rata* das operações e IV. juros limitados ao capital; e acessórios (ou recomendados sem obrigação); V. neutralidade política, religiosa e racial; VI. transações a dinheiro e VII. educação dos membros. (PINHO, 1977, p. 111).

Com base nos estudos elaborados, o Congresso da ACI, realizado em Viena, em 1966, decidiu dar aos princípios rochdaleanos a seguinte redação:

I. Adesão livre; II. controle (ou gestão) democrático; III. distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados, *pro rata* das operações; IV. juros limitados ao capital; V. constituição de um fundo para a educação; e VI. cooperação entre as cooperativas, em plano local, regional, nacional e internacional. (PINHO, 1977, p. 112).

Por ocasião do Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, em 1995, promoveu-se uma revisão abrangente dos princípios de Rochdale, pela qual se pretende traçar “*a co-operative strategy for globalisation*” (BIRCHALL, 2005, *apud* BARAVELLI, 2006, p. 27). Atualmente, segundo essa entidade, há sete princípios que correspondem a diretrizes para que os valores cooperativos sejam postos em prática, os quais se adaptam às demandas dos membros das cooperativas, que são livres para adequá-los às necessidades específicas. As transcrições, a seguir, são da tradução realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2013), representação nacional do cooperativismo:

1º - Adesão voluntária e livre - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º - Gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3º - Participação econômica dos membros - os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;

- benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e
- apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º - Autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º - Intercooperação - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º - Interesse pela comunidade - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros. (OCB, 2013).

O princípio da “adesão livre”, também denominado “princípio da porta aberta”, pretende que o sucesso econômico de uma cooperativa possa beneficiar um número crescente de associados, de forma a impedir que os ganhos crescentes sejam restritos a um número. Admitem-se, em exceção, restrições que decorram da finalidade comercial da cooperativa, nas quais, por exemplo, os membros devam ter formação e habilidades específicas. A voluntariedade da adesão, segundo Baravelli (2006), foi introduzida pela ACI em 1966 em reação às filiações compulsórias promovidas em países socialistas.

O princípio da “gestão democrática” é a característica mais distintiva da empresa cooperada, cujo foco são as pessoas e não a propriedade de capital: *“Le principe de la démocratie est le principe fondamental de la coopération. Ce principe distingue l’entreprise coopérative le plus nettement de l’entreprise capitaliste [...] Chaque membre a une voix par le seul fait qu’il est un homme”* (LAMBERT, 1959 p. 48 *apud* BARAVELLI, 2006, p. 28). No caso de escolha de representantes com livre capacidade de decisão, esses podem ser destituídos por seus representados independentemente de eleições ordinárias.

O princípio da “participação econômica dos membros” estabelece o controle democrático dos ganhos. Os juros limitam-se a uma taxa fixa a fim de que se pague apenas o necessário pelo uso do capital, restringindo “a formação de capital de uma cooperativa aos investimentos oriundos dos próprios cooperados ou de investidores para os quais a taxa limitada represente uma remuneração de capital pouco menor que a

média de outros investimentos disponíveis” (BARAVELLI, 2006, p. 29). Já o controle do excedente – uma das originalidades da cooperativa de Rochdale – diferencia o cooperado nas esferas política e econômica, sendo distribuído em razão de transações econômicas que ele exerce como atividade específica, ou seja, embora todo voto seja igualmente válido, o acesso à valorização produzida pela cooperativa acontece de forma proporcional à atuação, dentro das atividades econômicas, de cada cooperado.

O princípio da “autonomia e independência” das cooperativas é essencial para sua gestão democrática e alerta para as relações de subordinação institucional e de dependência de financiamentos externos a seus membros. Já o “princípio da educação, formação e informação” remete-se ao legado de Robert Owen, como meio de transformação dos valores associados ao trabalho. Por fim, em 1995, implementaram-se os princípios da “intercooperação” e “interesse pela comunidade”, os quais expressam a preocupação com as condições econômico-sociais do meio em que as cooperativas se inserem. *“It emphasises more the practical need to cooperate in order to survive and meet the needs of members in an ever more competitive global economy”* (BIRCHALL, 1997, p. 70, *apud* BARAVELLI, 2006, p. 31), pelo que se apreende que a prática cooperativa desses princípios comporta, nesse sentido, vantagens econômicas imediatas e o fortalecimento do movimento.

3.4 – Um panorama do cooperativismo

A alternativa cooperativista emerge no interior do próprio capitalismo como meio de suplantar alguns dos problemas socioeconômicos derivados do mesmo. Enquanto segunda opção à forma de organização econômica, ela, muitas vezes, sujeita-se a mazelas e contradições do sistema prevalecente, sucumbindo, em alguns casos, ao modelo capitalista. A proposta apresentada aqui não tem a pretensão de se afirmar como um modo isento de desafios a serem superados, porém o foco desse trabalho é, antes, demonstrar a possibilidade de se implementar um sistema em que o trabalho humano deva ser exercido em sua dignidade plena.

A partir de uma perspectiva marxista, a cooperação, como princípio orientador do processo produtivo, deve substituir o paradigma da concorrência, mas também propiciar a eliminação da exploração do trabalho do homem pelo homem nesse processo. Dessa maneira, insistir em empreendimentos cooperativos, seja com a

finalidade de eliminar a oposição capital-trabalho no interior dos mesmos, seja para disseminar uma forma de comportamento diferenciada que prepare a sociedade para a transformação, é uma necessidade, a despeito das dificuldades quanto à absorção do sistema cooperativo pela lógica capitalista. Tais empreendimentos permitem um treinamento fundamental para se transformar a lógica de comportamento, ainda que, inicialmente, no interior do próprio capitalismo. (MOLLO, 2013).

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. (MARX, 1859, p. 547 *apud* MOLLO, 2013, p. 6).

Essa afirmativa de Marx incita o questionamento sobre o estágio em que se encontra, no tempo presente, o desenvolvimento das forças produtivas (na humanidade, como um todo) de modo a proporcionar o estabelecimento de relações de produção superiores, tais como as da proposta cooperativista, como aqui se entende. Se, por um lado, as condições materiais para a superação do capitalismo podem já existir, como no que diz respeito ao avanço técnico-científico alcançado, por outro, ainda se carece do aprimoramento moral de muitas das sociedades humanas, condicionadas ao afã da posse, da acumulação e ao fetiche do poder de domínio sobre uma dita *massa de homens*. E eis a questão que se impõe: serão as condições materiais (de produção ou acessíveis ao consumo) suficientes para garantirem um modo de vida superior ou mais elevado?

O modo de vida cooperativo força o indivíduo a ver-se como parte de uma coletividade. Não uma parte que tem acesso ao que é socialmente produzido por simples *merecimento*, mas uma parte solidária, nos mais diversos sentidos que se apresentou neste trabalho. Essa perspectiva da cooperação se estende às cooperativas como organismos sociais interdependentes que, para funcionarem de maneira adequada, devem formar redes que se relacionam nas mais diversas atividades econômicas e sociais, desde as formas de financiamento de empresas e projetos até os centros de pesquisa científica e divulgação de informações.

Reconhece-se, nesse sentido, a existência de diferentes tipos de cooperativas, nas mais diversas áreas de atuação, como, por exemplo, agropecuária, indústria,

habitação, serviços, crédito, distribuição, transporte, educação, saúde, consumo, pesquisa entre outras. Distinguem-se, todavia, três tipos básicos: produção, consumo e crédito – que, na prática, não se apresentam, necessariamente, como tipos puros.

Considera-se que o modo como a sociedade se organiza para produzir seja o fundamento das relações econômicas, as quais, no capitalismo, expressam-se na exploração derivada do fato de serem os trabalhadores alienados dos meios de produção, o que, no cooperativismo, resolve-se a partir das empresas democráticas e do financiamento de capital por meio de empréstimo, que deve entrar no custo de produção e ser dividido entre os cooperados (“*labour-managed firms*”)²⁷.

As cooperativas de consumo, cujo marco inicial é a fundação da “Sociedade dos Pioneiros de Rochdale”, visam à aquisição de bens e serviços a um custo menor, com um poder de barganha que os consumidores isolados no mercado não têm. Segundo Baravelli (2006), as cooperativas de consumo, em sua gênese, pretendiam, em verdade, alterar a própria estrutura de aquisição, estocagem e distribuição no comércio varejista das cidades do Reino Unido, as quais, em meados do século XIX, organizavam-se em um comércio restrito de vendedores ambulantes, feiras semanais e pequenas lojas (quase todas com apenas um proprietário).

A prática generalizada era a venda de produtos adulterados e ofertados a preço e crédito abusivo. O enfrentamento desta situação por parte das cooperativas de consumo não foi apenas uma política de preços, mas sim a formação de cadeias atacadista e a criação das primeiras lojas de varejo semelhantes aos supermercados (*multiple retailer*), que “*virtually invented modern retail distribution*” (Birchall, 1997: 10). (BARAVELLI, 2006, p. 33-34).

No início do século XX, mediante a mecanização e a automação de operações, desenvolveu-se nos Estados Unidos um varejo capitalista, pelo qual as vendas em massa poderiam reduzir drasticamente os custos de intermediação. Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, o cooperativismo de consumo atingiu um limite de desempenho em ambientes de concorrência de mercado, nos quais o crescimento do uso de automóveis e do consumo de massa permitia que os clientes tivessem contato direto com os bens oferecidos, informando-se sobre eles e fazendo suas escolhas, frequentemente impelidas por meio de anúncios publicitários. (SINGER, 2002).

²⁷ Essas concepções foram desenvolvidas a partir da análise de Marx, no capítulo primeiro, bem como na seção 3.1, que aborda o **modo de produção** cooperativista.

Estas inovações reduziram profundamente os custos de intermediação, mas não eram facilmente aplicáveis pelas cooperativas de consumo, que eram entidades comunitárias, formadas por vizinhos de bairro e que vendiam apenas a sócios. Repugnava aos cooperadores a concorrência, o recurso à propaganda comercial visando ao lucro e à massificação. Estavam pois condenadas a perder a clientela para concorrentes que ofereciam produtos muito mais baratos ou a abrir mão de seus valores e se fundir em cooperativas maiores, que abarcavam territórios mais vastos, perdendo seu caráter comunitário. (SINGER, 2002, p.55).

A cooperativa de consumo foi eliminada nos setores em que passou a concorrer com as modernas redes de supermercados, que disseminaram o consumo massificado pelas grandes cidades do mundo a partir de uma política imbatível de preço, qualidade e propaganda, restando-lhe setores como o de serviços continuados (escolares, habitacionais, de seguros e semelhantes), em que a relação de confiança é imprescindível entre prestador e consumidor, mesmo em face da concorrência que visa ao lucro. (SINGER, 2002).

Nesse âmbito, vale mencionar o ideal da “República Cooperativa” proposta por Charles Gide, em que a transformação social acontece a partir dos consumidores, cujas necessidades são o que deve determinar a produção. A alternativa cooperativista, no entanto, em vez de ater-se a uma discussão quanto ao que exerce hegemonia – consumidor ou produtor – do ponto de vista da organização econômica, deve primar, em suas ações, pelos princípios que orientam o cooperativismo, nos mais diversos setores, sendo que esse, se antes visa à extinção da exploração do homem no exercício de sua capacidade produtiva, carece também do envolvimento do indivíduo numa participação ativa e consciente do processo criativo de soluções das demandas sociais. As pressões exercidas pela propaganda e o estímulo crescente ao consumismo supérfluo devem perder sua importância e significado neste ordenamento econômico.

Da mesma forma, deve-se substituir a pressão atualmente exercida pelo sistema bancário e financeiro por uma organização que, diferente desse, tenha como motivação a cooperação e a solidariedade. Apesar de isso poder soar utópico, e mesmo piegas, essa é uma proposta cuja realização deve acontecer por meio das cooperativas de crédito, e sua amplitude e variedade de ação, no futuro, sujeitam-se ao potencial criativo de um sistema cooperativista amplamente difundido.

Em sua história, o cooperativismo de crédito tem origem na Alemanha, em meados do século XIX. Atribui-se a Friedrich Raiffeisen a organização de cooperativas de

crédito com o objetivo de atender às necessidades dos agricultores (cooperativa rural), e a Hermann Schulze-Delitzsch a organização de bancos populares, no meio urbano, para atender, em particular, às classes trabalhadoras, cujo acesso a crédito (muito mais restrito que hoje) era inimaginável no sistema bancário de então.

O cooperativismo de crédito foi iniciativa não dos próprios interessados, como o de consumo e o de produção, mas de figuras políticas que tentaram inicialmente ajudar os pobres por meio de instituições filantrópicas. Quando descobriram que a motivação para a caridade se exauria mais ou menos depressa, aderiram aos princípios do cooperativismo de Rochdale (na década de 1850, ainda em sua infância), cujo ponto de partida é a auto-ajuda coletiva unicamente dos interessados, sem depender de assistência alheia. Em sua origem, a cooperativa de crédito *não é um intermediário financeiro*, como o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante o financiamento mútuo. Ao reunir suas pequenas poupanças e colocá-las à disposição dos membros, a cooperativa pode atender às necessidades deles desde que a maioria esteja em condições de poupar e só uma minoria necessite, devido a circunstâncias excepcionais, recorrer à poupança alheia. (SINGER, 2002, p. 66-67, grifos do autor).

Após a Segunda Guerra Mundial, para se adaptar à sofisticação do sistema financeiro capitalista, marcado pela centralização do capital e pela formação de oligopólios financeiros globais, o cooperativismo de crédito teve de passar por profundas mudanças estruturais. Hoje em dia, frente à concorrência e à busca por ganhos de escala e atendimento de massas, ele tende a se centralizar e burocratizar. (SINGER, 2002). A prosperidade das cooperativas de crédito (como apregoadas pelo cooperativismo), entretanto, dá-se na medida em que suas relações baseiam-se em solidariedade e confiança, permitindo a prática de juros baixos. Como sociedades mutualistas, a origem dos empréstimos que alguns associados tomam junto à cooperativa provém de valores integralizados por todos os cooperados, que são também “proprietários solidários das dívidas ativas da empresa e, na prática, todos são igualmente avalistas dos empréstimos que cada um de seus membros solicita” (BARAVELLI, 2006, p. 35).

As cooperativas, apesar dessa tipologia básica descrita, podem adotar qualquer gênero de atividade ou serviço, de acordo com o perfil de seus associados, que se reúnem em torno de um ou mais objetivos comuns e específicos, e cujos valores fundamentais são enunciados a seguir, conforme a *International Co-operative Alliance* (ICA), 1995, tendo sido ratificados em 2013:

The basic values of the International Cooperative

Basic values:

- Self-help
- Self-responsibility
- Democracy
- Equality
- Equity
- Solidarity

Themes based on these values:

- Autonomy and independence
- Locality
- Transparency

Ethical values:

- Honesty
- Openness
- Social responsibility
- Caring for others

(ICA, 2013, *Report*, p. 13).

De acordo com dados atuais, o setor cooperativo²⁸ reúne mais de um bilhão de pessoas e gera cerca de cem milhões empregos, sendo que a Finlândia destaca-se, hoje, como o país mais cooperativo em todo o mundo, com sete milhões de membros e mais de cem mil empregos; só na Europa existem mais de 160 mil cooperativas que empregam mais de seis milhões de pessoas. O volume de negócios das trezentas maiores cooperativas do planeta gira em torno de US\$ 1,6 trilhões. Como membros da ACI, existem mais de 250 organizações de 94 países, as quais fazem parte de diversos setores da economia, como por exemplo, bancos, seguradoras, agricultura, construção e cooperativas de consumo. O papel do cooperativismo no desenvolvimento agrícola é significativo, de forma que cerca de metade da produção global de alimentos passa por cooperativas. (ICA, *Report*, 2013).

A fim de despertar o interesse dos governos e da sociedade sobre o papel das cooperativas no desenvolvimento socioeconômico e nas comunidades onde atuam, enfatizando, ainda, a importância de se criarem e implementarem políticas que contribuam para o crescimento do cooperativismo no mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, com o *slogan*

²⁸ Dados referentes ao relatório elaborado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), de janeiro de 2013, "*Evaluation of the United Nations International Year of Cooperatives 2012*". Observe-se que, por ainda ser uma alternativa dentro do sistema capitalista, o setor cooperativo abrange tanto pessoas que são membros de cooperativas, quanto as que, nelas, trabalham sob o regime de salariedade, sendo que essa segunda condição não é ideal, em conformidade com a proposta apresentada neste trabalho, mas que, num modelo que coexiste com o outro predominante, o capitalismo, torna-se inevitável à sobrevivência das empresas cooperativas neste mercado.

“Cooperative enterprises build a better world” – “Cooperativas constroem um mundo melhor”.

The United Nations recommended the governments of various countries, in cooperation with cooperative actors, companies, organisations and research institutes, to promote cooperative activities and to pay special attention to the positive impact of cooperatives on social and economic development in both the industrialized and developing countries. The United Nations encourages the establishment and growth of cooperatives. Cooperative growth and development require active legislation which perceives cooperative as its own special business model with its strengths and weaknesses. (ICA, *Report*, 2013, p. 3).

O “Ano Internacional do Cooperativismo” marcou o início de uma campanha mundial que visa a elevar o modelo cooperativista a um novo patamar, tendo sido aprovado, no mesmo ano, pela Assembleia Geral da ACI, um “Plano de Ação” que pretende promover o seu crescimento, de maneira significativa, até o ano de 2020:

The ICA’s new strategy “Blueprint of Cooperatives” speaks about the Co-operative Decade. By the year 2020 the co-operative business form should become

- the fastest growing form of enterprise
- the model preferred by people
- the acknowledged leader in economic, social and environmental sustainability

The international ICA Global Fund has been established to provide funds to cooperative entrepreneurship in developing countries. (ICA, 2013, *Report*, p. 11).

Reconhece-se que os principais problemas que se apresentam no tempo atual, que modelam/modelarão as formas políticas, as sociedades e as economias do futuro próximo, são desafios que se impõem à humanidade como um todo, e ao modo cooperativo, em particular, como alternativa de desenvolvimento capaz de construir um mundo melhor.

Algumas das mais cruciais Tendências Globais são:

- Degradação ambiental e esgotamento de recursos
- Setor financeiro instável
- Crescente desigualdade
- Crescentes disparidades na governança global
- Uma geração mais jovem que parece privada dos seus direitos
- Falta de confiança nas organizações políticas e econômicas

(ICA, 2013, *Blueprint Final*, p. 3).

Considera-se que as cooperativas já desempenham um papel significativo no sentido de aliviar esses prementes problemas, carecendo, entretanto, de apoio

apropriado e maior compreensão e reconhecimento para poderem contribuir mais. Para isso, é necessário fornecer meios a fim de que cada vez mais pessoas conheçam a forma cooperativa de empresa, bem como apoio e instrumentos para criar, financiar e desenvolver cooperativas sustentáveis, reduzindo-se os obstáculos para tanto. A ACI afirma que a eficácia e o alcance do “Plano de Ação” dependem de uma união de esforços que inclua organismos nacionais, sociedades individuais e todas as pessoas que acreditam no modo cooperativo de fazer negócios. Esse desafio depende de iniciativas ousadas e planos de implementação claros que devem ser desenvolvidos durante esta década, garantindo-se o seu aprimoramento e continuidade ao longo do tempo. (ICA, *Blueprint Final*, 2013).

O ponto de partida da estratégia para um futuro cooperativo global é o fortalecimento da identidade cooperativa com a afirmação das características que fazem dessa forma de organização a melhor, porque oferece a seus membros-proprietários a capacidade de participação do processo decisório, colocando as pessoas como objetivo central das atividades econômicas. Essa mudança cria condições para que se adote uma perspectiva sistêmica em que a sustentabilidade econômica, social e ambiental seja um critério relevante para ações e decisões que afetam a comunidade, sem, contudo, relegar o progresso e o aperfeiçoamento dos meios materiais que garantam melhores condições de vida às pessoas.

Como forma superior de ordenação socioeconômica, o cooperativismo é a alternativa que se apresenta, em particular, desde o século XIX, na utopia socialista. Frente às condições *morais* e materiais para o surgimento de uma *sociedade nova*, chegará, então, a humanidade, neste século XXI, à resolução inexorável da tarefa que se impõe?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A procura por alternativas ao sistema capitalista, em razão das inúmeras consequências nefastas que decorrem de sua ideologia individualista e de seu modo de organização das relações socioeconômicas, tem motivado pessoas desde a consolidação do mesmo, sobretudo a partir do século XIX. Este trabalho é, nesse sentido, uma expressão de insatisfação com o *status quo*, refletido no estudo do que se consideram causas de tais efeitos e, ainda, na busca por apresentar as principais ideias que têm construído a proposta alternativa que se exprime hoje no cooperativismo.

Se, por um lado, as tentativas de superação do capitalismo demonstraram fragilidades ao longo da história recente, por outro, isso não implica que a humanidade já tenha alcançado o mais superior modo de organização econômica, de forma que lhe restaria, apenas, lidar com efeitos negativos. Os fundamentos desse sistema conduzem à degradação das relações socioeconômicas, senão das relações sociais, em sentido amplo, uma vez que pessoas passam a se relacionar como coisas, vendendo sua força de trabalho (que nesse sistema torna-se mercadoria) para obter coisas (mercadorias) por meio de moeda, e de maneira mais agressiva, na esfera da produção, trabalhadores têm de submeter-se à exploração de sua capacidade produtiva.

Transformar essa natureza das relações sociais torna-se um desafio nesse mundo mercantilizado e dominado por relações monetárias e financeiras. A desconstrução desse paradigma pode estar fadada a figurar no reino da utopia quando consideramos o poder de influência da superestrutura dominante sobre a massa inerte e condicionada aos ditames do capital. No entanto, se é preciso “destruir e edificar”, não há outro ponto de partida que não a consciência individual, mesmo que impelida por um ideário coletivo. Além disso, como destaca Karl Marx, relações de produção novas e superiores apenas surgem depois de suas condições materiais de existência terem sido chocadas no seio da sociedade velha.

Uma alternativa viável deve, antes, ter como escopo construir uma sociedade que integre os indivíduos em suas necessidades e aspirações. Parte-se, então, de uma perspectiva holística da realidade, segundo a qual o *Todo* é um *Ente Indivisível*, apesar de se manifestar em unidades. Dentro dessa análise, é o bem-estar da sociedade, ou de um

coletivo, no sentido mais amplo possível, que deve ser considerado, em princípio, antes de se submeter ao arbítrio estrito das vontades ou das ambições individuais. Essa percepção pauta-se, ainda, pelas diversas limitações impostas pela condição material na qual o ser humano se manifesta, seja no sentido da escassez, seja no de que o *Homem* é, apenas, uma parte da *Natureza* e, portanto, a busca da maximização de uma utilidade individual que ignore e viole os ditames do equilíbrio sistêmico está fadada ao caos.

A economia, que em seu sentido primitivo refere-se à “administração da casa”, deve refletir o modo pelo qual a sociedade, em princípios e regras, organiza-se para produzir, consumir e distribuir as riquezas e os recursos materiais limitados. Pode, dessa maneira, as coisas da *casa* assumirem uma importância maior que seus moradores? De forma diferente, no mesmo sentido, pode-se ainda perguntar se o objetivo econômico que satisfaz, sobretudo, a ambição de uma minoria que detém o poder de mando ou o controle dos recursos deve sobrepor-se ao interesse da coletividade, da sociedade como um todo.

Por uma inversão de valores, “as coisas da casa” tornaram-se a fonte da utilidade, do bem-estar dos indivíduos, e as relações sociais, em razão disso, têm-se deteriorado. O capitalismo, cujo objetivo primordial é o lucro, que procede da valorização do valor num processo de constante acumulação, fundamenta-se, também, pela maximização dos níveis de consumo como justificativa para o aumento do bem-estar individual, numa lógica em que as necessidades materiais tornam-se, com frequência, falsas, ilimitadas e mesmo subterfúgios de carências emocionais. Isso revela um processo de coisificação do ser humano que se reflete em outro, o da personificação das coisas, que se tornam fins em si mesmas, não apenas meios de satisfação de necessidades reais.

Essa perspectiva crítica fundamentou-se, conforme visto no capítulo primeiro, principalmente na análise de Karl Marx, cuja ideia de que a produção e a distribuição de produtos são a base de toda a ordem social expressa-se, no capitalismo, por duas características fundamentais que, ao menos em uma perspectiva marxista, devem ser abolidas num sistema econômico que vise a suplantá-lo. A primeira, considerada mais grave, diz respeito à natureza da produção, em que os trabalhadores não recebem o pagamento integral referente ao trabalho executado, uma vez que não possuem os meios

de produção (dos quais foram historicamente alienados) e, em razão da mais-valia apropriada pelo capitalista, são submetidos à condição de explorados. A segunda refere-se ao seu caráter mercantil, pelo qual as relações econômicas são intermediadas por moeda, o que implica a inconsciência das pessoas quanto à divisão social do trabalho.

Do ponto de vista da produção, que precisamente é o foco da crítica de Marx ao capitalismo, um sistema cooperativista pode substituir o sistema capitalista na medida em que os trabalhadores se associam para produzirem em comum, recebendo a integralidade dos ganhos obtidos por meio de seu trabalho (consoante o explicitado na seção 3.1, em que o tipo de cooperativa que atende aos requisitos necessários seria a do tipo LMF – *labour managed firm*).

Isso permite a resolução da primeira característica e elimina a exploração, o que, segundo alguns estudiosos, seria suficiente para caracterizar uma economia socialista, de acordo com o que Marx preconizou. O lucro de que antes o capitalista se apropriava transforma-se, no cooperativismo genuíno, em excedente de produção, beneficiando igualmente todos os cooperados, que, no entanto, podem diferenciar-se em razão de seu esforço despendido. Em decorrência desse modo alternativo de produção, efeitos negativos provenientes do capitalismo, como a concorrência, a exclusão de trabalhadores, a necessidade de um exército industrial de reserva e o excesso de produção por exploração, ficam suavizados.

A despeito das dificuldades que firmas cooperativistas possam enfrentar, em virtude da competição com firmas capitalistas, enfatizamos que o apoio à disseminação desse tipo de empreendimento, bem como o compromisso com o mesmo, em respeito aos princípios e aos valores em que se baseia, são condições necessárias para que se viabilize a transformação da *antiga-atual* ordem econômico-social.

Nesse sentido, ainda é necessário ressaltar que a organização econômica de cooperativas deve primar por uma perspectiva sistêmica e holística, pois se, por um lado, a competição (em um período em que prevalecem relações capitalistas, ou mesmo naquele de transição) força-lhes, em alguma medida, uma conduta combativa, por outro, não seja essa conduta razão para se degenerarem seus valores, haja vista o seu caráter centrado na associação e na coletividade.

A característica mercantil do capitalismo é fruto de controvérsia entre alguns estudiosos que entendem que, para a superação completa do sistema capitalista e a instauração de um sistema socialista legítimo, tal caráter deve também ser suplantado, eliminando as relações intermediadas/coordenadas pelo dinheiro de forma que, portanto, as relações socioeconômicas possam estabelecer-se de maneira direta, resgatando-se a consciência sobre a divisão do trabalho. Se num primeiro momento é preciso continuar a haver trocas e dinheiro, isso, todavia, deve ser transitório. Com a generalização e a sedimentação da lógica cooperativa, é possível pensar na pesquisa sobre o que produzir, no planejamento do que produzir e para quem, e na distribuição do produzido de forma coletiva e acordada.

São essas condições sociais superiores que uma doutrina da solidariedade visa a fomentar, expressando, num entendimento amplo, a interdependência entre todos os seres e organizações manifestadas. Demonstra-se, de forma inexorável, que todas as nossas ações repercutem no ambiente exterior, mas também em nós mesmos, segundo nossas próprias intenções, boas ou não, de cujas consequências, ilimitadas no tempo e no espaço, não podemos escapar. Essa responsabilidade que se impõe transforma, em um grau superior, a solidariedade, antes condicionada a obrigações e dívidas, no que se exprime na fraternidade, no engajamento e na caridade, cuja vivência é o que, quem sabe um dia, prevalecerá entre os *homens*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSART, P. P. J. **Proudhon**. Milano: La Pietra, 1978 *apud* JOSSA, 2012.

BARAVELLI, J. E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/baravelli_mestrado_cooperativismo.pdf>. Acesso em 11 dez. 2013.

BERNSTEIN, E. **É possível o socialismo científico?** Berlin: [s.n.], 1901 *apud* PAIM, 1997.

BERNSTEIN, E. **Socialismo Evolucionário** (1899). Tradução de Manuel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BIRCHALL, J. **Co-operative principles ten years on**. 2005. Apresentação online no sítio <<http://www.coop.org/coop/principles>> consultada em dezembro de 2005, *apud* BARAVELLI, 2006.

BIRCHALL, J. **The international co-operative movement**. Manchester: Manchester University Press, 1997 *apud* BARAVELLI, 2006.

BLANC, L. **Organização do Trabalho** (1839). Tradução de Ana Paula Ornelas Mauriel. In: TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 195-230.

CASTRO, B. G. **A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000440645>>. Acesso em 11 dez. 2013.

COLE, G.D.H. **A century of co-operation**. London: George Allen & Unwin Ltd, 1944 *apud* CASTRO, 2009.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico** (1880). Tradução de Roberto Goldkorn. São Paulo: Global Editora, 1978.

ENGELS, F. **Introduction to Karl Marx's *The Class Struggle in France, 1848 to 1850***. In: MARX-ENGELS. *Collected Works*, v. 27, 1895 *apud* JOSSA, 2005.

EMERSON, P. M. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **CADERNOS EBAPE. BR**, v.7, p. 199 – 213, 2009.

FOURIER, C. **O Novo Mundo Industrial e Societário** (1829). Tradução de Paula M. A. C. Mello. In: TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 67-96.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. XVI, n. 1-2, p. 245-275, 2001.

GIDE, C. **El Cooperativismo**. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1974.

GIDE, C. ; RIST, C. **História das Doutrinas Econômicas**. Tradução de Eduardo Salgueiro. Rio de Janeiro: Alba, 1941. 816 p.

GUESLIN, A. **L'invention de l'Économie Sociale: Le XIX^e siècle français**. Paris: Économica, 1987.

HOLLOWAY, J. **Why read Capital?** In: *Capital&Class*, special issue, n. 75, Autumn, 65-69, 2001 *apud* JOSSA, 2005.

HORVAT, B. **An Essay on Yugoslav Society**. White Plains NY, IASP, 1969 *apud* JOSSA, 2005.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico** (2002). Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE (ICA), 2013. **Blueprint Final - June 2013 Portuguese**. Disponível em: <<http://ica.coop/en/media/library/member-publication/blueprint-co-operative-decade-february-2013>>. Acesso em 3 dez. 2013.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE (ICA), 2013. Evaluation of the United Nations International Year of Cooperatives 2012 – Finland. **Report: The Finnish Committee for IYC 2012**. Janeiro, 2013. Disponível em: <http://ica.coop/sites/default/files/media_items/Evaluation%20of%20the%20United%20Nations%20International%20Year%20of%20Cooperatives%202012%20-%20Finland_0.pdf>. Acesso em 26 nov. 2013.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE (ICA), 2013. **Reglamento**. Adoptado por la Asamblea General el 11 de abril de 2013. Disponível em: <<http://ica.coop/en/basics/ica-rules-by-laws>>. Acesso em 11 dez. 2013.

JOSSA, B. Marx, Marxism and the cooperative movement. **Cambridge Journal of Economics**, v. 29, p. 3-18, 2005.

JOSSA, B. Cooperative Firms as a New Mode of Production. **Review of Political Economy**, v. 24, n. 3, p. 399-416, 2012.

LAMBERT, P. **La doctrine cooperative**. Bruxelas: Propagateurs de la cooperation, 1959 *apud* BARAVELLI, 2006.

LAWLER, J. **Marx's Theory of Socialism: nihilistic and dialectical**. In: PATSOURAS, L. (ed.). *Debating Marx*. New York: Lewiston, 1994 *apud* JOSSA, 2005.

LECHAT, N. M. P. L. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas *apud* CASTRO, 2009.

MARX, K. **A contribution to the critique of political economy**. In: Marx-Engels, *Collected Works*, v. 29, 1859 *apud* JOSSA, 2005.

MARX, K. **Capital** (1867), Vol. I. Harmondsworth: Penguin Books, 1976 *apud* JOSSA, 2005.

MARX, K. **Capital** (1894) Vol. III. Harmondsworth: Penguin Books, 1981 *apud* JOSSA, 2005.

MARX, K. Inaugural Address of the Working Men's International Association. In: **The Collected Works of Karl Marx and Frederick Engels**, Vol. 20. (1864). New York: International Publishers, 1985 *apud* JOSSA, 2012.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996 a. cap. I-XII. (Os Economistas). Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer marx/ocapital-1.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996 b. cap. XIII-XXV. (Os Economistas). Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer marx/ocapital-2.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. cap. XIV, p. 583-594.

MARX, K. **Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política** (1859). Obras escolhidas de Marx e Engles, Tomo I, Lisboa: Edições Avante, p. 547. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em 10 nov. 2012 *apud* MOLLO, 2012.

MARX, K. **The Civil War in France**. In: Marx-Engels, *Collected Works*, v. 22, 1871 *apud* JOSSA, 2005.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. (1848). Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer marx/tme 07.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2013.

MOLLO, M. L. R. Brasil: Reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. In: Debate **Reflexões sobre o Pós-Neoliberalismo**, FEE, Porto Alegre, novembro de 2012, *mimeo*.

MORAIS, E. *et al.* Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 105, 2011.

NOVKOVIC, S. Defining the co-operative difference. **The Journal of Socio-Economics**, v. 37, p. 2168 – 2177, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB), 2013. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em 25 nov. 2013.

OWEN, R. **O Livro do Novo Mundo Moral** (1836-1844). Tradução de Ana Paula Ornelas Mauriel. In: TEIXEIRA, A. (org). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 101-146.

PAIM, A. *Apresentação* (1997) In: BERNSTEIN, E. **Socialismo Evolucionário** (1899). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

PESCIARELLI, E. **Un nuovo modo di produrre: la cooperazione nel pensiero degli economisti classici da Smith a Cairnes**. Ancona: Editrice CLUA, 1981 *apud* JOSSA, 2012.

PETITH, H. The contingent nature of the revolution predicted by Marx. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 41, p. 177-190, 2000.

PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177p.

RUSS, J. **O socialismo utópico**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SELUCKY, R. **Marxism and Self-Management**, 1974 *apud* JOSSA, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.

STEINHERR, A. Vanek's theory of labor-managed market economies. **Recherches Économiques de Louvain / Louvain Economic Review**, 39e Année, n. 4, p. 503-509, 1973.

TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. *Introdução*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

VANEK, J. Some fundamental considerations on financing and the form of ownership under labor management. In: **The Labor Managed Economy**: Essays by J. Vanek. (1971a). Ithaca: Cornell University Press, 1977 *apud* JOSSA, 2012.

VANEK, J. **The Participatory Economy**: An Evolutionary Hypothesis on a Strategy for Development. Ithaca: Cornell University Press, 1971b *apud* JOSSA, 2012.

WESTPHAL, V. H. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 43-52 jan./jun. 2008.

